UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

TAYSA KENNIA GODINHO

Cidade Patrimônio da Humanidade e desenvolvimento turístico: percepções sobre a realidade de Diamantina, MG

São Paulo
2016

TAYSA KENNIA GODINHO

Cidade Patrimônio da Humanidade e desenvolvimento turístico: percepções sobre a realidade de Diamantina, MG

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Turismo

Área de Concentração:
Desenvolvimento do Turismo

Orientadora:
Profa. Dra. Karina Toledo Solha

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Godinho, Taysa Kennia
Cidade patrimônio da humanidade e desenvolvimento turístico : percepção sobre a realidade de Diamantina, MG / Taysa Kennia Godinho ; orientadora, Karina Toledo Solha. – São Paulo, 2016
177 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão original

1. Desenvolvimento turístico - Diamantina (MG). 2. Diamantina (MG). 3. Patrimônio mundial. 4. Cidades históricas. I. Solha, Karina Toledo, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 910.98151

Nome: GODINHO, Taysa Kennia
Título: Cidade Patrimônio da Humanidade e desenvolvimento turístico: percepções sobre a realidade de Diamantina, MG

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Turismo

Área de Concentração:
Desenvolvimento do Turismo

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para meu pai Giovani Cesar Godinho (*in memorian*), minha mãe Anita Aparecida Neves Godinho e meus irmãos Tatiane Cristina Godinho e Giovani Cesar Godinho Filho.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pois sem Ele eu não teria forças para trilhar esta longa caminhada;

Aos meus pais. Mãe, obrigada por acreditar em mim, compreender minha ausência durante o curso e por seu amor nos momentos mais difíceis deste mestrado. Pai, sua força me inspira e sei que sempre esteve espiritualmente ao meu lado;

Aos meus irmãos Tatiane C. Godinho (Tati) e Giovani C. Godinho Filho (Vaninho), minha cunhada Marina Silva, meu cunhado João Victor Santos e a sobrinha Sofya. Obrigada pelo apoio ao longo desta jornada, pelo incentivo e pela parceria;

Ao meu noivo Geraldo Henrique Corrêa de Almeida (Rick) pela paciência, carinho e por deixar meus dias mais leves com um simples sorriso;

Aos meus amigos cruspianos, Erivaldo, Flávia e Olivia pelo aprendizado adquirido no cotidiano de São Paulo, estímulo e momentos compartilhados;

À minha amiga de mestrado, Grislayne Guedes L. da Silva (Gris), Denise Rosa Moreira (Dê), Kamila Brant de Araújo (Kamilinha) pelas dicas, apoio e amizade,

À todos da família, em especial a tia Laurita Neves Borborema e filhos pelo carinho, apoio e acolhida;

Ao prof. Hugo Rodrigues de Araújo pelo incentivo, apoio e ensinamentos;

A todos os professores do programa de pós graduação (mestrado em turismo), em especial a Profa. Dra. Karina Toledo Solha, minha orientadora, pela paciência na orientação, pelo incentivo, sensibilidade, amizade e pelas boas risadas;

A minha equipe de campo, Adeline Rodrigues, Beatriz Roque, Maraisa Michele, Paulo Almeida e Roberto Godinho pelo apoio na coleta de dados;

À todos os meus amigos que mesmo longe se fizeram presentes, apoiando sempre;

À Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), por prestar apoio à esta pesquisa;

Aos amigos guias da Associação de Guias e Condutores de Turismo (ASGUITUR) pelo apoio, amizade e parceria sempre;

À Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio (SECTUR) e em especial ao amigo Cleber Nunes (Clebão) pelo suporte técnico durante as pesquisas;

À população de Diamantina por responder aos questionários, aos empresários sensíveis a questão do turismo. Obrigada por compartilharem vivências, angústias e expectativas;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida.

Sem a cultura e a liberdade relativa que ela pressupõe, a sociedade, por mais perfeita que seja, não passa de uma selva. É por isso que toda a criação autêntica é um dom para o futuro.

Albert Camus

RESUMO

GODINHO, Taysa Kennia. **Cidade Patrimônio da Humanidade e desenvolvimento turístico: percepções sobre a realidade de Diamantina, MG.** 2016. 177 folhas. Dissertação (Mestrado em Ciências) Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Versão original.

Diamantina, localizada no nordeste do Estado de Minas Gerais, tem sua origem ligada à mineração, que entrou em decadência no final da década de 1980. Desde então a cidade tem buscado alternativas para estimular o seu desenvolvimento econômico, investindo na valorização do seu patrimônio, reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO,1999) e no turismo. Este estudo teve como objetivo verificar se a outorga do título de Patrimônio Mundial contribuiu efetivamente para o desenvolvimento de Diamantina como destino turístico, a partir das perspectivas dos seus atores como a comunidade, a iniciativa privada e o poder público. Para tanto fundamentou-se numa ampla revisão da literatura sobre a temática e em documentos oficiais. Verificou-se a percepção dos diferentes atores a partir da aplicação de formulários junto à população local e à iniciativa privada, além de entrevistas com representantes de diversos segmentos da comunidade diamantinense. Dentre os resultados deste estudo destacam-se as ambiguidades da percepção dos atores locais e o poder público quanto a temas relacionados ao turismo e também ao patrimônio.

Palavras-chave: Turismo, Patrimônio Cultural da Humanidade, Desenvolvimento, Percepção dos atores, Diamantina.

ABSTRACT

GODINHO, Taysa Kennia. **Perceptions of the Heritage of Humanity title in the tourist development of the city of Diamantina - MG**. 2016. 177 pages. Dissertation (Master in Tourism) School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Original version.

Diamantina is a city located in the northeast of the state of Minas Gerais, it has its origin conected to mining, which went into decline in the late 1980's. Since then, the city has sought alternatives to stimulate its economic development, investing in valuing its assets, recognized as World Cultural Heritage (UNESCO, 1999), and tourism. This study intends to verify if the World Heritage title grant contributed effectively to the development of Diamantina as a tourist destination, from the perspectives of the actors and the community, the private sector and the government. To do so, we established a broad review of the literature on the subject and in official documents. We also aim to verify, through a survey, the perception of different actors as well as the local population and the private sector, and through interviews with representatives of various segments of the city's community. Among the results of this study, we highlight the ambiguities of perception of local actors and public authorities regarding matters related to tourism and also the heritage.

Keywords: Tourism, Cultural Heritage, Development, Perception of the actors, Diamantina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Delimitação da área tombada pelo IPHAN e da área reconhecida pela UNESCO .36
Figura 2 - Planta do Zoneamento de Diamantina 37
Figura 3 - Serra dos Cristais vista da Rua do Amparo no centro histórico 39
Figura 4 - Localização geográfica de Diamantina em Minas Gerais 50
Figura 5 - Centro Histórico de Diamantina visto do Cruzeiro da Serra 51
Figura 6 - Conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri 55
Figura 7 - Fábrica de tecidos Rômulo Franchini 56
Figura 8 - Municípios limítrofes de Diamantina 61
Figura 9 - Unidades de conservação e municípios que integram o Mosaico do Espinhaço.....65
Figura 10 - Mapa de localização do Vale do Jequitinhonha.....67
Figura 11 - Mostra de artesanato do Vale do Jequitinhonha 68
Figura 12 - Espacialização da Regionalização do Turismo - MG.....75
Figura 13 - Espacialização dos municípios pertencentes ao Circuito dos Diamantes.....77
Figura 14 - Distribuição espacial dos locais de entrevista 91
Figura 15 - Equipe de pesquisa da Comunidade Local 92
Figura 16 - Alguns monumentos tombados pelo IPHAN e a Vesperata 101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Compilação das Cartas Patrimoniais 25
Quadro 2 - Critérios para Patrimônio Mundial 32
Quadro 3 - Patrimônios Mundiais no Brasil 33
Quadro 4 - Bens tombados pelo IPHAN em Diamantina. 36
Quadro 5 - Periodização da mineração em Diamantina 53
Quadro 6 - Planos e Programas criados entre 2009 - 2012 70
Quadro 7 - Quatro sintético dos projetos e programas que contemplam Diamantina 76
Quadro 8 - Pontos fracos e fortes do Circuito Turístico dos Diamantes 80
Quadro 9 - Projetos do PAC em ação preparatória na cidade de Diamantina 85
Quadro 10 - Fases da coleta de dados Comunidade Local 92
Quadro 11 - Fases da coleta de dados iniciativa privada 112
Quadro 12 - Critério de classificação do porte das empresas por: pessoas ocupadas 119
Quadro 13 - Encontros locais sobre turismo e patrimônio 129
Quadro 14 - Fases da coleta de dados Poder Público 133
Quadro 15 - Ações do poder público em *prol* do desenvolvimento do turismo 135
Quadro 16 - Síntese dos principais resultados da pesquisa 140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distância das principais capitais à Diamantina - transporte terrestre.....61
Tabela 2 - Produto interno bruto de Diamantina 66
Tabela 3 - Áreas de aplicação e amostra por bairros.....90
Tabela 4 - Pontuação das Afirmações na Escala *Likert*.....106
Tabela 5 - Relação das afirmativas da questão.....106
Tabela 6 - Resultado do *Ranking* Médio 124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Conhecimento sobre o Circuito dos Diamantes 79
Gráfico 2 - Conhecimento sobre o Instituto Estrada Real 82
Gráfico 3 - Motivação de visitação apontada em primeiro lugar 87
Gráfico 4 - Comunidade local segundo a ocupação atual 93
Gráfico 5 - Moradores que já tiveram uma ocupação/trabalho com o turismo 94
Gráfico 6 - Total de familiares com ocupação no turismo atualmente 95
Gráfico 7 - Período em que os entrevistados exerceram uma ocupação no turismo 96
Gráfico 8 - Formalidade da ocupação dos moradores no mercado turístico 97
Gráfico 9 - Grau de importância dos patrimônios locais para a comunidade local 98
Gráfico 10 - Conhecimento da comunidade sobre os bens tombados 100
Gráfico 11 - Comunidade e a participação em encontros sobre Turismo e Patrimônio 102
Gráfico 12 - Comunidade segundo justificativa para não participação 104
Gráfico 13 - A comunidade, o patrimônio e o turismo 105
Gráfico 14 - Comunidade local por faixa etária 108
Gráfico 15 - Comunidade local segundo escolaridade 109
Gráfico 16 - Comunidade segundo renda familiar total 109
Gráfico 17 - Tipo de empreendimento respondente 113
Gráfico 18 - Ano de abertura do empreendimento 114
Gráfico 19 - Empresários segundo a naturalidade 115
Gráfico 20 - Principal motivação para abertura do empreendimento 116
Gráfico 21 - Ocupação antes de abrir o empreendimento 117
Gráfico 22 - Funcionários empregados atualmente 118
Gráfico 23 - Total de empreendimentos turístico por empresário 120
Gráfico 24 - Renda familiar total da iniciativa privada 121
Gráfico 25 - Entrevistados segundo envolvimento na política de turismo 121
Gráfico 26 - Os empresários e o patrimônio na cidade 124
Gráfico 27 - Grau de importância dos Patrimônios locais 126
Gráfico 28 - Conhecimento da iniciativa privada sobre os bens tombados 127
Gráfico 29 - Empresários segundo participação em encontros sobre turismo e patrimônio 128
Gráfico 30 - Empresários segundo justificativa para não participação 130
Gráfico 31 - Empresários segundo faixa etária 131
Gráfico 32 - Empresários segundo a escolaridade 132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACID	Associação Comercial e Industrial de Diamantina
ADELTUR	Associação de Empresas Ligadas ao Turismo
AMAJE	Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Jequitinhonha
AMDA	Associação Mineira de Defesa do Ambiente
ASGUITUR	Associação de Guias e Condutores de Turismo
BDN	Banco do Nordeste do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEBRAC	Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural
CNTUR	Confederação Nacional do Turismo
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONEP	Conselho Estadual do Patrimônio Cultural
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ER	Estrada Real
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FITUR	Feira Internacional de Turismo
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCROM	*The International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*
ICOMOS	*The International Council on Monuments and Sites*
IDENE	Instituto de Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IER	Instituto Estrada Real
IGC	Instituto de Geociências
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	*International Union for Conservation of Natur*
MEI	Microempreendedor Individual
MG	Minas Gerais
MTUR	Ministério do Turismo
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações sem fins lucrativos
ONU	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEBI	Parque Estadual do Biribiri
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PPGR	Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
RM	*Ranking* Médio

SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais
SECTUR	Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Patrimônio
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETUR	Secretaria Estadual de Turismo
SM	Salário Mínimo
SNT	Sistema Nacional de Turismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TURMINAS	Empresa Mineira de Turismo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
WHS	World Heritage Site (Patrimônio Mundial)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
2 PATRIMÔNIO E O TURISMO 22
2.1 Do conceito a prática: o título de Patrimônio Mundial 23
2.2 Diamantina: interfaces entre o Patrimônio Mundial e o Turismo 34
2.3 Patrimônio, turismo e desenvolvimento: um desafio 41
3 DO ARRAIAL DO TIJUCO À CIDADE DIAMANTINA 48
3.1 Trajetória histórica 49
3.2 Uma fotografia da cidade 60
3.3 Turismo em Diamantina 72
4 TURISMO E PATRIMÔNIO EM DIAMANTINA: PERSPECTIVA DOS ATORES LOCAIS 89
4.1 A percepção da comunidade local 89
4.1.1 A comunidade local e suas relações com o turismo e o patrimônio 93
4.2 As percepções da Iniciativa Privada 111
4.2.1 A iniciativa privada e suas relações com o turismo e o patrimônio 113
4.3 A percepção do poder público 133
4.3.1 O poder público e as relações com o turismo e o patrimônio 134
5 SÍNTESE COMPARATIVA: COMUNIDADE LOCAL, INICIATIVA PRIVADA E PODER PÚBLICO. 140
CONSIDERAÇÕES FINAIS 144
REFERÊNCIAS 146
APÊNDICE A - OFICIO À SECTUR 162
APÊNDICE B - OFICIO À PREFEITURA MUNICIPAL 163
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA À SECTUR E PREFEITURA MUNICIPAL 164
APÊNDICE D - OFÍCIO À INICIATIVA PRIVADA 165
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO DA INICIATIVA PRIVADA 166
APÊNDICE F - OFÍCIO À UFVJM 171
APÊNDICE G - FORMULÁRIO COMUNIDADE LOCAL 172

1 INTRODUÇÃO

Há uma prática comum entre os estudiosos do turismo, de se entregar ao exercício da construção ou reformulação do conceito que o define. É fácil deparar-se com inúmeros conceitos que abordam a atividade por ângulos distintos, que veem o turismo como indústria, fenômeno ou prática social.

> Diversos autores tem criado uma definição própria, mas o mais importante, portanto é ter uma visão geral que compreenda o turismo como o fenômeno de saída e retorno do ser humano do seu lugar habitual de residência, por motivos revelados ou ocultos, que pressupõe hospitalidade, encontro e comunicação com outras pessoas e utilização de tecnologia, entre inúmeras outras condições o que vão gerar experiências variadas e impactos diversos (PANOSSO NETTO, 2013, p. 33).

Dentre as várias tentativas de se conceituar o turismo, observa-se que em comum está a questão do deslocamento de pessoas para fora do seu local de origem. A Organização Mundial do Turismo (OMT), por exemplo, o define como um fenômeno social praticado por pessoas que saem em viagem para lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período menor do que um ano, pelas mais diversas finalidades (OMT, 2001).

A palavra turismo "pode significar e expressar múltiplas e variadas práticas sociais", e assim tem-se uma amplitude conceitual que torna complexa a tarefa de defini-lo enquanto fenômeno dinâmico realizado por uma ou mais pessoas em um dado local (PANOSSO NETTO, 2013, p.13).

Contudo, propõe-se neste estudo uma visão fenomenológica do turismo, considerando-o como uma atividade econômica, social e cultural que acontece a partir do deslocamento de pessoas para fora do seu local de residência por um período superior a 24 horas com diversas motivações, e que causam ao turista e ao próprio destino impactos positivos e/ou negativos.

Em várias cidades do Brasil, além de incrementar a economia, o turismo pode também impulsionar o desenvolvimento, que, por sua vez, está condicionado as estratégias do poder público voltadas às necessidades e características da população local. Entretanto, é importante ter ciência que, dadas as diferentes características de cada destino, não se pode afirmar que o turismo sempre resultará em desenvolvimento local (SCÓTOLO, 2015).

No estado de Minas Gerais, o turismo também vem se consolidando. Minas reúne patrimônio histórico e cultural junto a uma variedade enorme de atrativos de natureza, além de possuir cerca de 60% do patrimônio histórico nacional, com cidades seculares que refletem a história do Brasil (MINAS GERAIS, 2016b).

Dentre várias cidades históricas[1] do estado, a cidade de Diamantina tem sua origem associada à extração do ouro e do diamante bem como a maioria dos municípios mineiros. Grande parte da sua população viveu por décadas nos garimpos, que eram uma das poucas alternativas econômicas da cidade e que entrou em declínio no final da década de 1980, colocando milhares de garimpeiros, analfabetos em sua maioria, em busca por outras alternativas de emprego na região, que desfavorecia os menos instruídos (MENDONÇA *et al.*, 2006).

Distante 292 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte e localizada no Alto Vale do Jequitinhonha, que até pouco tempo era considerado uma das quatro regiões mais pobres do mundo de acordo com o Instituto de Geociências (IGC) da UFMG, a cidade se destaca por sua origem ligada a mineração, suas personalidades, como a lendária ex-escrava Chica da Silva e pelo ex-presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira (MACHADO FILHO, 1944; UFMG, 2016).

Diamantina se destaca também, por ter sido uma das primeiras cidades brasileiras tombadas[2] como monumento histórico pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN[3]) no ano de 1938. Após 60 anos deste tombamento, o município estava diante a um cenário critico de decaimento da mineração[4] com um "baixo dinamismo do setor de comércio e de serviços" e auto índice de desemprego (que se instalava mesmo com outras alternativas econômica que reacendem ao longo dos anos). Assim, o destino investia no final da década de 1980 no turismo, como um novo direcionamento econômico, que seria a mola propulsora para o desenvolvimento local (MENDONÇA *et al.*, 2006, p. 3).

Neste momento, a cidade dava início ao processo de busca pelo reconhecimento mundial do seu Patrimônio na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

---

[1] As expressões Cidade Histórica e Centro Histórico já foram discutidas por estudiosos como Giulio Carlo Argan. O conceito é redundante, pois não há em uma cidade uma delimitação para o que é ou não histórico, vendo que toda a cidade é uma construção histórica (GONÇALVES, 2010).

[2] O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio nacional mais tradicional e foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Sob a tutela do IPHAN, os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, sendo que entre esses estão incluídos equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens naturais, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos (IPHAN, 2016).

[3] "Na América Latina, o SPHAN foi o primeiro instituto fundado com o fito de preservar e proteger o patrimônio material. Em 1970, no auge da Ditadura Militar, ocorreu a transformação do SPHAN em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)" (VOGT, 2008, p. 22). Importante destacar que a criação do SPHAN a partir de um projeto do intelectual e critico literário Mario de Andrade.

[4] Destaca-se que os garimpos até os dias atuais perduram de forma legal, seguindo normas e leis ambientais, e também clandestinamente, descumprindo estas.

(UNESCO[5]), que contribuiria, inclusive, para sua promoção nacional e internacional, visto que a chancela possibilita que o destino receba uma atenção especial tanto por parte da UNESCO, quanto pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Ministério do Turismo (MTUR) (IPHAN, 2016b).

A partir do fomento ao turismo, ocorreu um processo de estruturação interna do município de Diamantina no qual diversos investimentos começaram a ser realizados em *prol* de melhorias na infraestrutura receptiva, proteção e restauração do acervo histórico urbano e houve a instalação de empreendimentos necessários ao turismo receptivo tais como pousadas, restaurantes, agências, lojas e guias (MENDONÇA *et al.*, 2006).

> O interesse no setor aliado a vocação da localidade para o turismo, devido ao seu acervo histórico e cultural, fez com que a atividade começasse a se desenvolver, ainda que timidamente e com uma sazonalidade grande, já que a cidade recebia maior fluxo de visitantes apenas em determinadas épocas do ano, como nos festejos religiosos, carnaval e eventos culturais isolados (SILVEIRA *et al.*, 2012a, p.16).

Hoje, ao olhar o contexto atual que Diamantina vive como cidade turística, após gradativamente ter se preparado para ser um destino guiado economicamente pelo turismo, percebe-se que embora este setor esteja entre as principais atividades econômicas, o município necessita de diversificar sua oferta, explorar suas potencialidades, qualificar os atores e criar soluções para os problemas organizacionais presentes no centro histórico tombado, tais como acessibilidade, sinalização, planejamento, dentre outros, para ascender regionalmente no mercado turístico (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2012a).

Pode-se dizer que, este é um indicativo de que Diamantina ainda não conseguiu se tornar uma destino turístico consolidado e este cenário inquietante suscita uma série de questões como, por exemplo: o que a chancela de Patrimônio Mundial, tão almejado pela cidade, trouxe de fato ao desenvolvimento turístico local?

A partir desta inquietação, buscou-se uma melhor compreensão da trajetória de Diamantina como destino turístico, após ser reconhecida como patrimônio mundial, entendendo que identificar a real situação do turismo e do patrimônio são primordiais para apoiar a elaboração de políticas públicas coerentes com a realidade e as necessidades da cidade.

A escolha de Diamantina como objeto de estudo se justifica por ser a cidade natal da autora desta pesquisa, que uma vez nascida em uma família de garimpeiros, buscou o turismo

---

[5] A UNESCO foi criada em 1945. Dentre seus objetivos esta: salvaguardar e promover o patrimônio mundial (SILVA, 2003).

como alternativa de renda quando a mineração não tinha mais condições de ser a principal fonte de sustento familiar. Como a paixão pela cidade se tornou maior devido ao conhecimento e aos estudos realizados nesta área, a vontade de dar uma parcela de contribuição ao desenvolvimento da atividade turística através de uma pesquisa que consultasse a população é um sonho realizado.

Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo, analisar o desenvolvimento turístico da cidade de Diamantina após a outorga do título de Patrimônio Mundial segundo a perspectiva dos atores locais.

Entre os objetivos específicos, destacam-se:

- Compreender o envolvimento da comunidade local no desenvolvimento do turismo e suas percepções sobre a atividade turística e o patrimônio;
- Verificar as implicações da conquista do título de patrimônio no turismo local;
- Descrever as diferentes percepções dos atores envolvidos.

O desafio deste estudo está em verificar se o título de Patrimônio Mundial contribui para o desenvolvimento do turismo local e, assim, apoiar e instigar os estudos relacionados a este tema e contribuir como fonte de dados aos órgãos públicos para a construção de políticas públicas em *prol* do desenvolvimento turístico.

De caráter exploratório e descritivo, este trabalho foi enriquecido com dados levantados através de pesquisa bibliográfica, como livros, estudos de casos, artigos científicos, pesquisa documental (relatórios, dados estatísticos) dentre outros (DENCKER, 1998). Os procedimentos metodológicos, são descritos detalhadamente no decorrer deste trabalho, em conjunto com os respectivos resultados, que em síntese, correspondem a aplicação de formulários, questionários[6] e entrevista em profundidade.

Este estudo contou ainda com a observação participante e sistemática, uma vez da autora que reside na cidade de Diamantina e sempre esteve inserida no contexto desta investigação, atuando como representante das agências e dos guias de turismo no Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), liderando a Associação de Guias e Condutores de Turismo (ASGUITUR) e participando efetivamente de encontros e discussões sobre turismo e patrimônio, como moradora e estudante da área. Há também uma discussão resultante da

[6] No Brasil, o questionário refere-se a pesquisa onde o entrevistado e o entrevistador estão distantes, razão pela qual o correio (comum ou eletrônico) são necessários. Já o formulário, refere-se a pesquisa onde o entrevistado e o entrevistador estão próximos e as respostas são registradas pelo entrevistador no mesmo instante (SCHLUTER, 2003).

pesquisa realizada junto ao Circuito Turístico dos Diamantes que utilizou como metodologia, a entrevista semiestruturada.

Os procedimentos para selecionar as bibliografias adequadas a este estudo, partiu de uma pesquisa por abrangência, utilizando-se de uma busca por assunto, autores, dentre outros aspectos relevantes, a partir de palavras-chave criadas previamente. Assim, diante de uma extensa literatura encontrada, analisou-se mais cuidadosamente cada resultado obtido como artigos, documentos, livros, teses e/ou dissertações (TRAINA, 2009).

Em um segundo momento, foi feito uma seleção das fontes e bases de dados que poderiam reunir os materiais de relevância para este estudo. Como "qualquer pesquisa bibliográfica hoje pode ser feita em bibliotecas digitais, pela Internet, com muito mais facilidade e rapidez" (TRAINA, 2009, p. 34), foram consultadas, por exemplo, o *Scientific Electronic Library Online* (*SciELO*), Portal de periódicos CAPES, Google Acadêmico (*Scholar*), Outro recurso muito utilizado foi o acervo bibliográfico da Universidade de São Paulo (USP).

Deste modo, este estudo foi estruturado realizando-se primeiramente uma introdução na qual é apresentado o tema da pesquisa, o problema por ela apresentado, os seus objetivos e a disposição dos capítulos organizados com abordagens que permitam ao leitor uma melhor compreensão sobre o universo patrimonial. Posteriormente o leitor se debruçará sobre o percurso de Diamantina rumo ao título de Patrimônio Mundial, a compreensão do surgimento, da trajetória histórica e econômica da cidade, das suas características principais e os caminhos que levaram o município a fomentar o turismo local, bem como a dinâmica atual desta atividade. Ao findar deste estudo, são apresentados os resultados da pesquisa junto à comunidade, iniciativa privada e ao poder público e, por fim as considerações finais.

Delineando os capítulos, tem-se que o primeiro capítulo, dedicou-se a discutir questões sobre universo patrimonial, seus conceitos, órgãos de proteção, cartas patrimoniais, convenções e recomendações. Aborda questões sobre o desenvolvimento turístico e o patrimônio cultural a partir de revisões bibliográficas e documentais que tratam desta interface, em sítios mundiais, considerando as percepções da comunidade local. Para abordar esta problemática foram consultados Gonçalves (1998); Oliveira (2000), Morel (2002); Scifoni (2004); Solha (2004); Fonteles (2004), Grammont (2005); Choay (2006); Britto (2006); Funari (2009); Prado (2015); Coriolano (1998).

O segundo capítulo por sua vez, busca compreender a formação histórica e cultural de Diamantina, que influenciou a construção da sua identidade cultural e evidencia as principais mudanças econômicas ocorridas até o processo de tombamento como Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN[7]). Este primeiro momento do estudo está apoiado em pesquisas bibliográficas e documentais a exemplo de Martins, M. (1992; 2000; 2008); Machado Filho (1944), Furtado (2003); Mendonça *et al.* (2006); Amormino e Neves (2007); Alves (2011); Gonçalves (2012).

O terceiro capítulo apresenta e discute os resultados da pesquisa realizada *in loco* junto à comunidade local, a iniciativa privada e ao poder público. Para apoiar a análise dos resultados obtidos na pesquisa, foi realizada uma revisão da bibliografia já selecionada, além de um levantamento em artigos, dissertações, teses, dentre outros materiais que traziam experiências semelhantes como por exemplo: Omar *et al.* (2013); Poria *et al.* (2013); Cordido (2014); Poncela (2015).

Esta foi a dinâmica norteadora deste estudo, que busca, com a análise conjunta dos dados presentes nos respectivos capítulos e itens, entender o contexto de desenvolvimento em que Diamantina vive atualmente a partir da percepção dos atores locais.

[7] Um dos requisitos para se tornar Patrimônio Mundial é ser reconhecida primeiramente como Patrimônio Nacional.

2 PATRIMÔNIO E O TURISMO

Este capítulo discorre sobre os principais conceitos do termo patrimônio, que se aprimoraram ao longo dos tempos, desde seu entendimento como monumento, monumento histórico e patrimônio histórico. Evidencia a problemática de sua definição e revela as diferentes percepções adquiridas, após ter sido ajustado à expressão "Patrimônio Cultural", base deste estudo.

Uma visão superficial do termo patrimônio, nos remete a ideia de um bem herdado. O que é considerado como patrimônio hoje, principalmente o edificado, outrora possuía uma funcionalidade para o qual foi criado ou detinha um significado atribuído pela sociedade. Este patrimônio intencionalmente preservado se torna muitas vezes uma representação museológica que carece de reconhecimento e do sentimento de pertencimento pela sociedade. Se não for assim, qual o sentido da preservação do patrimônio no qual a população não se identifica e, consequentemente, não o valoriza? (SANTOS, 1985; COSTA, 2008).

Ao partir da ideia de que o patrimônio é um bem comum, questiona-se: Porque não deixá-lo acessível às necessidades de cada sociedade no seu tempo? Concorda-se com Wagner Costa Ribeiro, que diz ser primordial reconhecer as necessidades dos grupos sociais que interagem com o patrimônio com o fim de traçar "novos usos e perspectivas de interação com a sociedade que o define a partir de elementos que compõem sua identidade cultural" (RIBEIRO, 2005, p. 111). Acredita-se que a sociedade que vivencia diariamente o patrimônio e o contexto envolto dele, tem o direito de ressignificá-lo, dando ao mesmo, um sentido funcional de acordo com os seus valores e necessidades.

Esta forma de atribuição de significado, conhecida como refuncionalização "é uma atribuição de valores atuais às formas herdadas do passado. Esses novos valores, ao refletirem a sociedade contemporânea, imprimem nas formas uma renovação das ideologias e dos universos simbólicos" (LUCHIARI, 2005, p. 97). Várias cidades do mundo foram refuncionalizadas em razão da mundialização e em *prol* do desenvolvimento econômico local, como é o caso de Diamantina, que tem como uma das suas principais atividades econômicas, o turismo.

Muitos estudiosos ressaltam que o turismo e o capital são incentivadores da refuncionalização e que a preservação cultural não é um benefício obtido desta prática, principalmente quando não há um planejamento turístico (COSTA, 2008; COSTA, 2012; PERÉZ, 2009; PRADO-SANTOS, 2015).

A refuncionalização pode ser vista como uma aliada da preservação, o que possibilita o diálogo entre o passado, o presente, e a sociedade e um meio para que o sentimento de pertencimento surja desta relação. Salienta-se que a preservação é necessária, mas discorda-se da supervalorização do passado quando este mantém apenas um valor simbólico (IPHAN, 1964; LUCHIARI, 2005; COSTA, 2009).

Ao considerar as reflexões de Silva (2000), Scifoni (2004), Costa (2008) sobre os efeitos da refuncionalização, que tem como exemplo de impacto positivo, a preservação do patrimônio a partir de um planejamento sistemático e, como negativo a ameaça à identidade local frente ao turismo de massa, reflete-se: Se o patrimônio não convir ao uso turístico, como este seria acessível a toda sociedade?

Para discutir estas questões realizou-se uma revisão bibliográfica das obras destes autores e das obras de Choay (2006), Vogt (2008), Funari e Pelegrini (2009), Camargo (s/d) e a partir da gênese conceitual da palavra Patrimônio, que vai se buscar a compreensão do seu universo e do surgimento dos principais órgãos ligados a sua salvaguarda.

2.1 Do conceito a prática: o título de Patrimônio Mundial

O conceito de patrimônio criado em fins do século XVIII, se desenvolveu e ganhou diversas ramificações. Ao se analisar algumas das principais referências sobre termo, percebe-se que este apresenta constantes mudanças conceituais que ainda não chegaram a uma unanimidade, devido às constantes transformações da sociedade e da natureza do que se busca preservar (CAMARGO, s/d; VOGT, 2008).

O termo "Patrimônio", por muito tempo esteve ligado "às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo" (CHOAY, 2001, p. 11). As edificações, construções, objetos ou documentos que pretendiam perpetuar a memória de um fato, de uma pessoa ou um povo era chamado de monumento[8], uma forma de acepção da expressão "Patrimônio Histórico" ou "Monumento Histórico" que, ao longo do século XX adquiriu outras características como, por exemplo, não ser visto apenas como um monumento isolado, mas como um conjunto que estabelece uma relação com seu entorno (LEMOS, 1981; CAMARGO, 2002; GRAMMONT, 2006; CHOAY, 2006).

[8] A origem do termo Monumento Histórico, vem do latim *monumentum* que é derivado de *monere* e significa "aquilo que traz à lembrança alguma coisa" (CHOAY, 2006, p. 18).

O Monumento ou Patrimônio Histórico, às vezes também era tratado como "Patrimônio Histórico e Artístico", expressão que representa um "segmento de um acervo maior, que é o chamado Patrimônio Cultural", muito utilizado pelo SPHAN.

> O Patrimônio Histórico passa a integrar o conceito de Patrimônio Cultural. Este finalmente, dividido entre material e imaterial, engloba o conceito antropológico de cultura enquanto todo o fazer Humano, deste objetos, conhecimentos, capacidade e valores e, dessa forma, o conceito entra no século XXI (GRAMMONT, 2006, p. 440).

Essas mudanças conceituais demostram que a definição de Patrimônio não é engessada. Este deixou de ser apenas algo herdado para se tornar "o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro" (SILVA, 2000, p. 4).

É comum notar que o que foi preservado por muitos anos sofria grande influência das elites. Com isso, depara-se com uma realidade na qual por muito tempo o patrimônio popular não era preservado (LEMOS, 1981; GRAMMOND, 2006; FUNARI e PELEGRINI, 2009).

O conceito contemporâneo de patrimônio, inicia-se na França após a Queda da Bastilha[9] durante a Revolução Francesa, em 1789. Foi neste momento que surge a noção de preservação como uma necessidade de zelar pelos conjuntos urbanos diante da destruição causada pela revolução (CAMARGO, 2002).

Com a Revolução Francesa, todo individuo se tornou herdeiro do Estado Nacional, os monumentos e bens deste Estado representavam a consolidação da "identidade nacional". O modelo de patrimônio nacional da França foi adotado por diversos países, inclusive o Brasil, que "tornou o modelo para constituição do patrimônio nacional brasileiro" (CAMARGO, 2002, p. 21).

Um modelo global "de preservação e gestão do patrimônio cultural" foi desenvolvido e, ao longo do século XX medidas administrativas com indicações e regras a respeito da preservação e gestão de bens culturais foram estabelecidas (PRADO-SANTOS, 2015, p. 128). As chamadas "Cartas Patrimoniais" é um exemplo destas medidas. Elas eram instituídas ao passo que o conceito de patrimônio e de cultura eram ampliados. Elas continham diretrizes, planos de conservação, dentre outros direcionamentos importantes ao patrimônio.

---

[9] "A Queda da Bastilha marcou o início da contemporaneidade. Trata-se da ruptura do antigo regime do absolutismo monárquico e do aparecimento de um mundo novo com as ideias republicanas – de coisa pública – e monarquias com poderes limitados por princípios constitucionais". A queda da Bastilha, provocou uma onda de reações na França com o objetivo de apagar "a existência do arbítrio real por meio da destruição da cidadela" onde a Bastilha, era o "símbolo da arbitrariedade do poder real" (CAMARGO, 2002, p. 11).

> As cartas são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Possuem, portanto, caráter indicativo, ou, no máximo, prescritivo. São documentos que se colocam como base deontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não constituem receituário de simples aplicação (FAU/USP, 2011, p. 1).

Cada carta possuía discussões sobre necessidades e modos de ver o patrimônio e, com o passar dos anos, eram complementadas com normas e recomendações. Dentre estas normatizações de maior relevância, destacam-se:

Quadro 1 - Compilação das Cartas Patrimoniais

Cartas Patrimoniais Continua...	
Carta de Atenas (1931)	**Escritório internacional de museus.** Foco para o reconhecimento de uma ação interdisciplinar na conservação dos monumentos. Responsabilidade dos Estados de inventariar os seus bens (documentação internacional).
Carta de Atenas (1933)	**Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM)**. Análise dos problemas e sugestões baseadas nas quatro funções do urbanismo: habitar, trabalhar, recrear-se e circular.
Recomendação de Paris (1962)	**Relativa à salvaguardada da beleza e do caráter das paisagens e sítios.** Proteção não apenas ao sítio isolado, mas ao território aos quais eles pertencem.
Carta de Veneza (1964)	**Carta internacional sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios**. Definição de monumento histórico; A Conservação depende de sua função útil à sociedade.
Recomendação de Paris (1964)	**Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais.** Definição de bens culturais
Norma de Quito (1967)	**Reunião sobre a utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico.** Ampliação do conceito de monumento ao espaço; Os monumentos em função do turismo.
Recomendação de Paris (1968)	**Recomendação sobre a conservação dos bens.** Os "bens culturais" diante da problemática do crescimento das cidades; Medidas de preservação e salvamento: legislação, financiamento, medidas administrativas, métodos de preservação e salvamento dos bens culturais
Compromisso de Brasília (1970)	**1º encontro dos governantes do estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais.** Resumo de recomendações anteriores; Determinação de órgãos de defesa inexistentes; Encaminhamento para criação do Ministério da Cultura.
Compromisso de Salvador (1971)	**II Encontro de governantes para preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil.** Recomenda-se a criação do Ministério da Cultura e secretárias ou fundações estaduais.
Convenção de Paris (1972)	**Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Definição do Patrimônio Cultural e Natural e sua proteção nacional e internacional
Declaração de Amsterdã (1975)	**Congresso do Patrimônio Arquitetônico europeu.** Firma o patrimônio arquitetônico europeu como Patrimônio Mundial; O patrimônio como um dos objetivos do patrimônio urbano

Cartas Patrimoniais	Conclusão.
Declaração de Nairóbi (1976)	**Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea.** Definição de conjunto histórico ou tradicional, sua importância como patrimônio universal insubstituível.
Carta de Turismo Cultural (1976)	**Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, realizado em Bruxelas (Bélgica).** Criar estratégias para minimizar os impactos do aumento desordenado do fluxo de visitantes; Preocupação com crescimento do turismo internacional aos sítios reconhecidos como patrimônio da humanidade.
Declaração do México (1985)	**Conferência mundial sobre as políticas culturais.** Conceito de cultura, identidade cultural e patrimônio cultural; Discussão sobre a "Dimensão cultural do desenvolvimento", cultura e democracia; Recomendações para a cooperação cultural internacional.
Carta de Washington (1986)	**Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas Definição de cidades históricas.** Princípios e objetivos da salvaguarda de bairros e cidades históricas
Carta de Petrópolis (1987)	**1º Seminário brasileiro para a preservação e revitalização de centros históricos.** Definição de sítio histórico
Recomendação de Paris (1989)	**Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional popular.** Definição da cultura tradicional e popular
Conferência de Nara (1994	**Considera a diversidade cultural e de patrimônio.** Discussão sobre "valores e autenticidade"
Carta de Brasília (1995)	**Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade.** A necessidade de discutir a questão da "autenticidade", diante a realidade regional "de uma cultura sincretista e de uma cultura de resistência"

Fonte: Síntese da autora baseado no esquema de Cartas Patrimoniais (IPHAN, 2000).

Estas cartas (quadro 1) foram escritas entre a década de 1930 até 1990. Abordam o patrimônio cultural e evidenciam a importância que a cultura foi adquirindo nos mais diversos encontros sobre preservação, conservação e restauração do patrimônio. Trazem também elaborações da UNESCO, como às convenções e as recomendações, na qual a primeira corresponde a tratados com diversas ramificações e "inserem-se entre as fontes formais de Direito Internacional Público [...]" e a segunda são "instrumentos de cooperação cultural" (SILVA, 2003, p. 58). As recomendações, assim como as convenções, determinavam os bens culturais móveis ou imóveis a serem protegidos por serem representações culturais representativas da cultura de cada local, estado ou país.

Dentre as cartas listadas, a Norma de Quito[10] e a Carta do Turismo Cultural possuem uma relação mais estreia com o escopo deste estudo. A Norma de Quito, por afirmar "que o turismo não compromete o patrimônio, mas que, na verdade contribui para afirmar a consciência de sua importância e significado" e reforçar que a promoção dos bens culturais é uma estratégia para sua preservação (BRUSADIN e SILVA, 2012, p. 81). Esta carta afirma ainda que, os planos e

[10] Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico (IPHAN, 1967).

ações de salvaguarda dos bens devem deixar de ser exclusividade do poder público e de grupos minoritários e elitistas da população, para incluir a participação da comunidade. A Carta de Turismo Cultural destaca os benefícios da atividade turística, como a proteção dos monumentos visitados, e salienta a importância de ações no âmbito da educação ambiental para um equilíbrio entre o uso e a conservação seja estabelecida (SOUZA, 2011).

Outro normativo de igual relevância e também ressalta a necessidade de ampliar os trabalhos de educação patrimonial é a Carta de Atenas, escrita em 1931. Esta, foi o primeiro normativo dedicado exclusivamente ao patrimônio cultural e tinha a preocupação com a preservação dos monumentos (SOUZA, 2011).

As cartas e recomendações internacionais sobre o patrimônio, refletiram no Brasil de diversas formas como, por exemplo, para a realização no ano de 1970, do 1º Encontro dos Gestores Públicos Estaduais e Municipais. Este evento teve o intuito de promover a assinatura do Compromisso de Brasília, que destacava a necessidade zelar pelo patrimônio cultural brasileiro e recomendava a criação de um Ministério da Cultura. O Compromisso de Salvador, em 1971, também tinha o objetivo de reafirmar as recomendações do encontro de Brasília e, reforçar a necessidade de criação do Ministério da Cultura e estabelecer novas diretrizes (SOUZA, 2011).

A Conferência Geral[11] da UNESCO em sua 17º Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que ocorreu em Paris no ano de 1972 conhecida como Recomendação de Paris também é primordial nesta discussão. Durante a convenção criou-se a recomendação dos direitos sobre a preservação de bens, que tinha como objetivo proteger os bens de valor universal, o que fez com que o mundo reconhecesse a importância destes para a humanidade, além de enfatizar a proteção das paisagens, seus territórios e considerar os monumentos além do valor paisagístico e do bem edificado, ampliando o conceito de patrimônio cultural (UNESCO, 1972; BRITTO, 2006; IPHAN 2008).

Os principais resultados da Convenção de 1972 consistem na definição dos bens culturais pertencentes ao Patrimônio Cultural, os monumentos, que compreendem: as obras arquitetônicas, os elementos de natureza arqueológica; os grupos de construções isoladas ou reunidas (conjuntos) de valor universal e excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972).

[11] As principais decisões da UNESCO são tomadas na Conferência-geral que acontece a cada dois anos em um encontro dos Estados-membros da Organização (SILVA, 2003).

Durante a 17º Convenção, a expressão Patrimônio ou Patrimônio Histórico e Artístico, atualmente Patrimônio Cultural[12] foi mais uma vez ampliado para acrescentar os "lugares notáveis" e incluir o chamado "Patrimônio Imaterial" (GRAMMONT, 2006, p.140). O conceito de Patrimônio Imaterial "surge como resposta à tradição", pois engloba todas as manifestações e costumes da sociedade, sendo mais amplo e justo (SOUZA, 2008, p. 44).

As cartas patrimoniais que fazem menção ao respeito que se deve ter às culturas locais de todo povo, o Patrimônio Imaterial somente envolve a cultura tradicional e popular na 25ª Conferência da UNESCO realizada em Paris em 1989, com a escrita da recomendação de sua salvaguarda (IPHAN, 1989; GRAMMONT, 2006).

A noção de patrimônio pode representar a expressão cultural de um indivíduo (bens individuais) ou da sociedade (bens coletivos). Quando este bem é dotado de um valor que extrapola a esfera particular e o Estado, representa um importante veículo da história da humanidade, ele deve ser preservado em benefício do enriquecimento cultural de todo o mundo sendo reconhecido como Patrimônio Mundial, ou da Humanidade.

> Es todo un patrimonio cultural que ultimamente se esta calificando como "patrimonio de la humanidad" y que tiende a personalizarse en el fenómeno indudable de unos determinados "bienes", bienes que son excepcionales casi siempre por su historia, por su belleza y por su originalidad. Y que es lo que se habla oficialmente, constituyendo lo que se llama los bienes patrimonio de la humanidad [...] (MOREL, 2002, p.78).

O legado "comum" da humanidade compunham uma seleta Lista do Patrimônio Mundial, que nasceu na Convenção 1972 e trazia os bens reconhecidos pela UNESCO que possuíam valor universal, o que possibilitava aos países inscritos na lista um *status* internacional, fator considerado de forte influência na demanda turística (SCIFONI, 2004).

O conceito de Patrimônio Mundial, ganhou força a partir da primeira Guerra Mundial e teve, com a criação da ONU, em 1945, e da UNESCO em 1946, a sua projeção e valorização em nível internacional (ZANIRATO, 2010).

Durante a Convenção de 1972, criou-se o conceito de Patrimônio Mundial e foi estabelecido que este seria englobado por bens de grande valor a ser legado à humanidade (ZANIRATO, 2010). A Convenção enfatiza em seu preâmbulo que "a degradação ou o

[12] Importante destacar que a expressão Patrimônio Cultural, só foi substituído à expressão Patrimônio Histórico e Artístico, "conceito utilizado nas Constituições anteriores" na Constituição de 1988 (SILVA, 2001, p.100-101 *apud* Souza, 2008).

desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural, constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos do mundo" (UNESCO, 1972, p. 1).

A gestão deste patrimônio, em razão do regime jurídico, foi dividida entre as categorias de "natureza" e "afetação". Um exemplo de patrimônio comum por natureza é a Antártida, os corpos celestes, o subsolo, dentre outros, os quais o Estado abdica da "reivindicação soberana sobre os bens daquele patrimônio, em virtude de uma ação conjunta que coordene a utilização e conservação de bens comuns [...]". Já o patrimônio comum por "afetação" seria o "patrimônio cultural e natural disciplinado pela Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972" (SILVA, 2003, p. 38 - 39).

Em outras palavras, o patrimônio comum por natureza é "aquele que se situa em espaços nunca antes submetidos à apropriação estatal" e o patrimônio comum por afetação "corresponde aos bens sujeitos à soberania dos Estados onde o mesmo se encontra". Essa divisão categórica do Patrimônio Mundial contribuiu para que a expressão tivesse diferentes pontos de vista nas convenções (ZANIRATO, 2010, s/p).

O mar, por exemplo, devido aos recursos presentes nos oceanos e que poderiam ser explorados em benefício do ser humano, é considerado o percussor do direito comum e universal, além de ter sido ser um importante bem para a concretização do conceito de Patrimônio da Humanidade (SILVA, 2003).

A garantia de atratividade, em muitos destinos reconhecidos mundialmente pela UNESCO, está condicionada ao seu patrimônio. O título de Patrimônio Mundial é uma das principais motivações para gestores de destinos turísticos que buscam o desenvolvimento da atividade e da economia interna (SCIFONI, 2004).

> Interessante ressaltar que, no caso do Brasil, apesar da figura do tombamento nas esferas municipal, estadual ou federal ser interpretada com certo receio e até negatividade, pois ele é visto apenas como restrição do uso dos bens, o título internacional, ao contrário, é entendido como um rito de consagração do valor patrimonial, conferindo destaque e *status* para determinados bens ou lugares dentro dos roteiros turísticos internacionais. Título este exaustivamente incorporado pelo *marketing* turístico dos setores público e privado, como objeto de consumo (SCIFONI, 2004, p. 4).

Fazer parte desta lista seleta é algo complexo que exige dedicação do Estado solicitante. Além de um bom argumento para candidatura, o destino deve iniciar uma preparação local que envolve estruturação e planejamento. Importante salientar que antes de solicitar o reconhecimento universal, é necessário que a população autóctone se identifique com seu

patrimônio, para que este não seja mero objeto de comercialização e atração turística (SCIFONI, 2004).

Para orientar o Estado Parte[13] no processo de candidatura, a UNESCO desenvolveu, no ano de 2010, um manual de instruções[14] que recomenda na primeira etapa do processo, a elaboração de um inventário. Ressalta-se que apenas os países que assinaram a Convenção do Patrimônio Mundial podem apresentar candidaturas.

> Elaborar um inventário dos sítios de patrimônio natural e cultural de maior notoriedade, localizados dentro de suas fronteiras que são considerados patrimônio cultural e/ou natural de Valor Universal Excepcional, e, portanto, aptos a ser inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2013, p.19).

A segunda etapa, é a construção de um Dossiê de Candidatura, que inclui toda a documentação e mapas. Posteriormente, a documentação é avaliada por algumas instituições indicadas na Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (SILVA, 2006).

A decisão final é de responsabilidade da Convenção, autoridade internacional que possui um órgão executivo denominado Comitê do Patrimônio Mundial, formado por representantes dos Estados Parte, que delibera sobre a inclusão ou não do bem na lista (SCIFONI, 2004; SILVA, 2006).

O Comitê do Patrimônio Mundial possui como órgão consultivo para a avaliação dos bens culturais, o *The International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS); Para a Conservação da Natureza, a *International Union for Conservation of Natur* (IUCN) e o *The International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, uma organização para aconselhamento especializado sobre a conservação de sítios culturais (UNESCO, 2011).

Quando um sítio é reconhecido como Patrimônio Mundial, a responsabilidade de conservar os bens, cuidar da sua identificação, proteção, valorização e divulgação do patrimônio é do próprio país solicitante. Já o controle e acompanhamento das intervenções urbanas e arquitetônicas realizadas são de responsabilidade do IPHAN (no caso do Brasil) e à

---

[13] Estado Parte refere-se a cada país signatário de um acordo ou convenção.

[14] O manual de instrução é uma versão em português do manual de "Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial" e tem como objetivo, facilitar a aplicação da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (daqui em diante denominada "Convenção do Património Mundial" ou "Convenção"), descrevendo os procedimentos com vista à: inscrição de bens na Lista do Património Mundial e a Lista do Património Mundial em perigo (UNESCO, 2013, p. 11).

UNESCO, cabe monitorar através de relatórios providenciados pelos gestores de sítio, o estado de conservação dos patrimônios (MACHADO e BRAGA, 2010).

Assim como existe a Lista de Bens do Patrimônio Mundial, também há a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, na qual o Estado Parte pode inscrever o bem que se encontra em perigo de desaparecer por fatores que possam descaracterizá-los como: a poluição, o turismo de massa, guerras, dentre outros motivos.

A assistência prestada a estes bens em perigo pode vir do fundo internacional, que levanta os recursos de diversas formas, como as contribuições voluntárias e as obrigatórias dos Estados Parte, e as distribui através de financiamentos de ações protetoras (SILVA, 2006). No Brasil, o fundo internacional é utilizado desde o ano de 1982. De um total de 50 pedidos, 37 foram destinados à conservação de bens da categoria "cultura" e 3 na categoria "emergência". Dentre as solicitações, dois pedidos foram aceitos, um para o Centro Histórico da Cidade de Goiás, no ano de 2002 e outro em 1998, para consolidação das encostas das serras ao redor de Ouro Preto e restauração de ponte Antônio Dias[15] (UNESCO, 2016).

Por décadas os patrimônios mundiais que predominavam na lista da UNESCO se concentravam na Europa. A Espanha se destaca por possuir mais de 50% dos bens chancelados como Patrimônio Mundial. Esse quadro passou a apresentar mudanças ao longo dos anos, quando foram estabelecidos os primeiros critérios para reconhecimento do que seria classificado como um bem mundial, em 1977, pela UNESCO, baseados em valores como monumentalidade e excepcionalidade, no caso dos bens naturais, e autenticidade para os bens culturais (SCIFONI, 2004; PELEGRINI, 2007). Neste período, os Estados Unidos foi o país a se destacar na busca por inserir seus bens na lista.

Em 1980, a Índia liderou o primeiro lugar na lista dos bens tombados. No ano de 1990, a Itália apareceu na liderança, seguida nos últimos anos pela Espanha e Reino Unido. Na década de 1990, o número de países que aderiram à Convenção do Patrimônio Mundial aumentou e "colocou em xeque esta concepção de autenticidade, o que significou, a partir daí, mudanças na condução das políticas para o patrimônio" (SCIFONI, 2004, p. 9). Em 1994, com fomento e patrocínio do Japão, que buscava a inclusão dos seus monumentos na lista indicativa, houve a revisão dos critérios, "para o reconhecimento de outras formas de fazer cultura e de pensar o

[15] Atualmente não há nenhum bem no Brasil inscrito na Lista de Patrimônio Mundial em Perigo. Durante o período de 1978 a 2016 em todo o mundo, foram registrados 2333 pedidos nesta lista e desses, 2113 foram aprovados (UNESCO, 2016).

patrimônio, expressando assim, mudanças na condução das políticas internacionais para a questão" (SCIFONI, 2004, p.1 -11).

Os critérios de seleção para ser considerado um Patrimônio Mundial, estão enumerados de "I" a "VI", relacionados a bens culturais e, de "VII" a "X" aos bens naturais, conforme quadro 2:

Quadro 2 - Critérios para Patrimônio Mundial

Bens Culturais	
Critério I	Representar uma obra-prima do gênio criativo humano
Critério II	Exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo.
Critério III	Apresentar um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida.
Critério IV	Ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana.
Critério V	Ser um exemplo excepcional de um assentamento humano tradicional, uso da terra ou do mar que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou de uma interação humana com o meio ambiente, especialmente quando ele se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis.
Critério VI	Estar diretamente ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, ideias ou crenças, obras artísticas e literárias de significação universal excepcional (o comitê considera que esse critério deve ser usado de preferência em conjunção com outros critérios).
Bens Naturais	
Critério VII	Representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética.
Critério VIII	Ser um exemplo excepcional e identificador de estágios na história da Terra, incluindo os registros da vida, de processos geológicos significativos em curso no desenvolvimento das formas terrestres, ou de elementos geomórficos ou fisiográficos significativos.
Critério IX	Ser um exemplo excepcional de processos ecológicos e biológicos significativos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e animais terrestres, de água doce, costeiros e marinhos.
Critério X	Conter os habitats naturais mais relevantes e significativos de Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência e da conservação.

Fonte: Elaboração própria baseado no manual de referência para o Patrimônio Mundial (UNESCO, 2013)

No Brasil há dezenove sítios, dentre patrimônio cultural e natural, e mais seis patrimônios culturais imateriais reconhecidos como Patrimônio da Humanidade[16] pela UNESCO. O Patrimônio Mundial (WHS) apresenta uma diversidade tipológica que se estende de "pequenas cidades como Goiás ou Diamantina, em que quase todo o sítio urbano está delimitado como

[16] "A presidente do ICOMOS Brasil, Rosina Parchen, explica que não existe nenhuma cidade inteiramente chancelada como Patrimônio da Humanidade, mas sim uma área de maior interesse que recebe esse tratamento. Esse núcleo de maior valor é chamado de centro histórico" (MENEZES, 2010, s/p).

Patrimônio Mundial", a áreas delimitadas na região metropolitana, como é o caso de Olinda e Salvador (MACHADO e BRAGA, 2010, p. 50).

Estes sítios descritos representam uma amostra da identidade brasileira. São eles:

Quadro 3 - Patrimônios Mundiais no Brasil

Sítios do Patrimônio Cultural
1980 - A Cidade Histórica de Ouro Preto, Minas Gerais
1982 - O Centro Histórico de Olinda, Pernambuco
1983 - As Ruinas Jesuíticas Guarani - São Miguel das Missões, Rio Grande de Sul e Argentina
1985 - O Centro Histórico de Salvador, Bahia
1985 - O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos - Congonhas do Campo, Minas Gerais
1987 - O Plano Piloto de Brasília - Distrito Federal
1991 - O Parque Nacional Serra da Capivara - São Raimundo Nonato, Piauí
1997 - O Centro Histórico de São Luiz do Maranhão.
1999 - Centro Histórico da cidade de Diamantina, Minas Gerais
2001 - Centro Histórico da cidade de Goiás
2010 - Praça de São Francisco - São Cristóvão, Sergipe
2012 - Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar
Sítios do Patrimônio Natural
1986 - Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu, Paraná e Argentina
1999 - Mata Atlântica - Reservas do Sudeste, São Paulo e Paraná
1999 - Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica, Bahia e Espírito Santo
2000 - Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central
2000 - Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
2001 - Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas- Goiás
2001 - Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas
Elementos do Brasil inscritos nas Listas do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade
2014 - Roda de Capoeira
2013 - Círio de Nazaré: procissão da imagem de Nossa Senhora de Nazaré na cidade de Belém (Estado do Pará).
2012 - Frevo: arte do espetáculo do carnaval de Recife
2011 - Yaokwa, ritual do povo enawene nawe para a manutenção da ordem social e cósmica
2008 - As expressões orais e gráficas dos Wajapis
2008 - Samba de Roda do Recôncavo Baiano

Fonte: UNESCO (2016)

Os WHS utilizam a associação de símbolos, produtos e serviços para remeter a imagem do destino às pessoas. Por exemplo: A cidade de Ouro Preto é associada ao barroco e à arquitetura colonial; A cidade de Congonhas, aos profetas de Aleijadinho; Salvador, ao pelourinho e ao carnaval; São Luís, aos azulejos; Olinda, ao frevo e aos bonecos gigantes; E

Diamantina, ao ex-presidente Juscelino Kubitschek[17]de Oliveira e a Chica da Silva[18] (MACHADO e BRAGA, 2010).

Ao ser reconhecido WHS, o sítio é promovido nacional e internacionalmente. Pensar no aumento do fluxo turístico é inevitável. No Brasil, o turismo é um setor importante que vem crescendo rapidamente, com "registros crescentes da entrada de turistas internacionais", principalmente em decorrência dos diversos patrimônios mundiais (ITUASSU, 2004).

Nesse sentido, a atuação da EMBRATUR é imprescindível. O instituto elaborou um programa de Promoção Turística das Cidades Patrimônio Cultural, lançado no ano de 2014 na Feira Internacional de Turismo (FITUR) de Madri, na Espanha, com o objetivo promover os destinos e investir na capacitação de operadores de turismo do exterior sobre as cidades históricas do país. Durante o lançamento, houve uma exposição dos Patrimônios do Brasil que posteriormente, seguiu para a Itália e França, dois dos maiores emissores de turistas para o país (BRASIL, 2013).

Além da visibilidade em nível internacional, a conservação dos patrimônios é um dos destaques da UNESCO para os ganhos da condição de Patrimônio Mundial. Esta se insere como política para assegurar ao sítio as condições para se tornar legado às futuras gerações e se tornar acessíveis ao público. Outros benefícios são: a possibilidade de incrementar o fluxo turístico (mesmo sem comparações estatísticas formais), maior qualidade nos ambientes urbanos e áreas preservadas que atraem investimentos em conservação e restauração (MACHADO e BRAGA, 2010; IPHAN, 2014).

Após compreender o universo patrimonial, os conceitos que o permeia, e os instrumentos de apoio ao patrimônio como as cartas, recomendações e convenções, segue no próximo item o contexto da realidade patrimonial de Diamantina e suas interfaces com a atividade turística.

2.2 Diamantina: interfaces entre o Patrimônio Mundial e o Turismo

Muitos destinos buscam o título mundial como estratégia para o fomento ao turismo, e como uma alternativa econômica. O reconhecimento como WHS é almejado como diferencial

[17] Natural de Diamantina, nasceu em 12 de Setembro de 1902 e faleceu em 22 de Agosto de 1976. Foi médico urologista (1931); Prefeito de Belo Horizonte (1940); Governador de Minas Gerais (1950) e Presidente da República entre 1956 e 1961 (MINAS GERAIS, 2016a).

[18] Francisca da Silva nasceu em Diamantina, entre 1731 e 1732 (não há uma data exata). Ela cravou o nome na história como Chica da Silva, uma das personagens mais populares do Brasil, por ser vista como uma mulher a frente do seu tempo (BRASIL, 2012).

para atrair pessoas que buscam contato com diferentes experiências e vivenciar o legado cultural do destino visitado (BORGES, 2013).

Em Diamantina, a iniciativa da campanha em *prol* da chancela de Patrimônio Mundial partiu do poder público municipal, na gestão do prefeito João Antunes de Oliveira, em 28 de Março de 1997. A campanha contou com o apoio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), IPHAN e do Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (CEBRAC) (COSTA, 2009; INSTITUTO TERRA AZUL, 2009).

No início da campanha, surgiu também a necessidade de atender aos critérios estabelecidos pela UNESCO, com a realização de investimentos em infraestrutura turística, na sensibilização da população local para questões sobre patrimônio e turismo, na construção do Plano Diretor e na criação de conselhos como de Turismo e Cultura (SOUZA *et al.*, 2007, s/p).

O dossiê de Diamantina encaminhado à UNESCO contou com o trabalho de campo realizado pelo IPHAN[19] e trazia a musicalidade local como uma das particularidades refletida no evento musical Vesperata. O município inclusive é conhecido como Terra Nacional da Serenata e Cidade Musical, devido à esta tradição (UNESCO, 2008; AMARAL, 2012; ALVES e NASCIMENTO, 2014).

> A Vesperata é um evento artístico-cultural, realizado na Rua da Quitanda em Diamantina, integrante do calendário turístico-cultural da cidade e realizado no período de março a outubro de cada ano. Constituído pela realização de um concerto musical com a participação de duas bandas locais de músicas orquestradas características da cultura tradicional mineira. Realizado ao ar livre, os regentes [...] se revezam [...] nas sacadas dos casarões (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2011, p. 21).

O evento ocorre de Abril a Outubro (meses nos quais as chuvas não são tão frequentes), de duas vezes por mês, é produzida e comercializada pela agência de turismo Minhas Gerais com o apoio da prefeitura municipal. No evento, as bandas de música do 3º Batalhão da Polícia Militar e a Banda Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz se apresentam nas sacadas dos casarões da Rua da Quitanda. Dentre os monumentos da cidade que contribuíram para o reconhecimento de Diamantina como um bem cultural da humanidade estão:

---

[19] O Gabinete de Coordenação Regional do IPHAN está instalado em Diamantina, na Casa da Chica da Silva.

Quadro 4 - Bens tombados pelo IPHAN em Diamantina.

Bem Tombado	Localização	Livro Belas Artes
Casa do Padre Rolim	Rua Direita, 14.	Inscrição: 278 Data 28-06-1950
Casarão do Fórum	Praça Juscelino Kubitschek	Inscrição: 349 Data: 09-01-1950
Casa do Muxarabiê	Rua da Quitanda, 46.	Inscrição: 382 Data: 09-01-1950
Casa da Chica da Silva	Praça Lobo de Mesquita, 266	Inscrição: 355 Data: 04-04-1950
Casa com Forro pintado	Rua Direita, 36.	Inscrição: 451 Data: 02-09-1959
Mercado Velho	Praça Barão de Guaicuí	Inscrição: 387 Data: 31-07-1950
Conj. arquitetônico e urbanístico	Centro	Inscrição: 066 Data: 16-05-1938
Igreja de Nossa Sra. das Mercês	Rua das Mercês	Inscrição: 333 Data: 06-12-1949
Igreja de Nossa Sra. do Amparo	Rua do Amparo	Inscrição: 331 Data: 06-12-1949
Igreja de Nossa Sra. do Rosário	Largo do Rosário	Inscrição: 334 Data: 06-12-1949
Igreja de Nossa Sra. do Carmo	Rua do Carmo	Inscrição: 283 Data: 19-04-1940
Igreja de São Francisco de Assis	Rua São Francisco de Assis	Inscrição: 335 Data: 06-12-1949
Igreja do Sr. do Bonfim	Rua do Bonfim	Inscrição: 332 Data: 06-12-1949

Fonte: Produção da autora baseado nos registros do Livro do Tombo[20] (IPHAN, 2015)

Em 1999, dois anos após a solicitação da inclusão de Diamantina na seleta lista de patrimônios mundiais, a cidade foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade. Para entender melhor a delimitação da área tombada pelo IPHAN e a área reconhecida pela UNESCO como patrimônio mundial, tem-se o mapa urbano da cidade (figura 1):

Figura 1 - Delimitação da área tombada pelo IPHAN e da área reconhecida pela UNESCO
Foto: Prefeitura Municipal de Diamantina (2016c)[21]

[20] A palavra tombamento originou-se do verbo tombar que, em Portugal, tem o sentido de registrar, inventariar, arrolar e inscrever bens. O inventário era inscrito em um livro (Livro do Tombo) próprio que por sua vez era guardado na Torre do Tombo, em Lisboa. O termo passou a ser utilizado no Direito brasileiro para designar os bens registrados e tutelados pelo poder público (IPHAN, 2015).

[21] Esta é uma figura presente no guia turístico impresso de Diamantina.

Na área delimitada pelo IPHAN (demarcação na cor marrom), encontra-se praticamente todo o acervo da cidade e, na delimitação do perímetro feito pela da UNESCO (demarcação na cor laranja), está o conjunto arquitetônico e urbanístico reconhecido como Patrimônio Mundial.

Salienta-se que o patrimônio cultural da cidade vai além do conjunto arquitetônico tombado. Este também abrange as áreas naturais, as manifestações, o artesanato, a musicalidade, dentre outros (RAYEL e GUIMARÃES, 2012, p. 3).

Para contribuir com a preservação do núcleo histórico, o Plano Diretor de Diamantina desenvolvido no momento em que a cidade pleiteava o título de WHS, estabeleceu um Macrozoneamento (figura 2) "considerado como polígonos delimitadores de áreas urbanizáveis, de restrição da urbanização ou de proteção paisagística" (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2009, p. 46).

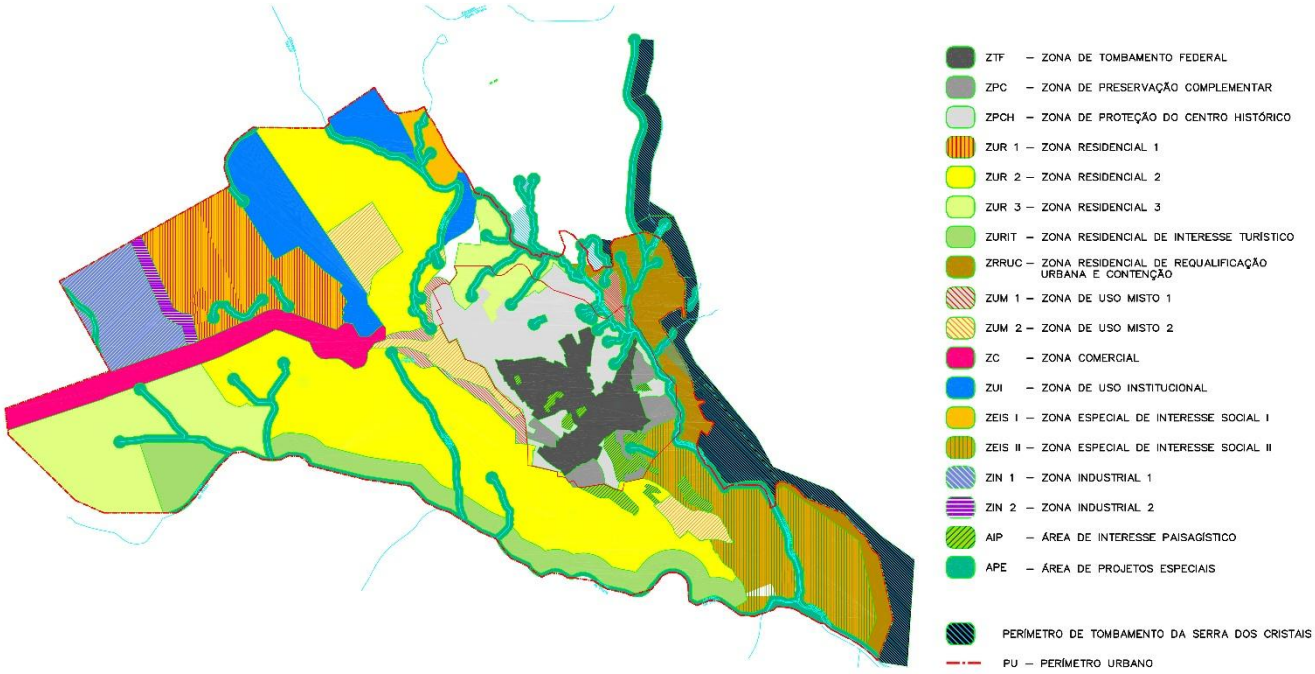


Figura 2 - Planta do Zoneamento de Diamantina
Foto: Câmara Municipal de Diamantina (2009)

Ao observar a Planta de Zoneamento, é possível compreender a dinâmica espacial que envolve Diamantina. O centro histórico tombado (na cor preta) é protegido por uma zona de proteção (na cor cinza) e ambas recebem recomendações do IPHAN para a conservação e proteção do conjunto arquitetônico.

A arquitetura civil revela um casario homogêneo, no qual as fachadas foram reproduzidas ordenadamente, sendo "evidentes testemunhos da reprodução do modelo cultural de origem

portuguesa" (IPHAN, 2016b, s/p). Eis alguns indícios da excepcionalidade pela qual Diamantina foi reconhecida patrimônio mundial. Este conjunto de construções com características singulares, são retratos de um núcleo que se manteve preservado, e que faz com que a cerne do povoamento no século XVIII seja identificado com facilidade.

> The historical formation of the former Arrayal do Temuco, continuous appropriation of the related spaces and public roadways through the centuries by traditional religious festivals, and the predominantly residential use of the area are the key elements underlying the attributes that confer on the site its singularity and outstanding universal value (IPHAN, 2012, s/p).

O conjunto arquitetônico foi construído no período em que a mineração era a principal atividade econômica local. Diamantina foi o "maior centro de extração de diamantes do mundo no século XVIII" e este fator refletiu na evolução urbana que foge à regra comum das conhecidas cidades históricas "com formação de uma praça representativa do poder político e religioso" (IPHAN, 2016b).

Quando o município foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938, qualquer modificação ainda que para fazer melhoramentos no patrimônio, por menor que fosse, deveria passar pela avaliação do SPHAN (GONÇAVES, 2004). Além da UNESCO, houve um amplo processo de reconhecimento de patrimônios do entorno que precisam ser considerados em uma análise da relação entre turismo e patrimônio.

Além dos bens culturais localizados no centro histórico, a Serra dos Cristais, na qual Diamantina está inserida, passou por um processo de tombamento que teve início em 2000 e foi concluído em 2010, pelo IEPHA e aprovado pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP). O intuito do tombamento foi o controle da ocupação na serra e a "salvaguarda do conjunto paisagístico natural ameaçado pela ocupação irregular e desordenada" (RAYEL e GUIMARÃES, 2012, p. 2-3). Portanto, foi fundamental para a conservação da área e possibilitar uma interação com o centro histórico, transformando a paisagem em um dos cartões postais da cidade.

Figura 3 - Serra dos Cristais vista da Rua do Amparo no centro histórico
Foto: Acervo pessoal da autora (2016).

Nas proximidades de Diamantina, ainda na Serra dos Cristais (figura 3), está inserida a Vila de Biribiri, que também passou pelo processo de tombamento estadual em 1998, devido aos "aspectos históricos, arquitetônicos, culturais" e a "representatividade histórica e cultural no processo de industrialização de Minas" (IEPHA, 2012).

A área de 16.998,66 hectares, na qual está inserida a Vila de Biribiri, foi transformada em Parque Estadual do Biribiri (PEBI) com repercussões no âmbito histórico-cultural e devido aos seus aspectos arquitetônicos, pelo IEPHA. Apesar da Vila estar localizada dentro da área do Parque, ser um atrativo turístico de maior atratividade dentro dele, ela não faz parte da Unidade de Conservação (IEPHA, 2012; IEF, 2015).

Percebe-se que desde 1938, diversos tombamentos se consolidaram na região de Diamantina, que já apresentava um tímido fluxo turístico (MENDONÇA *et al.*, 2006). Todos os tombamentos em Diamantina contribuíram para que a ICOMOS, em visita à cidade, em Fevereiro de 1999, fizesse observações positivas a respeito das suas peculiaridades.

Foi recomendado que a cidade fosse inscrita com prioridade na lista do Patrimônio Mundial, baseado nos critérios II e IV e destacaram dentro do segundo critério, a cultura de exploradores, garimpeiros e representantes da coroa que se adaptaram a modelos europeus em um contexto colonial no século XVIII, com a manutenção da raiz cultural original (UNESCO, 2008)

No momento da campanha pró patrimônio, a justificativa apresentada pelo Estado Parte ao ICOMOS, destacava que Diamantina atendia aos seguintes critérios (UNESCO, 2011):

- Critério II: O conjunto urbano e arquitetônico de Diamantina combina perfeitamente com a paisagem selvagem, constituindo um belo exemplo de um espírito aventureiro combinado com a busca de refinamento, uma característica significativa da história da humanidade;
- Critério IV: Diamantina ilustra como os exploradores do Brasil, aventureiros em busca de diamantes e representantes da coroa foram capazes de adaptar modelos europeus para um contexto colonial no séc. XVIII, criando, assim, uma cultura que foi fiel à sua raízes ainda completamente original;
- Critério V: Ser um dos últimos exemplos do modo com que o Brasil domou seu território e elaborou sua cultura. É particularmente excepcional na medida em que é ligada a um modo de mineração tão raro como seu objeto, de diamantes.

Dos critérios sugeridos pelo Estado Parte, Diamantina foi reconhecida pelos dois já indicados pelo ICOMOS (UNESCO, 2011):

- Critério (II): Exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo;
- Critério (IV): Ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana.

Observa-se que os critérios pelos quais a cidade se tornou um Patrimônio Mundial não vem do legado deixado pela atividade garimpeira, embora estivesse intrínseco nos critérios apresentados pela cidade como principal argumento da sua candidatura. Esta se tornou entretanto, coadjuvante no progresso e construção urbana da cidade (ALVES, 2011).

A partir do momento que Diamantina foi chancelada pela UNESCO houve uma supervalorização simbólica dos bens culturais que acontece pela ambição dos agentes públicos, que transformaram a cultura em mercadoria "contrariando as primeiras propostas da UNESCO, de salvaguarda dos bens culturais em benefício incondicional para a população local" (COSTA, 2009, p. 181).

> O centro histórico da cidade foi reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO devido à singularidade do casario, legado colonial do período de exploração de diamantes, e, também, pelas atividades culturais que são produções sociais construídas ao longo do tempo. O sentimento de pertencimento e valorização do lugar foi reafirmado através da campanha Diamantina Patrimônio da Humanidade. Os empreendedores viram nesta ação uma oportunidade de ampliar os negócios para atender aos novos turistas que visitaram a cidade, ávidos por conhecer o patrimônio material e imaterial digno de reconhecimento mundial (ALVES, 2011, p. 20).

Erroneamente a cidade possuía uma intenção clara: buscar o fomento do turismo através do reconhecimento do seu patrimônio tombado e promover o aumento da demanda turística (COSTA, 2009). O cidadão muitas vezes não se reconhece na cultura local retratada ao turista e isto consequentemente faz com que o visitante sinta-se em um espaço que cada vez mais turistificado. De quem é o patrimônio afinal?

O discurso sobre a mudança econômica do município para a atividade turística era tão forte que parecia não haver outra saída possível para a cidade. Outras atividades também desenvolvidas em Diamantina e vários outros projetos poderiam também ser fomentados além do turismo (MARTINS, M., 1992).

No final da década de 1990, Diamantina passou por um intenso processo de patrimonialização[22] do seu centro histórico e dos monumentos isolados. Este foi um momento em que a necessidade de ações de sensibilização da população eram imprescindíveis, principalmente para que a comunidade acompanhasse o processo e se sentisse parte dele.

Na prática, isto não ocorre. A dinâmica corrente em diversos destinos, priorizam o turismo antes da preservação da memória e/ou preservam seu patrimônio tendo em vista o fomento da atividade turística, como é o caso de Diamantina. Este fator gera impactos locais característicos de quando o poder público não trabalha o reconhecimento do patrimônio pelos moradores ou quando esta ação é feita tardiamente.

Por fim, este item trouxe a dialética dos destinos na busca pela preservação, apontou os patrimônios reconhecidos no Brasil e em Diamantina, apresentou os critérios para ser um WHS reconhecido pela UNESCO e quais foram os pontuados por Diamantina. O próximo item discorre sobre as interfaces entre patrimônio, turismo e desenvolvimento turístico em WHS, as novas formas de reconhecimento do patrimônio através da concepção de cultura e o conceito de Patrimônio Cultural.

2.3 Patrimônio, turismo e desenvolvimento: um desafio

Uma nova tendência contemporânea entende a cultura para além do patrimônio edificado e recebe o nome de Patrimônio Cultural, expressão que constantemente passa por

[22] Patrimonialização é o "ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da Preservação" (LIMA, 2012, p. 34).

ampliações conceituais decorrentes da mundialização e, principalmente, por envolver bens imateriais (VOGT, 2008, p. 28).

No Brasil, houve a necessidade de conceber oficialmente o que seria entendido como cultura. Este projeto de construção da identidade nacional não surgiu de um plano global, que se iniciou com os esforços "para preservação dos conjuntos urbanos tombados", tampouco "de um levantamento sistemático dos bens que integrados, compunham a configuração do patrimônio urbano brasileiro protegido" (GONÇALVES, 2010, p. 15).

A ideia teve início a partir da década de 1930, com o Estado-Novo através da preservação dos "monumentos do passado" que "passaram a ser símbolos do que se desejava preservar" (VOGT, 2008, p. 15).

A partir de cidades mineiras como de Ouro Preto[23], considerada a expressão do que era autentico do país e que refletiria sua nacionalidade, o Estado brasileiro tornou a preservação de bens culturais e históricos uma política pública (CAMARGO, 2002, p. 18). Escolhida em 1933 nacional pelo decreto n. 22.928, um monumento nacional[24] através do decreto n. 22.928, como representação do patrimônio cultural brasileiro por suas caracteristicas notáveis de grande valor histórico e personalidades como Tiradentes (CAMARGO, 2002; GONÇALVES, 2010).

> Ouro Preto é elevada, em 1933, por um decreto presidencial, à condição de monumento nacional". Nos anos 60, ela é elevada à condição de "Cidade Monumento Mundial" pela Unesco, passando assim a integrar o chamado "patrimônio cultural da humanidade" (GONÇALVES, 1988, p. 272)

Outras cidades em Minas também foram tombadas neste período, inclusive Diamantina, tombada em 1938. Esta década marcou um período de consolidação do sentido de nação no país e observa-se que não houve qualquer envolvimento populacional na seleção do que seria a cultura brasileira. Esta foi a fase de "produção simbólica do patrimônio" na qual os centros foram tombados para a preservação da identidade nacional, através de um projeto elitista e hegemônico que definiu o que era cultura e quais os bens deveriam ser tombados (COSTA, 2009, 87).

---

[23] Ouro Preto se tornou, em 1933, durante o Governo de Getúlio Vargas um símbolo do país e do brasileiro, bem como referência de atrativo cultural no Brasil (CAMARGO, 2002, p. 9).

[24] A condição de algo ser declarado monumento nacional está condicionada a identificação e registros oficiais que faram com que o bem esteja "submetido ao regime de exceção assinalado pela lei". Os monumentos nacionais tem como objetivo cumprir a uma função social e é o Estado o responsável por garantir que isto aconteça (IPHAN, 1967, p. 2).

A maioria das cidades em Minas Gerais, são exemplos de patrimônio edificado, que possuem no entorno dos núcleos preservados, moradores com uma vida ditada por necessidades que se confrontam constantemente com construções antigas que coexistem no mesmo espaço temporal. Esse cenário gera uma questão intrigante, se estamos em uma época de supervalorização do passado, na qual é negada à sociedade do presente o direito de refuncionalizar o patrimônio a partir de suas próprias necessidades. Mas para quem os bens culturais são realmente preservados?

O que caracteriza uma comunidade, são suas expressões culturais e, para que haja espontaneidade, estas precisam estar inserida em um contexto social participativo, com uma relação mais próxima do patrimônio, para que se intensifique o sentimento de pertencimento e revigore suas tradições. Inclusive um dos critérios para o tombamento de um bem é o chamado "Significativo" que reforça a importância da comunidade, como parte interessada, na definição do que é patrimônio, já que é ela que atribui significado a partir de suas necessidades e do período temporal vivido (BASTOS, 2004; COSTA, 2012).

É necessário compreender as constantes mudanças da noção de patrimônio pela comunidade, principalmente em sítios tombados como WHS, cujo valor não é penas local, regional ou estadual, e sim de caráter mundial, pois o turista é um consumidor exigente e crítico, que almeja um intercâmbio com diferentes culturas. E é o mercado que deve se adaptar a esse novo perfil (CASTRO e BARROS, 2015).

Nos anos de 1970 em diante, o IPHAN estudou as manifestações populares e as recomendações internacionais sobre o patrimônio. Na década de 1980, o instituto incorporou os elementos populares, a exemplo do modo de fazer e os bens patrimôniais deixaram de estar restritos ao reconhecimento do trabalho de arquitetos (BASTOS, 2004).

A relação entre cultura e turismo surgiu da apropriação do patrimônio pela atividade. Mas esta é uma via de mão dupla, na qual a cultura "também se apropria do turismo no que diz respeito à formatação das expressões culturais" (BATISTA, 2005, p. 30). É inegável que o patrimônio é uma das molas propulsoras da atividade turística ao contribuir para o desenvolvimento de localidades muitas vezes estagnadas e também que o turismo precisa em grande parte do patrimônio para acontecer. Então, eis o início de uma atividade voltada para a cultura, em uma relação de dependência mútua, na qual o turismo é o principal agente viabilizador do intercâmbio cultural e o patrimônio o meio capaz de trazer o desenvolvimento local e regional (PERÉZ, 2009; COSTA, 2009).

A cultura é hoje um dos principais atrativos no interesse pelo destino. Ela estimula a competição no mercado turístico e o Patrimônio Cultural proporciona o aumento da demanda

turística nacional e internacional. Por isso, precisa-se evitar colocá-lo em posição de mera mercadoria turística. Deve haver um equilíbrio da utilização do patrimônio pelo turismo e uma boa gestão, para que não haja impactos negativos na memória identitária da comunidade. Caso contrário, haverá conflitos com os turistas e uma tendência à perda da identidade local (SILVA, 2000; GOMES, 2007; BORGES, 2007; BRUSANDIN e SILVA, 2012).

A atividade turística, um dos vetores da mundialização, acrescenta novos significados à cultura e provoca impactos no cotidiano das pessoas. Estes podem ser minimizados através do planejamento, para que o turismo possa contribuir para a preservação do patrimônio "pois, se a globalização está para a dinamização dos fluxos turísticos, também colabora para a difusão da ideologia da preservação de patrimônio" (COSTA, 2008, p. 68).

A mundialização criou a necessidade de eterizar o passado na memória coletiva, ao aproximar as pessoas no mundo, e provocar a valorização das características regionais dos destinos (VOGT, 2008, p. 14). Afinal, qual seria o sentido do esforço na preservação do patrimônio se esse não pudesse ser acessível a outros povos através do interação cultural promovida pelo turismo? Fato é que, mesmo com impactos negativos, ele proporciona maior acesso aos sítios tombados e a todo legado histórico-cultural ali representado. Ou seja, o turismo contribuiu para a preservação e promoção do patrimônio "dando-lhe uma função e retirando-os da condição de isolamento" (SCIFONI, 2004, p. 5).

É fundamental que o poder público invista em ações que estreitem a relação entre morador e patrimônio, e, a partir desta inclusão, construir um produto turístico de qualidade que não descaracterize o meio sociocultural do destino e propicie o desenvolvimento. Deste modo o patrimônio é, primeiramente, reconhecido, preservado e valorizado pela população autóctone para, posteriormente, ser comercializado através do turismo cultural, que deixa de ser um produto mercadológico para resultar no encantamento e na satisfação do turista. Ao contrário, a descaracterização cultural é inevitável e os impactos negativos sentidos no destino serão maiores do que os efeitos positivos (SILVA, 2000; GOMES, 2007; BORGES, 2013).

Portanto, há necessidade de qualificação dos profissionais que atuam na gestão do turismo e do patrimônio de forma adequada e comprometida em garantir que as iniciativas nesta área sejam inclusivas nas mais diferentes expressões do patrimônio cultural, já que a mundialização fez com que a comercialização deste fosse um processo inevitável (SILVA, 2000).

O aumento do interesse dos turistas em consumir o patrimônio, contribui para o crescimento da atividade, o que faz com que muitas cidades históricas busquem cada vez mais se tornar competitivas no mercado visando a atração turística (JIMURA, 2011).

Esse é um dos motivos pelo qual as cidades históricas tem almejado o título de Patrimônio Mundial, e, com ele, o aumento da demanda e o desenvolvimento turístico, já que este reconhecimento mundial é uma forma de promoção mais ampla e abrangente sustentada pelo *status* adquirido (BORGES, 2013). Explorar a imagem de Patrimônio Mundial é um caráter de *marketing* territorial e uma "ferramenta de gestão territorial que tem como objetivo último atingir o desenvolvimento regional, com base no conhecimento das diferentes vantagens competitivas e especificidades locais próprias de cada local" (MARTINS, 2015, p. 35).

Para entender melhor o contexto de sítios tombados após conquistar a condição de WHS, a partir das percepções da comunidade local, fez-se um levantamento no *Journal of Travel Researc, Tourism Management, Journals Elsevier, Tourism Research, "*Património Cultural em análise" e na revista "América Patrimônio" em busca de experiências que permitiriam compreender realidades, semelhantes à de Diamantina.

Há poucos estudos que discutem o envolvimento da comunidade autóctone no contexto do Patrimônio Mundial e o envolvimento desta. A maior parte está na literatura internacional. Para Nicholas (2009), "o envolvimento da comunidade é considerado a pedra angular do desenvolvimento sustentável do turismo" e obter o apoio dos moradores é cada vez mais "visto como fundamental para a sustentabilidade e integridade do sítio" (NICHOLAS, 2009, p. 391).

Neste mesmo sentido, Jimura (2011) observa que muitos pesquisadores buscam por temáticas variadas a respeito do turismo em diversos destinos, mas são escassos os estudos que investiguem especificadamente o seu ponto de vista da comunidade pertencentes a Patrimônios da Humanidade e que vivem em torno deste sítios, uma vez que o ponto de vista da comunidade é de extrema importância para o desenvolvimento do turismo em cidades WHS a longo prazo.

Nas pesquisas encontradas percebe-se que há uma conscientização sobre a importância de um aprofundamento nas relações e percepções entre comunidade e sítio WHS, no qual ouvir e envolver a comunidade são os pilares do desenvolvimento turístico. Na literatura, os temas objetivam entender a percepção da comunidade sobre o turismo, seus impactos, o seu papel em sítios WHS, dentre outros. São exemplos e indicações de referências nesta temática: Russo (2002); Widmer (2007); Nicholas (2009); Okech (2010); Jimura (2011); Ribeiro *et al.* (2012), Ribeiro (2012); Omar *et al.* (2013); Poria *et al.* (2013); Martins, M. (2014); Poncela (2015).

No Brasil, são escassos os estudos na temática do turismo cultural em destinos turísticos outorgados Patrimônios Mundiais, dos quais merecem destaque as pesquisas de Widmer (2007) que estuda os efeitos do título de Patrimônio Mundial em Fernando de Noronha, Silva (2013) que aborda a marca UNESCO e as possibilidades, ou não, de práticas preservacionistas no

centro histórico da cidade de São Luís-MA; Joko-Veltman (2004) que discorre sobre o turismo e o desenvolvimento sustentável em Brasília.

Um Patrimônio da Humanidade teria como parte interessadas os moradores locais, os turistas, o setor público e privado, conforme indicado por Jamal e Getz (1995, *apud* Nicholas 2009). Trabalhar o desenvolvimento do turismo com o objetivo de também alcançar o desenvolvimento econômico, a gestão de áreas protegidas, bem como sua conservação e preservação, necessita de mais cooperação do que se tem feito atualmente e é indispensável o envolvimento destes atores para que os conflitos internos possam ser minimizados (NICHOLAS, 2009).

Jimura (2011) se propôs a examinar o ponto de vista dos moradores de Ogimachi, uma área tombada como Patrimônio Mundial na aldeia rural de Shirakawa-mura, com o fim de verificar as principais mudanças socioculturais, econômicas e físicas ocorridas no destino desde sua designação como WHS. O estudo teve o intuito de levantar os principais impactos do turismo sentidos pelos moradores através da pesquisa qualitativa e quantitativa, com formulários aplicados junto à comunidade e fazer com que os mesmos pudessem acrescentar e tecer comentários sobre estes.

A pesquisa apontou que após a titulação, houve um aumento do número de turistas na aldeia, que permaneceu ao longo dos anos, principalmente com intercâmbios que começaram a ser realizados no local. Foi apontado também que o desenvolvimento do turismo após o título de WHS causou alterações ambientais em Shirakawa-mura e detectaram ainda um aumento de empreendimentos como restaurantes, lojas de artesanato, estacionamentos e não houve mudanças significativas no número de alojamentos, pelo contrário, ocorreu uma diminuição destas instalações em torno do sítio. Uma das questões apuradas no fim do estudo é que a maioria dos turistas da região de Shirakwa-mura, pós título de WHS são turistas domésticos e que ser WHS trouxe tanto impactos positivos quanto negativos para a cidade. No que diz respeito ao desenvolvimento do turismo a partir da titulação, notou-se que foi grande e rápida.

Outro estudo semelhante foi aplicado em Georgetown, capital de Penango na Malasia. Um WHS tombado devido à sua cultura e à sua arquitetura ímpar. O estudo também incluiu a aplicação de formulários com o objetivo analisar as percepções dos principais atores envolvidos no desenvolvimento do turismo, bem como o impacto local da titulação. Assim como o estudo realizado em Ogimachi, os pesquisadores reconhecem a importância de levantar as percepções dos moradores locais para que estas informações possam dar subsidio a uma melhor gestão do patrimônio (JIMURA, 2011; OMAR *et al.*, 2013).

Importante citar ainda a pesquisa de Svels (2015) que faz um estudo comparativo das regiões da Costa Alta (Suécia) e Kvarken Arquipélago (Finlândia) que analisam a percepção da população sobre o impacto do turismo e também aborda a designação de WHS e o desenvolvimento do turismo. A metodologia utilizada foi aplicação de formulários e entrevistas junto à comunidade, com destaque para a relação entre o título e o desenvolvimento turístico. A autora percebeu a importância marginal da designação de WHS "para a maioria dos moradores não envolvidos no processo" e a apatia daqueles que "parecem menos propensos a se identificar coma preposição de identidade WHS" (SVELS, 2015, p. 197).

Dimensiona-se a importância do envolvimento dos moradores locais nas decisões e ações de planejamento local do turismo para que a compreenção sobre a gestão do patrimônio reflita nos moradores o sentimento de comprometimento com a sustentabilidade, conservação e promoção dos bens tombados. Porém, vale destacar as dificuldades de ser um cidadão participativo em outras esferas que não apenas no turismo e no patrimônio. Esta é uma questão cultural que precisa ser trabalhada, para que deixe de ser uma meta utópica e se torne uma realidade em favor do desenvolvimento. Para Cabral (2008), apenas o enfoque do governo e da iniciativa privada não são suficientes, sendo "indispensável à visão da comunidade face ao processo de planejamento e implantação", na qual a participação dos moradores é considerada "parte dos elementos integrados na beneficiação ou não da gestão" (CABRAL, 2008, p. 2).

Ao considerar a comercialização do patrimônio pelo turismo, e lembrar que a essência do patrimônio está nos valores atribuídos pela comunidade, percebe-se a importância de intervenções em nível local, baseado nas percepções sobre o desenvolvimento turístico e do patrimônio como essenciais para entender a relação estabelecida entre turismo e comunidade e para que políticas públicas condizentes com a realidade local sejam elaboradas.

3 DO ARRAIAL DO TIJUCO À CIDADE DIAMANTINA

Para compreender a gênese histórica da cidade de Diamantina, a dinâmica atual da cidade e as características do turismo, realizou-se um amplo levantamento bibliográfico e documental, além da consulta a artigos em jornais e revistas e, mídias eletrônicas.

Não haviam políticas públicas de turismo no Brasil até fim do século XIX e por isto questões como turismo ou preservação do patrimônio até então não faziam parte das políticas públicas do governo. Assim sendo, aqui será descrito os fatos históricos e atividades econômicas que aconteceram antes deste período, em decorrência da decadência da mineração, seguida da abordagem sobre o surgimento do primeiro órgão patrimonial no país e encerra-se com o levantamento dos processos perpassados pelo município que antecedem o novo ciclo econômico de 1938, quando a cidade foi tombada, até o momento em que se inicia o processo rumo à conquista da chancela mundial em 1997 priorizado intencionalmente pelo turismo.

Durante estes quase 60 anos, havia um tímido fluxo de turistas que visitavam a cidade, mas este baixo índice não era capaz de retirá-la da condição de estagnação econômica. Como um dos reflexos da decadência da mineração na região e "com o fim das atividades garimpeiras [...] muitas discussões foram levantadas na localidade como tentativa de alavancar novamente o desenvolvimento local". Haviam "os que apontam a alternativa econômica do turismo, os que insistiam na mineração e os que preconizavam a industrialização, sem falar dos que consideram que Diamantina deve se tornar cidade prestadora de serviços educacionais e de saúde" (MARTINS M., 1992, p. 99).

As alternativas de trabalho e renda de fato eram escassas na região, mas também não recebiam a atenção merecida do poder público e no decorrer desta trajetória o turismo foi visto pela gestão municipal como a única alternativa viável para o desenvolvimento local. Percebeu-se uma grande tendência em silenciar outras tentativas de reanimação econômica que ocorreram na cidade, como por exemplo a instalação de pequenas indústrias e manufaturas (MARTINS, M., 1992).

> Os diamantinenses nem mesmo se dão ao trabalho de detalhar melhor este "projeto" e de calcular seus custos sociais, a relação custo benefícios dos investimentos exigidos. Poucos atentam para o fato de que o turismo é uma atividade que não se presta bem à distribuição de rendas, sendo, ao contrário, concentradora de riquezas e instauradora de formas perversas de relacionamento social – o turista munido da intenção de consumir tudo o que a cidade oferece, o "nativo' com a intensão de explorar o dinheiro que o turista traz [...] (MARTINS, M.,1992, p. 96).

Para o autor supracitado, uma das consequências da imposição do turismo está em fazer com que a atividade progressivamente se transforma-se em um grande negócio, onde se devesse aproveitar das oportunidades para explorar financeiramente o visitante ao invés de explorar positivamente a atividade turística.

3.1 Trajetória histórica

Sabe-se que a mineração "ditou o ritmo da vida das populações mineiras, pois essas dedicaram à extração do ouro e das pedras preciosas ou a outras atividades que tiveram, inicialmente, um caráter complementar e subsidiário da mineração" (BOXER, 2000, p. 21). Essa constante busca por minerais foi um dos grandes fatores de atração de bandeirantes que ansiavam pelo enriquecimento rápido nas diversas regiões no estado de Minas Gerais.

> [...] é notório o peso que o ouro e o diamante tiveram na configuração de Minas Gerais de um modo geral, manifestando-se ainda hoje com grande realce. Além de ter trazido no seu bojo mudanças de ordem social, econômica e demográfica, mesmo tendo entrado em declínio, a mineração foi também responsável por imprimir ao Estado características marcantes que se fazem presentes até os dias atuais (BOXER, 2000, p. 3).

A história da cidade mineira Diamantina, localizada no nordeste do estado de Minas Gerais (figura 4), alto Vale do Jequitinhonha, iniciou-se em 1713 com a notícia da grande quantidade ouro encontrado na comarca o Serro do Frio[25]. Esta descoberta atraiu inúmeros aventureiros de todas as regiões da colônia à procura do ouro e pedras preciosas (FURTADO, 2003).

[25] A Comarca do Serro Frio foi uma das sedes das quatro primeiras unidades administrativas (comarcas) em que a Capitania das Minas Gerais fora dividida, hoje é conhecida como cidade do Serro (FURTADO, 2003).

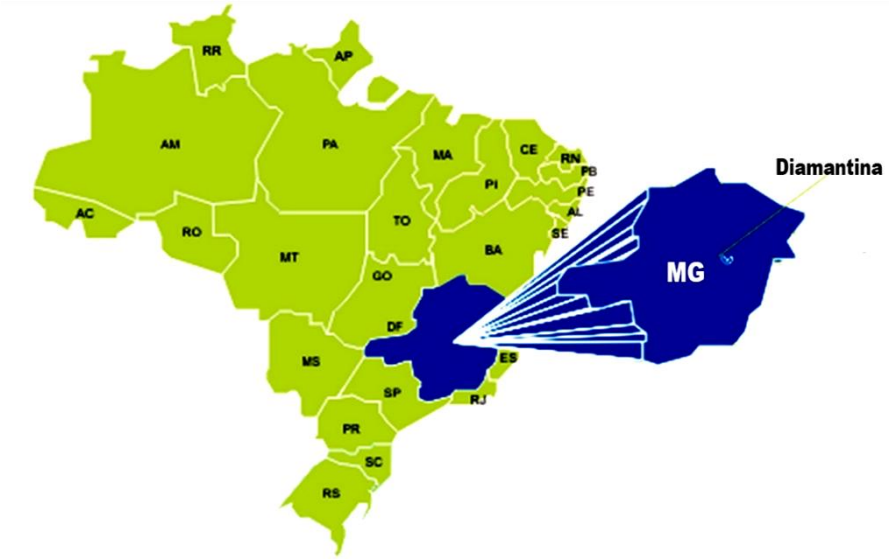


Figura 4 - Localização geográfica de Diamantina em Minas Gerais
Fonte: UFVJM (2013).

Foi uma bandeira[26] vinda do Serro que iniciou a exploração nos córregos de nome Piruruca e Grande, e a partir da exploração destes rios unicamente auríferos, o arraial se constituía. A partir de 1720, quando foram encontradas as primeiras pedras de diamantes, o Arraial do Tijuco, primeiro nome da cidade de Diamantina,[27] atraiu um número cada vez maior de pessoas que se dirigiam ao local buscando novas lavras[28] e ali construíram casas, constituíram família e abriram ruas, dando à cidade as primeiras formas de centro urbano (MARTINS, M., 1996; FURTADO, 2003).

[26] As Bandeiras eram expedições organizadas e financiadas por particulares com o objetivo de descobrir minas de ouro, prata e pedras preciosas (VOLPATO, 2016)
[27] A cidade que até então era distrito do município de Serro foi elevada categoria de Vila com a denominação de Diamantina e desmembrado do Serro pelo decreto de 13-10-1831. Em 1838, foi elevada à categoria de cidade, pela Lei provincial n° 93, de 6 de Março (IBGE, 2014).
[28] Lavras era o nome dado ao local onde se podiam extrair metais e/ou pedras preciosas (Dicionário *online*, 2014).

Figura 5 - Centro Histórico de Diamantina visto do Cruzeiro da Serra
Foto: acervo da autora (2016)

Este foi um período marcado pela "significativa ascensão econômica" e pelo crescimento da cidade, com construção de casas e igrejas (RAYEL, 2010, p. 2). A partir do momento que a Corte Portuguesa tomou conhecimento sobre a descoberta do ouro decretou leis e regimentos com o fim de controlar e fiscalizar a exploração de minérios, através dos quais estabeleceu a cobrança do quinto, que correspondia "à arrecadação do direito real de 20% sobre o ouro encontrado". Abolido após 1719, a cobrança do quinto foi restabelecida no ano de 1725 (CAMARGO, A., 2013, s/p).

Na década de 1730, as pessoas que se encontravam no arraial podiam explorar a região em busca de ouro e de diamantes, desde que pagassem o imposto chamado Capitação, que consistia em um pagamento de "4 ¾ de oitava de ouro ou cerca de 17 gramas de ouro em pó taxa paga por cada escravo empregado nos garimpos" (MARTINS, M., 1996).

As leis para a exploração do diamante eram diferentes. Toda pedra de diamante encontrada era considerada de propriedade real[29]. Havia o regimento de monopólio da extração das pedras através do sistema de Contratos, que durou de 1739 a 1771 que estabelecia que apenas o contratador seria responsável por garimpar no arraial e localidades próximas. Com a persistência do contrabando, foi criado outro regime denominado de Real Extração, que durou

[29] Pedras de diamantes com peso acima de 20 quilates eram propriedade real e aquelas inferiores a este valor poderiam ser vendidas por procuradores do contratador, pessoa responsável pelo controle e fiscalização na região (FURTADO, 2003).

de 1771 a 1832, que estabelecia que Portugal exploraria diretamente estas riquezas (MARTINS, M., 1996; MARTINS, G., 2008).

> Muito ouro e diamante foram extraídos dos rios do Distrito Diamantino, porém a maior parte desta riqueza foi levada para Portugal. O que ficou aqui, beneficiou pouca gente, concentrando na mãos de famílias poderosas (MARTINS, M.,1996, p. 15).

A demanda por serviços de produção e alimentação começaram a surgir devido ao grande número de escravos e senhores com suas famílias na região. Assim, a economia que girava apenas em torno da mineração, passou a ser ditada também pelo comércio e pelas lavouras (MARTINS, M.,1996).

Para Silveira *et al.*(2012a) e Costa (2009), o universo que se desenvolveu no entorno da extração de minérios contribuiu para definir a identidade local e foi significativo para o desenvolvimento turístico na atualidade (SILVEIRA, 2012a, p. 5). A exploração mineral, por muitos anos, se configurou como a principal atividade econômica na região de Diamantina, que como visto, surgiu em função da exploração do ouro. Foi a partir da população garimpeira que se estabeleceu no antigo arraial, edificações, igrejas, costumes, culinária, festejos, dentre outros, que deu início ao processo de construção da identidade cultural da cidade.

> Todo lugar é histórico e se produz a partir de preceitos culturais, que variam ao longo do tempo, fazendo com que a paisagem apresente a adição de momentos distintos da evolução social. Em outras palavras, pode-se dizer que a paisagem é a somatória de tempos distintos, do homem e dos demais elementos da natureza, que se conjugam e, por vezes, produzem lugares capazes de serem utilizados para fins de recreação (PORTUGUEZ, 2001, p. 81).

A mineração foi, sem dúvidas, o setor mais dinâmico no século XVIII. A partir do séc. XIX, ela apresentou no Alto Vale do Jequitinhonha oscilações que variavam entre o apogeu e o declínio da extração do diamante (MARTINS, 2004). Para melhor compreensão das oscilações na exploração do ouro e diamantes, Martins propõe uma periodização histórica (quadro 5) da "economia do diamante", composta por quatro fases principais, baseadas nos "volumes de produção e os preços do diamante, as mudanças na legislação mineraria e os padrões de organização das lavras". São elas:

Quadro 5 - Periodização da mineração em Diamantina

MINERAÇÃO			
1º FASE 1808 – 1832	2º FASE 1832- 1870	3º FASE 1870 – 1897	4º FASE 1897 – 1930
Primeira crise do Diamante	*Boom* da atividade garimpeira	Segunda crise do diamante	Reanimação da atividade mineradora
Crise terminal da Real Extração com queda nos volumes das partidas oficiais de diamantes	Enorme frenesi na mineração no Alto Jequitinhonha e aumento da produção e preços compensadores	Descoberta de pedras de diamantes na África do Sul vindo a provocar uma alteração no mercado mundial de gemas	Instalação de companhias nacionais e estrangeiras no Rio Jequitinhonha

Fonte: Sistematização da autora baseado na periodização de Martins (2004)

A terceira fase desta periodização merece uma atenção especial por ter sido mais grave e ter impactado seriamente a economia de muitas cidades. Para Martins (2004), a crise na mineração que ocorreu no nordeste de Minas entre as décadas de 1870 e 1890 foi econômica e, política e para solucioná-la, as iniciativas deveriam ser no mesmo âmbito. Esta crise estava relaciona a diversos fatores como:

> [...] queda de preços internacionais das gemas, com a intensificação dos conflitos entre mineradores, garimpeiros e donos de terras, com mudanças na legislação brasileira que não agradaram aos mineradores, com a carestia dos alimentos e a emigração de trabalhadores, com as incertezas sobre a continuidade do controle político diamantinense da Repartição dos Terrenos Diamantinos (MARTINS, 2004, p. 9).

Neste momento, a estagnação econômica na região de Diamantina se instalou também em razão do esgotamento gradativo das jazidas de diamantes, tornando mais difícil o trabalho dos garimpeiros na escassa extração de pedras, e da descoberta de outras jazidas na África do Sul em 1867 (GONÇALVES, 2010; RAYEL e GUIMARÃES, 2012). A reanimação da atividade mineradora de 1897 – 1930 (4º fase da periodização) ocorreu com grandes companhias que se instalaram no Rio Jequitinhonha[30] e detinham um poder de extração que os garimpos manuais não eram capazes.

Martins, M. (2008) afirma que após alguns anos, as várias firmas nacionais e internacionais tenham desistido de trabalhar na extração de pedras na região de Diamantina devido à elevação de custos em transações para estas companhias interessadas no Alto Jequitinhonha.

[30] A Bacia Hidrográfica do Alto Rio Jequitinhonha situa-se nas mesorregiões do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, onde estão municípios como Grão Mogol e Diamantina. Abrange um total de dez sedes municipais e apresenta uma área de drenagem de 19.803 km², a bacia possui uma população estimada de 100.006 hab. (IGAM, 2016).

Logo, o esgotamento das jazidas fez com que Diamantina vivesse um período de grande aumento de fábricas, que foram essenciais para a economia local e para a população da região frente à decadência da mineração na cidade. A partir da década de 1930 "a maioria das pequenas indústrias locais fechou suas portas. Diamantina enveredou por um processo de desindustrialização" (MARTINS, M., 2000, p. 289).

> A partir de 1870, a indústria experimentou surto expressivo no município de Diamantina. A atividade mineradora havia permitido a acumulação de capitais necessários à montagem de indústrias leves, e o próprio momento histórico facilitava essas iniciativas, no contexto da abolição da escravatura e da nova divisão internacional do trabalho gerada pela segunda Revolução Industrial. As fábricas de tecidos representaram o ramo industrial mais dinâmico presente na região em torno de Diamantina (MARTINS, M. 2000, p. 289)

Neste momento, vários foram os fatores que contribuíram para a decadência da mineração. Houve ainda a baixa no valor do diamante e o fim da sua exportação. Encerrou-se a trajetória garimpeira do séc. XVIII ao XIX, embora esta atividade não tenha desaparecido completamente, pois é ativo até os dias atuais, ainda que de forma ilegal. Uma das decorrências do declínio na mineração, está relacionada "a necessidade de introdução de novas indústrias" que acendessem a economia. Como efeito, várias fábricas de lapidação e outras estabeleceram" (AMORMINO e NEVES, 2007, p.104).

> No final do século 19, tentativas foram feitas para dinamizar a economia da região: em 1876, teve início a industrialização local, com a inauguração de uma fábrica de tecidos em Biribiri[31], nas proximidades de Diamantina; um ano depois, foi fundada nova fábrica em Gouveia, a dois quilômetros, além da Companhia de Fiação e Tecidos Santa Bárbara, criada em 1886, no vizinho município de Buenópolis. Em Diamantina também foram incentivadas pequenas indústrias, como as de lapidação de diamantes e de produção de vinho (GONÇALVES, 2012, p. 55)

As manufaturas instaladas em Diamantina foram uma alternativa econômica às atividades garimpeiras. A cidade chegou a ser um importante centro têxtil do estado, com as seguintes fábricas instaladas na região: Fábrica de Tecidos Biribiri, Fábrica de Tecidos São Roberto, Fábrica Perpétua, a Companhia de Fiação e Tecidos Santa Bárbara e outras manufaturas menores como de fundição, lapidação, velas, etc. (AMORMINO e NEVES 2007; MARTINS, M., 1992).

---

[31] Biri em tupi-guarani significa "buraco fundo" (IEF, 2016).

Este foi um período em que as opções de "empregos eram limitados à Fábrica de Biribiri, ao comércio local, a área da educação e a cargos públicos" e as pessoas que não se empregavam nas fábricas acabavam migrando da cidade em busca de novas oportunidades, provocou o enfraquecimento do comércio local (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2007, p. 32).

A Fábrica de Biribiri, distante 15 km da cidade de Diamantina, surgiu em 1876 por iniciativa do primeiro bispo da cidade, Dom João Antônio Felício dos Santos, como uma alternativa para as moças, rapazes e garimpeiros que passavam por esse período de decadência da mineração (AMORMINO e NEVES, 2007, p.104).

Biribiri sediou um dos primeiros empreendimentos da indústria têxtil em Minas Gerais e foi uma importante alternativa de emprego e renda para a população. A fábrica foi comprada em 1921 pela empresa Irmãos Duarte S/A Têxtil Comercial, chamada naquela época de "Duarte e Irmão" e, em 1973, foi desativada em razão da "dificuldade de acesso e o alto custo de manutenção". Seus funcionários com mais tempo de serviço foram transferidos para a empresa Antônina Duarte em Diamantina, também produtora de tecidos de algodão (AMORMINO e NEVES, 2007, p. 97 - 98).

Figura 6 - Conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri
Fonte: IEPHA (2012)

Outra fábrica de destaque para a economia de Diamantina surgiu em 1955, dezoito anos antes da fábrica de Biribiri encerrar suas atividades, com o nome de Antônina Duarte, que posteriormente veio a se chamar Fábrica Rômulo Franchini (figura 7). Possuía um maquinário novo e de tecnologia avançada para a época (AMORMINO e NEVES, 2007).

Figura 7 - Fábrica de tecidos Rômulo Franchini
Fonte: Arquivos da Estamparia S/A, (s/d).

Sobre a fábrica Rômulo Franchini, Souza (2009) discorre que ela representou um compromisso social e possibilitava ás pessoas terem um trabalho "tendo em vista que, de tradição garimpeira e mineradora, a cidade já não comporta mais o número anterior de empregos, até mesmo devido ao desgaste dos recursos naturais" (SOUZA, 2009, p. 5). Suas atividades em 2015, após quase 60 anos de funcionamento. Na realidade o próprio estado de Minas Gerais, em 2011 passava por cortes na indústria têxtil devido ao declínio na produção, consequência da "invasão de produtos chineses e ao dólar baixo, que deixa menos rentáveis as exportações" (CELSO MARTINS, 2013).

No final século XX, na década de 1980, começou-se a discutir as questões socioambientais relacionadas à mineração. Em 1985, esse tema foi tratado num encontro em Belo Horizonte, no qual os garimpeiros chegaram à conclusão que a atividade realizada de forma artesanal não degradava o meio ambiente ao "contrário do garimpo semi-mecanizado praticado em Diamantina e das grandes empresas de mineração". Já em 1989, quinhentas bombas de garimpo foram fechadas na cidade de Paracatu, após a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA) e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) pressionarem o estado mineiro. Araçuaí, outra cidade mineira, também passou por "denúncias de operação predatória de bombas" o que levou a Assembleia Legislativa criar uma comissão de parlamentar de inquérito, fortalecendo "o movimento em favor da paralisação do garimpo no Alto Jequitinhonha" (MARTINS M., 2008, p. 74).

> Era 3 de agosto de 1989. O IBAMA interditou as atividades minerárias no Alto Jequitinhonha, baseado na Lei Federal 6.938/81 e no Decreto 88.351/83. As razões alegadas foram: a) o rio Jequitinhonha encontrava-se em estado crítico de poluição; b) a necessidade de garantir o abastecimento de água dos municípios a jusante do rio. Apanhados de surpresa, os garimpeiros de Diamantina tentaram sensibilizar as autoridades e o povo do município, concentrando-se no centro da cidade e montando rancho na Praça Correia Rabelo, diante da Prefeitura. Ficaram acampados ali de agosto a dezembro de 1989 [...]Em setembro, surgiu a Cooperativa Regional Garimpeira de Diamantina, que se comprometeu fazer seus integrantes cumprirem as normas ambientais determinadas pela FEAM. Aos poucos, muitos garimpos voltaram a funcionar, após assinatura de termo de compromisso com a FEAM. Porém, não cessaram as ameaças de paralisação da atividade no Alto Jequitinhonha nos anos seguintes (MARTINS M., 2008, p. 74)

O dilema da liberação ou proibição do garimpo permaneceu em discussão por muitos anos ainda. Martins M., (2008) afirma que em 1994, o Ministério Público denunciou em Diamantina os garimpeiros por "degradação ambiental, sonegação fiscal, exploração do trabalho infantil" e a polícia suspendeu temporariamente algumas lavras. Um ano depois, ocorreu a Operação Jequitinhonha, que contou com a Polícia Federal, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a FEAM e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) que embargaram outras lavras no Rio Jequitinhonha e seguiram paralisando garimpos das cidades circunvizinhas (2008, p. 76).

> [...] o governo de Minas Gerais optou, no fim da década de 1990, por uma política de descentralização do controle ambiental do garimpo. A Deliberação Normativa n. 22/97, do COPAM (Conselho de Política Ambiental) de Minas Gerais, transferiu para os municípios conveniados a responsabilidade pelo licenciamento e fiscalização de atividades garimpeiras de pequeno porte. Diamantina foi o primeiro município mineiro a firmar convênio com a FEAM, em outubro de 1998 (MARTINS M., 2008, p. 76).

De acordo com Costa (2011, p. 170) na década de 1930 a 1970 a cidade "tornou-se uma cidade de funcionários públicos [...] uma espécie de compensação pela não-industrialização e pela perda da posição de como principal centro de redistribuição de mercadorias do Norte de Minas". No final do século XX, a legislação ambiental proibiu as atividades garimpeiras em Diamantina e toda a região. Entretanto, assim como o autor salienta, sabe-se que continuam a existir clandestinamente.

Importante destacar que em meio a esta espacialização histórica da mineração e do período fábril, o Brasil vivia na década de 1930 um momento de construção da sua identidade nacional[32] com o Estado Novo no Governo de Getúlio Vargas.

---

[32] Maior aprofundamento sobre o assunto no segundo capítulo.

Em 1937 com a criação do SPHAN[33], a partir de um anteprojeto escrito em 1936, por Mario de Andrade que seria o responsável por estabelecer uma nova representação de nação através da elaboração de um inventário de bens cuidadosamente escolhidos. Um ano após, em 1938, as cidades de Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Tiradentes, São João del Rei e Serro, foram tombadas e inscritas no livro do Tombo Belas Artes. Estes municípios eram uma amostra de um passado que deseja transformar (GONÇALVES, 2010, 2012).

O SPHAN surgiu em meio à ideia de que o patrimônio cultural traduzia-se no barroco que seria visto como o um estilo mais "brasileiro" em contraponto à "arquitetura eclética e do estilo neoclássico, reputados como de influência estrangeira" (SCIFONI, 2004, p. 14). As delegações do SPHAN surgiram com a missão de preservar nas cidades mineiras, os conjuntos tombados em 1938. Consequentemente, esse foi um fator importante à preservação do conjunto arquitetônico do destino e que contribuiu significativamente para a futura outorga de Diamantina como Patrimônio Mundial.

Em Diamantina a atuação do SPHAN inicia-se, no mesmo ano do seu tombamento, com as intervenções locais, execução de obras de restauro e avaliações solicitadas pelos moradores. Para Gonçalves (2010) sua atuação recaiu em uma questão importante: Apesar do SPHAN e sua equipe terem reunido obras importantes em uma proposta de diálogo entre "arquitetura moderna com os sítios históricos", suas intervenções resultavam muitas vezes em uma arquitetura que plagiava outras em representação a "um período anterior", não sendo fiel ao original, e embora o tombamento da cidade referisse-se "a todo o conjunto urbano [...] o SPHAN valorizaria de modo diferenciado aquilo que dizia respeito à documentação de seu período primitivo de formação e desenvolvimento" (GONÇALVES, 2010, p. 194).

A atuação do SPHAN no município também marcada por dúvidas que permearam a administração pública e para solucioná-las foram realizadas frequentes trocas de correspondência entre seus representantes e o prefeito sobre questões relativas ao tombamento e o que poderia ou não fazer a partir da inscrição da cidade na lista do Tombo.

> Ao mesmo tempo em que o SPHAN mostrava-se pioneiro ao propor como objeto de proteção um conjunto urbano, por outro lado, na atribuição de valor envolvendo o bem sob ação de preservação, o órgão federal ainda se prendia às noções de "valor histórico" e "histórico-artístico", restringindo seu olhar à arquitetura. Desse modo, acabava por se revelar limitado em relação às definições abrangentes do Anteprojeto de Mário de Andrade que incorporavam a proteção da paisagem e das manifestações culturais locais não eruditas-

[33] "Primeira agência estatizada de preservação cultural organizada no Brasil [...]". Na década de 1940 a sede regional do SPHAN foi instalada em Diamantina, cidade onde permanece até os dias atuais. (GONÇALVES, 2010, p. 63).

> incluindo a arte ameríndia e o folclore, entre os bens culturais a preservar (GONÇALVES, 2010, p. 192).

O período compreendido entre o tombamento de Diamantina em 1938 até 1999 quando é reconhecida WHS, passou por alterações econômicas (manufaturas, pequenas fábricas, comércio e a insistente mineração) que deixaram um legado cultural significativo atualmente refuncionalizado em *prol* da atividade turística. Esta por sua vez, se intensificou no final da década de 1980, anos após seu tombamento nacional, quando a cidade dava início a um intenso trabalho de se transformar em um destino de visitação turística através da valorização do patrimônio cultural a nível mundial com o fim de promover o desenvolvimento, captar investimentos, fortalecer e incentivar o turismo na região (MENDONÇA *et al.*, 2006).

> A mineração e o comércio eram as atividades que geravam mais empregos. Com a decadência econômica da mineração no final da década de oitenta, e o baixo dinamismo do setor de comércio e de serviços, Diamantina passou a acreditar que o turismo poderia ser o novo vetor de desenvolvimento e crescimento local (MENDONÇA *et al.*, 2006, p.3).

Neste momento começou-se a discutir questões sobre valorização dos aspectos histórico, cultural e social, ampliando olhares para a possibilidade de Diamantina entrar para a lista de cidades consideradas patrimônio mundial, reconhecida pela UNESCO. Assim, o turismo, que já era explorado "mas não era considerado importante para a economia local enquanto gerador de emprego e renda" foi potencializado (MENDONÇA *et al.*, 2006, p. 17).

Percebe-se que o Patrimônio tem um importante papel nas cidades que buscam atrair um maior fluxo de visitantes. E é a partir dessa perspectiva que muitas cidades e monumentos buscam os tombamentos a nível municipal, estadual e federal, bem como seu reconhecimento mundial. O "reconhecimento e a valorização" dos seus bens, seja cultural ou natural, fizeram com que os países mantivessem um cuidado maior com o seu patrimônio, reconhecendo que este pode ser o fator econômico para o desenvolvimento interno do país e seus estados (ASSUNÇÃO, 2003, p. 5).

A dinamização econômica da cidade, ocorreu de fato após o reconhecimento como Patrimônio Mundial, que possibilitou a exploração de outras alternativas econômicas diante a decadência da mineração, principalmente através da atividade turística (MACHADO e BRAGA, 2010). Com a chancela de Patrimônio Mundial, intensificou-se o projeto de fomento ao turismo regional que era "meta prioritária da administração municipal", já que o garimpo "foge ao controle do poder público e gera pouquíssimos benefícios para a sociedade regional" (MARTINS M., 1992, p. 101).

Assim, partindo do entendimento que a cidade optou pelo turismo como fator de desenvolvimento econômico e traçou os caminhos necessários para se tornar um sítio reconhecido mundialmente, é preciso compreender sobre o contexto turístico que Diamantina se encontra, levantando tecnicamente o que representa, quais seus pontos fortes e fracos, suas principais características como destino turístico que justifiquem esta outorga. Posteriormente, será levantados dados/informações de como se deu todo este processo rumo a este título.

3.2 Uma fotografia da cidade

A origem do nome Diamantina, está ligada ao próprio diamante, mineral presente na região. Diamantina é um município com quase três séculos de história que passou de um simples arraial à munícipio. “A cidade fica na borda do Espinhaço, praticamente dividindo as bacias do Rio São Francisco e do Rio Jequitinhonha. É um lugar diferente, isolado e por isso mesmo fascinante”. (ORLANDI, 2016).

Acesso e localização

Com uma população de 45880 habitantes, possui uma área de 3.869,83 km², que equivale à 0,6598% do Estado de Minas Gerais, na qual possui como municípios limítrofes (figura 8) as cidades de Monjolos, Gouveia, Datas e Serro, Couto de Magalhães, Senador Modestino Gonçalves; Carbonita; Bocaiúva; Olhos D'Água; Buenópolis e Augusto de Lima (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2009).

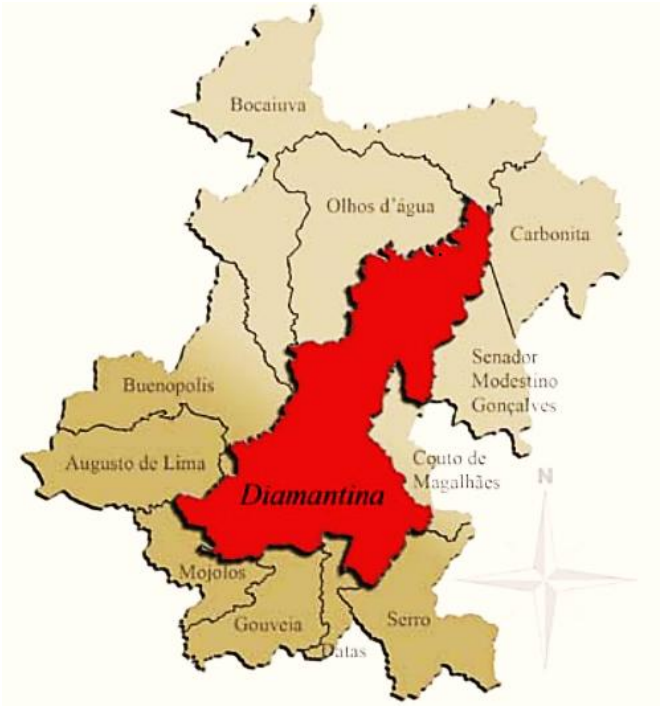


Figura 8 - Municípios limítrofes de Diamantina
Fonte: Prefeitura de Diamantina (2009)

As pessoas se direcionam constantemente à cidade, buscando pelos mais variados tipos de serviços: Comércio local, atividades bancárias, estudo de nível técnico, superior e profissionalizantes, lazer, dentre outras motivações que, independente da atividade turística, fazem com que esta cidade seja um importante polo regional (ALVES, 2011).

Atualmente, o acesso que se tem a Diamantina se dá através do modal rodoviário (tabela 1), no qual a maior parte das vias e estradas são de mão única, com estado de conservação regular devido a problemas gerais de pavimentação e sinalização da via.

Tabela 1 - Distância das principais capitais à Diamantina - transporte terrestre

Capitais	Distância	Tempo médio de viagem (carro)
Bahia	936 km	13h20
Belo Horizonte	298 km	3h55
Brasília	728 km	8h23
Espirito Santo	631 km	9h18
Goiás	999 km	11h53
Rio de Janeiro	730 km	9h19
São Paulo	859 km	10h00

Fonte: Mapeia (2016)

Em 2004, foi inaugurado em Diamantina o aeroporto Presidente Kubitscheck como parte do "Plano Aeroviário do Estado de Minas Gerais - PAEMG 2000-2019, sendo classificado como Aeroporto Regional", localizado a 6km do centro comercial a cidade (PREFEITURA MUNCIPAL DE DIAMANTINA, 2009, p. 6).

Os voos eram operados pela TRIP linha aéreas na frequencia de uma vez por semana, aos domingos, e, posteriormente, começaram a ser operados duas vezes por semana, aos sábados (Belo Horizonte / Diamantina) e domingos (Diamantina /Belo Horizonte – passando por Montes Claros) o voo era direto e tinha duração de 35 min. Os voos para Diamantina foram suspensos em 2013 em razão do "baixo movimento apresentado neste mercado, tornando a rota inviável economicamente para as companhias" (CELSO MARTINS, 2013)

Nas diversas pesquisas de demanda turística realizada pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) realizadas entre os anos de 2009 a 2013, observou-se que o principal meio de transporte de acesso é modal rodoviário em carro ou ônibus. Em todas as edições, evidenciou-se a baixa utilização do modal aéreo, mesmo quando estava em funcionamento. Este dado demonstra:

> [...] a ineficácia do transporte aéreo para fins turísticos nos moldes em que vem sendo feito em Diamantina ou de suas possibilidades em termos de diversificação de mercados destacando-se novamente que talvez a estratégia de se manter voos somente à capital do Estado e somente no final de semana, não seja a mais adequada (SIVEIRA e MEDAGLIA, 2012, p. 12).

O tempo de deslocamento para Diamantina e a falta de alternativas de transporte, são fatores determinantes na escolha da cidade como destino para o turismo e na permanência de turistas por mais dias na região (ALVES, 2011; SILVEIRA e MEDAGLIA, 2014). A distância é um dos fatores que fazem com que os principais destinos concorrentes de Diamantina no estado sejam as cidades de Ouro Preto, Tiradentes e São João Del Rey que possuem uma proximidade maior com Belo Horizonte (ALVES, 2011).

> A distância entre Diamantina e a capital mineira, Belo Horizonte faz com que o acesso à cidade seja mais demorado se comparado as cidades de Ouro Preto, Tiradentes, etc. Esta distância dos principais centros urbanos, aliada à malha aérea deficiente, pode ser considerada um dos principais entraves para a consolidação da cidade como destino turístico. Salienta-se que a noção de distância depende do referencial de cada um, uma vez que turistas vindos de outros estados ou países podem considerar que as demais cidades coloniais estejam próximas a Diamantina (ALVES, 2011, p.32).

Embora não haja comparações estatística formais, estar na lista de Patrimônios Mundiais influência diretamente no aumento da demanda turística, inclusive este é apontado

como uma das vantagens do título colaborar para o aumento do fluxo de visitantes em determinado destino e consequentemente para o desenvolvimento do turismo (MACHADO e BRAGA, 2010; UNESCO, 2012).

> La declaración de bien de patrimonio de la humanidad crea una imagen a nivel mundial que atrae, que puede atraer una serie de visitantes, crea una imagen que provoca curiosidad como mínimo y que crea interés que puede ser científico o que puede ser puramente relacionado con el ocio (MOREL, 2002, p.84).

Este aumento do fluxo é constatado na pesquisa de Poria *et al.* (2013), que utilizou como metodologia a aplicação de formulários, as percepções dos turistas acerca do título de WHS e verificou que a titulação tem de fato um peso na atração de demanda turística ao destino. Em contraponto, outros estudiosos discordam que haja aumento da demanda após a designação como WHS como "Patuelli, Mussoni, e Candela, 2013" (SVELS, 2015, p. 188).

Acredita-se que com o título, a cidade tenha maior visibilidade e consequentemente atraia turistas. Entretanto, mesmo que ser considerado Patrimônio Mundial seja um grande atrativo, ser apenas um bem de valor universal não é fator preponderante. Para garantir de fato um número considerável de visitantes é necessário que haja uma relação conjunta da EMBRATUR, da UNESCO e, principalmente, do poder público municipal na promoção do sítio. Observa-se que muitos destinos mundialmente chancelados não exploram o *status* de Patrimônio Mundial, provavelmente esperando após esta etapa, que o destino se venda, em maior parte, sozinho, o que é uma ilusão pois, sem um engajamento por parte dos líderes públicos e privados só o título por si só não é suficiente.

Um dos fatores que pode dificultar o fluxo de visitantes é a inexistência ou ineficácia do transporte aéreo. Tratando-se de um país como o Brasil, com grande extensão e municípios turísticos distantes de bases aeroportuárias, que geralmente estão presentes em capitais e cidades com maior demanda, um modal aéreo pode ser o fator definidor de uma viagem. Em Diamantina, a atual situação de inexistência de voos regulares pode ser um dos grandes entraves para o crescimento do turismo local (ALVES, 2011, p. 32).

Entretanto, o distanciamento de Diamantina teve um fator positivo, pois o núcleo central de Diamantina passou todo o século XIX sem grandes alterações e investimentos, o que conservou o patrimônio local. Apesar da construção de algumas edificações, a exemplo da a Capela de Nossa Senhora da Luz, o Teatro Santa Isabel e de "modificações na configuração urbana devido às indústrias já serem esperadas em Diamantina, o traçado da área central

permaneceu praticamente intacto, ao menos até a primeira década do século 20" (GONÇALVES, 2012, p. 55).

Assim, a arquitetura eclética de Diamantina foi conservada ao longo dos anos com uma riqueza de detalhes, dentre edifícios e igrejas, que compõem o acervo considerado patrimônio histórico material, pelo SPHAN que foi inscrito em 1938 no Livro do Tombo - Belas Artes (RAYEL e GUIMARAES, 2012, p. 2).

> Interessantemente, o acervo arquitetônico e a imagem cultural de Diamantina como destino turístico não foram intencionais, mas sim consequências do controle no desenvolvimento de um núcleo de extrativismo mineral surgido durante o Império Português no Brasil e mantido em função de sua singularidade e isolamento. É curioso notar que o extrativismo mineral gera a singularidade do local e esta atrai o turista. O que se percebe é que a cultura resultante das características e da evolução histórica de Diamantina é ponte entre esses dois ciclos migratórios, um que deu origem à localidade e outro que a visita atualmente (SILVEIRA, 2012a, p. 2).

Este conjunto arquitetônico[34] da cidade, reúne características singulares que também resultam da formação geológica decorrente da presença do diamante, da ausência de intervenções degradantes no patrimônio (ALVES, 2011). Atualmente, a distância e o acesso é um fator restritivo significativo, principalmente para o turismo.

Aspectos geográficos

Diamantina está inserida na Cordilheira do Espinhaço Meridional, mais conhecida como Serra do Espinhaço, que nasce em Minas e, a partir da Bahia, começa a ser denominada Chapada Diamantina e possui um extenso potencial natural, abrigando nascentes de rios, dentre eles o Rio Jequitinhonha que nasce no município vizinho, Serro. A Serra do Espinhaço recebe a denominação local de Serra dos Cristais, que possui características singulares decorrentes da formação geomorfológica (ALVES, 2011).

> A Serra do Espinhaço, termo introduzido por Eschwege (1822), representa a faixa orogênica pré-cambriana mais extensa e contínua do território brasileiro. Alonga-se por cerca de 1200 km na direção N-S desde a região de Belo Horizonte até os limites norte da Bahia com os Estados de Pernambuco e Piauí (ALMEIDA-ABREU e RENGER, 2002, p. 1)

[34] Em oficio de resposta as dúvidas do prefeito municipal Joubert Guerra, sobre o tombamento da cidade, o diretor do SPHAN Rodrigo M. F. de Andrade disse em 30/05/1938: "[...] os bens que, nessa cidade, foram objeto de tombamento recaiu sobre o 'conjunto arquitetônico e urbanístico' de Diamantina, o que vale dizer sobre toda a área urbana construída da cidade, inclusive os logradouros públicos". [...] foi julgada de interesse público não só a conservação das construções existentes na área urbana de Diamantina, mas também do aspecto geral da cidade, cujo desenvolvimento característico tem notável interesse histórico-urbanístico (GONÇALVES, 2010, p. 107).

A maior parte da Serra do Espinhaço por sua vez está inserida no Vale do Jequitinhonha região que Diamantina pertence, e devido a extensa área natural e ao conjunto paisagístico e ambiental, instituiu-se diversas Unidades de Conservações que formam o Mosaico[35] de Áreas Protegidas do Espinhaço (figura 9): Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral, também conhecido como Mosaico do Espinhaço conforme (ÁVILA, 2014).

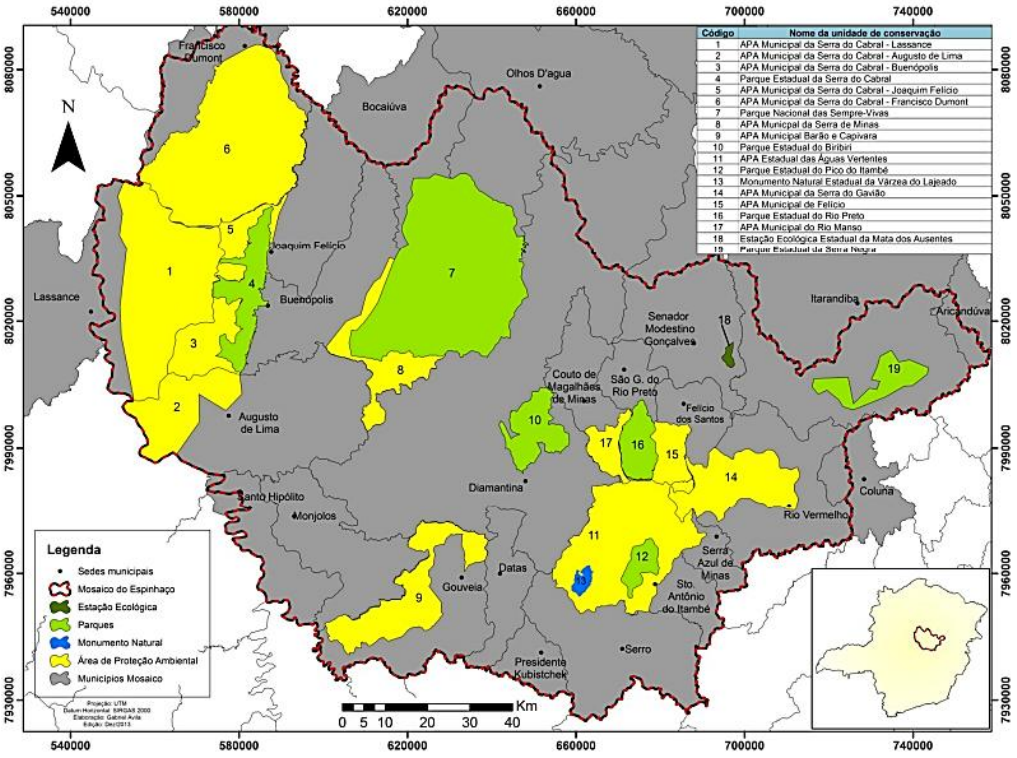


Figura 9 - Unidades de conservação e municípios que integram o Mosaico do Espinhaço
Fonte: Ávila (2014)

O Mosaico é composto por 24 municípios e 19 unidades de conservação das quais seis se encontram no entorno de Diamantina (ÁVILA, 2014). Rodeada de áreas preservadas, a cidade tem um campo propicio ao investimento de outro segmento do turismo, o turismo ecológico, facilitado pelas Unidades de Conservação que possibilitam além da prática do turismo, a conservação dos ecossistemas, pesquisas cientificas, dentre outros.

Aspectos socioeconômicos

O terceiro setor, que engloba o turismo, aparece com maior percentual (tabela 2), o que reflete uma situação pela qual o Brasil atravessou nas últimas décadas (IBGE, 2010).

[35] O mosaico é a gestão integrada e participativa de um conjunto de Unidades de Conservação, que estejam próximas, sobrepostas ou justapostas [...] (ICMBio, 2016).

Transformações no sistema econômico, onde o terceiro setor ganhou mais destaque e é visto como o mais importante devido a "geração de empregos e riqueza, ao mesmo tempo em que passou por um intenso processo de modernização e de redefinição das formas de organização das empresas e dos processos de trabalho" (OLIVEIRA, 2009, p. 54).

Tabela 2 - Produto interno bruto de Diamantina

Variável	Diamantina	Minas Gerais	Brasil
Agropecuária	39.088	15.568.048	105.163.000
Indústria	41.518	54.306.183	539.315.998
Serviços	306.456	97.398.820	1.197.774.001

Fonte: IBGE (2010)

Para Oliveira, (2009, p. 54) o turismo foi "afetado por este reordenamento geral da economia, bem como, pelas mudanças substanciais que acompanham o novo contexto político e econômico nacional[...]além de trazer um grande crescimento do setor".

> [...]mesmo com a crise internacional e a consequente desaceleração do crescimento econômico no país, o setor de turismo tem mantido o seu vigor, com uma expansão estimada em 2012 equivalente a seis vezes o crescimento do PIB nacional. Enquanto grande parte das atividades econômicas balança mundo afora, o mercado de viagens e turismo prospera no mundo e particularmente no Brasil, onde seu crescimento ficou acima da média mundial no ano passado. Só em 2012 foram quase 3 milhões de empregos diretos, gerados com baixo custo, de forma sustentável e com alto impacto na redução das desigualdades sociais (MTUR, 2013).

Embora os últimos anos tenha apresentado bons resultados no turismo Brasileiro, este não é estável no mercado mundial "compatível com as suas potencialidades e vocações" (MTUR, 2003, p. 17). Se o quadro apresentado pelo país é de crescimento desta atividade mas que também diz que não é estável, em Diamantina não seria diferente e, por isso, se vê um setor que demostrou crescimento ao longo dos anos mas que é instável.

Diamantina está inserida, parte-se de sua localização no nordeste do estado de Minas Gerais, Alto Vale Jequitinhonha (figura 10), que está localizado no norte de Minas Gerais que possui uma população estimada em torno de 980 mil habitantes distribuídos em cerca de 80 municípios. A região é denominada Mesorregião do Vale Jequitinhonha que por sua vez se divide entre as microrregiões Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, banhada por um rio que recebe o mesmo nome, Rio Jequitinhonha (NASCIMENTO, 2009; UFMG, 2016).

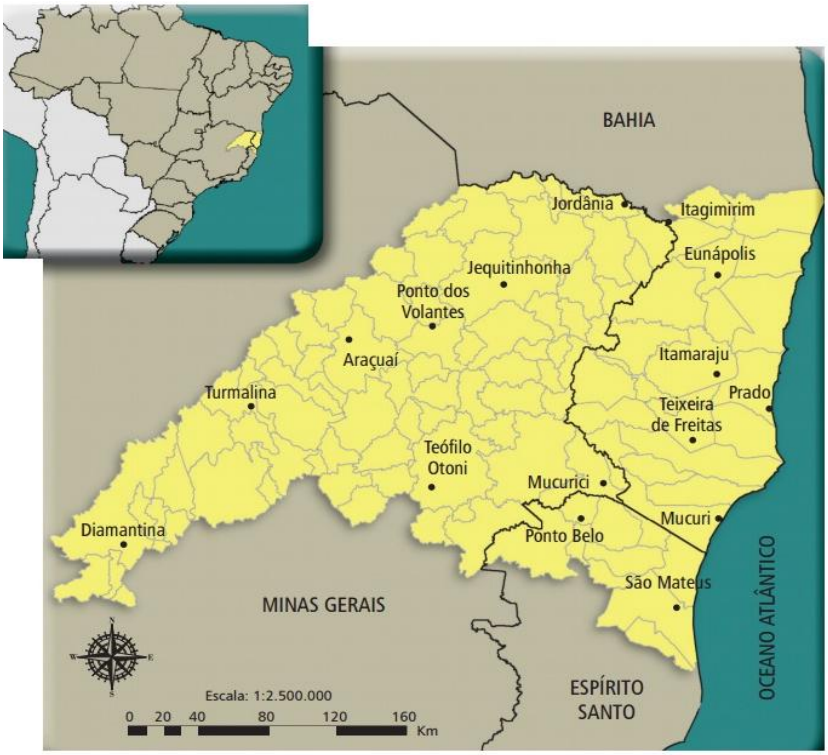


Figura 10 - Mapa de localização do Vale do Jequitinhonha
Fonte: UFMG (2016)

Antes conhecido como o Vale da Pobreza e Vale da Miséria, foi um local com os "[...] maiores índices de analfabetismo do país" e a cidade de Diamantina e Capelinha são as que possuem melhores indicadores sociais (SOARES, 2000, p. 17; UFMG, 2016).

Mesmo estigmatizado pelo "estereótipo miserável da carência, em função da existência de sérios problemas de ordem social e econômica" é uma região bastante rica (NASCIMENTO, 2009, p. 9). Embora parte da população se encontre em uma condição de extrema pobreza e o garimpo ainda permaneça na região agredindo o meio ambiente, o Vale possui outro lado contrastante, com um grande potencial cultural e natural, um importante patrimônio histórico e um artesanato reconhecido internacionalmente (UFMG, 2016).

As bonecas de cerâmica do Vale Jequitinhonha, comercializadas em todas as suas cidades inclusive em outros estados brasileiros e no exterior, são exemplos de uma das grandes expressões culturais registradas e item de desejo de qualquer turista que visite a região (figura 11).

Figura 11 - Mostra de artesanato do Vale do Jequitinhonha
Fonte: Passadiço Virtual (2014)

Uma diversidade de produtos artesanais como estes da Dona Isabel[36], são hoje comercializados em Diamantina, que tem sua trajetória histórica marcada pela economia garimpeira e fabril, e que ao final do séc. XIX já apresentava um comércio bastante ativo, principalmente devido à chegada da estrada de ferro em 1914, que fez com que a cidade se consolidasse como o centro comercial mais importante do norte de Minas Gerais (MARTINS, 1996).

Há uma necessidade de se ampliar os incentivos ao iniciativa privada na ampliação da taxa de empregos na cidade, principalmente em setores essenciais, como a hotelaria, que possui um percentual maior de empresas do que o setor de alimentação, por exemplo. Acredita-se que o crescimento do número de empregos poderia ter um percentual mais significativo caso não houvesse uma deficiência no transporte aéreo, fator que impulsionaria o fluxo de turistas e, consequentemente, a geração de empregos.

Aspectos políticos - estrutura e organização

Quase seis décadas se passam e a economia local ainda estava enfraquecida. O ano de 1997, iniciou o período de muita estruturação em Diamantina e um marco importante com a

[36] Dona Isabel falecida em outubro de 2014, com 90 anos de idade, foi uma das artesãs mais conhecidas da região. Mestre da arte da cerâmica e bonecas de barro, ela saiu da pobreza com o reconhecimento internacional das suas bonecas. Uma boneca de sua autoria, feita sem ajuda de terceiros, chega a custar R$35mil em São Paulo [...]" (LOBATO, 2014, s/p).

instituição do Conselho Municipal de Cultura (COMTUR) e foi o início do projeto pró-patrimônio com a escrita do dossiê a ser apresentado a UNESCO.

Sobre o Conselho Municipal, viu-se que só em 2011 ele passou por uma alteração que permitiu se tornar mais acessível à população diamantinense e tratando assim de forma mais democrática aos assuntos ligados às políticas culturais (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2012).

> A lei atual institui um Conselho Municipal de Políticas Culturais com caráter além de consultivo, fiscalizador e deliberativo e composto por 16 segmentos, representados por vários setores da sociedade, ligados direta ou indiretamente à cultura e patrimônio. Tem como objetivo promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade que integram a ação cultural (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2012, p. 176).

Ser mais acessível à população é um fator questionável, pois como medir seus avanços quando nem mesmo os segmentos são organizados e possuem uma comunicação interna fluente e clara? Quais vozes são de fato ouvidas? É muito comum em pequenas cidades como Diamantina, se deparar com os mesmos "cabeças de chaves" representando seus segmentos em diversas organizações e repercutindo as mesmas ideias que nem sempre traduzem o que o seu grupo almeja.

Dessa forma apenas um grupo, que se repete em outras associações e conselhos, dita os caminhos para os quais a cidade deve seguir e onde deve investir. Eis um dos principais entraves no desenvolvimento local que não envolve a participação popular e que muitas vezes não capacita previamente seus membros para as discussões propostas em reuniões.

A SECTUR, por sua vez, criada no ano de 2002 pela Lei nº 2766, alterada posteriormente pela Lei nº 3041 de 2005, adicionou o setor patrimonial e a renomeou para Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio (SECTUR), responsável por cuidar da criação de políticas públicas em *prol* do patrimônio local e por intensificar as estratégias de planejamento para a proteção deste (SOUZA *et al.*, 2007; SILVEIRA *et al.*, 2012a; PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2012).

> [...] a cidade, desde 2002, possui um órgão específico para acompanhar a dinamicidade da atividade turística à luz da cultura e do patrimônio locais, além de planejar sua divulgação, interceder por políticas específicas e necessárias para um bom funcionamento da atividade, bem como monitorar a situação da área tombada pelo IPHAN e intitulada pela UNESCO (SILVEIRA *et al.*, 2012a, p. 15).

Outros avanços significativos ocorreram entre os anos de 2010 a 2012, com destaque para a criação do fundo municipal de turismo (FUMTUR), aprovação do seu regimento interno,

como também para o COMTUR e aprovação da lei sobre a Política Municipal de Turismo. Nesta nova fase, verificou-se que várias ações do conselho municipal se concretizaram[37] (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2012, p. 26).

Percebe-se um grande passo dado pela cidade rumo à estruturação turística e uma preocupação em estabelecer, através de órgãos responsáveis, meios para geri-los. Entretanto, não vê-se como eficaz que uma cidade tombada por seu patrimônio tenha um coordenação de patrimônio vinculada a uma secretária de turismo.

Deste que Diamantina foi reconhecida patrimônio mundial, 10 anos após esta titulação, nota-se que os planos e programas criados são, em sua maioria, ligados ao patrimônio e em suma, ações internas. Abaixo (quadro 7) é possível observar algumas das ações do poder público com foco no patrimônio.

Quadro 6 - Planos e Programas criados entre 2009 - 2012

Planos e Programas	Objetivo
Plano de Preservação do Patrimônio Instituído em 2010	Com diretrizes de preservação e áreas de atuação do setor no município
Plano de Educação Patrimonial Instituído em 2010	Aproximar a comunidade local do patrimônio cultural, criando na população o sentimento de pertencimento e uma apropriação pelo patrimônio.
Programa de Despoluição Visual Instituído em 2010	Criar ações de promoção do patrimônio cultural e de preservação do patrimônio edificado.
Plano de Inventário de Diamantina Instituído em 2011	Levantar, registrar e difundir os bens culturais de todo o território de Diamantina.
Plano de Medidas de Salvaguarda Instituído em 2012	Salvaguardar o acervo patrimonial de Diamantina.

Fonte: Elaboração da autora baseado no relatório de gestão da Prefeitura Municipal de Diamantina (2012)

A partir desta síntese, percebe-se que existe uma percepção do poder público acerca das necessidades de se construir uma política pública que aproxime a comunidade do patrimônio local e que priorize a preservação do patrimônio. É fato que não se pode traçar um panorama do turismo tomando como base apenas as ações divulgadas pela secretaria ao final de um mandato político. Por isso, é necessário realizar uma pesquisa aprofundada sobre os avanços e os entraves no desenvolvimento que o destino Diamantina enfrenta atualmente, levantando através de indicadores, quais dessas ações foram realizadas e tiveram bons resultados.

[37] Relatório da gestão 2009-2012, único relatório elaborado dentre todas as gestões que passaram pela prefeitura (SECTUR, 2015).

Um ano após o tombamento, foi estabelecida a política de preservação do patrimônio Cultural do Brasil, acordada entre o Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, chamado "Programa Monumenta" que contemplou 26 cidades históricas no país incluindo Diamantina, e teve o intuito de atuar na conservação de edificações em centros históricos protegidos pelo IPHAN, financiando as obras de recuperação (COSTA, 2011, GOVERNO FEDERAL, 2016a).

As cidades participantes do programa foram escolhidas a partir de sua "representatividade histórica e artística" e a "urgência das obras de recuperação", privilegiando obras como monumentos e edificações privadas, localizado no núcleo tombado (GOVERNO FEDERAL, 2016a). As ações foram baseadas na Norma de Quito, predominante na época, que seguia o modelo de "implementação de atividades ligadas ao turismo cultural, tido como principal, ou única, alternativa viável para aliar o desenvolvimento local à preservação". Assim, o aproveitamento do patrimônio estava condicionado a ocorrer após a implementação de diversas ações (IPHAN, 2009).

Para entender financeiramente o programa, tem-se que:

> [...] é constituída por recursos externos oriundos do empréstimo e por contrapartida, esta última proveniente de recursos da União, Municípios, Estados e da iniciativa privada. Os recursos do Projeto de cada cidade, especificadamente, é constituído de 70% de aporte federal, aí incluídos os valores referentes ao Contrato de Empréstimo junto ao BID, e 30% de contrapartida municipal ou estadual (em Diamantina, a prefeitura entrou com os 30 dos recursos investidos em seu Projeto) (COSTA 2011, p. 192)

Em Diamantina, o programa atuou na recuperando o Mercado Velho e a praça onde está situado, na Casa do Forro Pintado, no Prédio da Cadeia Velha, no Museu do Diamante, na manutenção da feira dos produtores, festas religiosas etc., além de financiamentos a imóveis privados (DIOGO, 2009).

A atuação deste programa tinha como principal objetivo "agregar valor econômico aos bens cujo valor simbólico sobressaem no núcleo tombado" (COSTA, 2011). Para o autor seguiu-se "a lógica do capital" ao fazer esta seleção de atrativos a serem preservados e desprezar outras áreas do centro histórico.

Segundo Costa (2011), o entendimento do que consiste o programa, seus principais objetivos, não foi promovido entre a população, revertendo em uma participação superficial nas políticas públicas patrimoniais e de turismo. Em sua pesquisa, Costa constata que a medida que se vai distanciando do centro histórico de Diamantina, maior a falta de informações sobre o

programa Monumenta. O mesmo ocorre ao verificar o conhecimento sobre o IPHAN, onde a maioria dos moradores nunca ouviram falar do instituto e seus objetivos.

O programa Monumenta é uma intervenção em cidades históricas que possuem um patrimônio considerado "fonte de conhecimento coletivo". Nestes destinos, a intervenção do poder público e de agentes do mercado quando tratam o patrimônio meramente como mercadoria, muitas vezes tornam excludentes a participação da comunidade local (COSTA, 2011, p. 201)

3.3 Turismo em Diamantina

O turismo é capaz de gerar impactos positivos e negativos que modificam a realidade de um determinado local e "[...] referem-se a gama de modificações ou sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras" (RUSCHMANN, 2000, p. 34).

O conceito de desenvolvimento turístico, surgiu após Segunda Guerra Mundial e está "associado à ideia de fazer as nações pobres caminharem em busca da superação de suas pobrezas". Segundo a autora, mesmo estando associado ao abandono da pobreza, o desenvolvimento não é ligado apenas à economia, que "deve ser tomada em função do desenvolvimento" (CORIOLANO, 2003, p.162).

A noção de desenvolvimento, por muito tempo esteve associado à ideia de crescimento econômico:

> Durante muito tempo associou-se desenvolvimento ao crescimento da renda *per capita*. Atualmente, os indicadores de desenvolvimento tendem a ser mais abrangentes considerando que o critério renda, não é o único e nem o mais apropriado (SOLHA, 2004, p. 22).

É necessário compreender as diferenças existentes entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico: No primeiro haverá sempre um crescimento da economia, embora o inverso não necessariamente resulte em desenvolvimento que seria um processo de "mudanças qualitativas estruturais da economia que visem à melhoria da qualidade de vida da população". Já o segundo "tem apenas uma conotação quantitativa [...] sem reflexos sensíveis na distribuição de renda, e não provocando mudanças estruturais qualitativas na economia" (DIAS, 2003, p. 67).

Para Coriolano (1998, p. 148) "o desenvolvimento local significa, acima de tudo, um desenvolvimento em escala humana, atendendo às demandas sociais. Nele, o homem passa a

ser a medida de todas as coisas e não apenas os índices quantitativos e o lucro". Desenvolvimento local está condicionado a mudanças no seu contexto atual, melhorando a situação na qual se encontra. Assim, deve-se, ter um conhecimento sobre a sua realidade, essencial para o bom planejamento da região (SCÓTOLO, 2015).

> [...] para que haja desenvolvimento local é preciso que haja um movimento endógeno que descubra e cultive as características potenciais da localidade, como os fatores socioculturais – costumes, tradições, etnia, religião, rituais, celebrações, laços afetivos e familiares, história e memória, grau de confiança e cooperação entre os atores, vocação trabalhista e produtiva da população – e fatores geográficos – clima, solo, relevo, hidrografia, fauna e flora, entre outros –, pois são tais características que irão contribuir para que a economia local se potencialize (SCÓTOLO, 2015, p. 47).

Na década de noventa o Brasil experimentou profundas transformações na área do turismo. Este período foi marcado por estratégias de descentralização da atividade, implementação do primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT) - 1996/1999, que incentivou o desenvolvimento do no país (SOLHA, 2004; OLIVEIRA, 2009; KNUPP e MAFRA, 2012).

Por muitos anos o Brasil esteve sob responsabilidade de diversos órgãos do governo federal e apenas em 1996 foi criado o Sistema Nacional de Turismo (SNT), composto pela EMBRATUR e a Confederação Nacional do Turismo (CNTur) (GOMES, *et. al.*, 2008).

A PNT foi instituída em 1967, formada pelo Sistema Oficial de Turismo, constituído pela EMBRATUR que era encarregada de propor ações em *prol* do desenvolvimento turístico, o CNTur, responsável por estabelecer as diretrizes da política nacional de turismo e o Ministério das Relações Exteriores que promovia o Brasil no exterior (SOLHA, 2004).

O Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) elaborado com a estratégica da descentralização da gestão turística foi implementado em 1994, com objetivo de sensibilizar a população sobre a importância da atividade turística (SOLHA, 2004; GOMES, 2008). O PNMT teve significativa importância, pois possibilitou a gestão participativa no setor turístico e estabeleceu que os municípios poderiam se organizar com o fim de receber recursos governamentais e destacou a importância dos Conselhos Municipais (GOMES *et al.*, 2008)

Em 2003 o turismo foi priorizado com a criação do Ministério do Turismo, criado para se responsabilizar pela política interna de desenvolvimento da atividade turística e das ações de promoção do turismo nacional.

> Para apoiar e Orientar essa nova estrutura foi recriado o Conselho Nacional de Turismo, como o papel de assessoramento, para propor diretrizes e oferecer subsídios técnicos para a formulação e o acompanhamento da Política Nacional de Turismo, vinculado diretamente ao Ministério do Turismo (SOLHA, 2004, p. 60).

O Plano Nacional de Turismo que abrangeu os anos de 2003 a 2007 foi elaborado de forma participativa, envolvendo o setor público e privado, associações, organizações e "as entidades de classe como Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo (ABBTUR), Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), Associação Brasileira de Industrias de Hotéis (ABIH), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)" e significou um avanço no setor turístico, pois teve como objetivo diversificação e ampliação da oferta turística do país (GOMES *et al.*, 2008, p. 207). Organizado em sete macro programas "Gestão e Relações Institucionais, Fomento, Infraestrutura, Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, Qualidade do Produto Turístico, Promoção e Apoio à Comercialização Informações Turísticas", no qual cada um possuía programas específicos em *prol* do desenvolvimento turístico do pais (GOMES *et al.*, 2008, p. 207).

O Macro Programa de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística trouxe dentre as suas prerrogativas a necessidade de construir roteiros integrados voltados à regionalização que foi trabalhada mais amplamente em Minas Gerais (GOMES *et al.*, 2008, p. 207).

Para compreender a política estadual de turismo no estado, é necessário estar atento ao seu contexto geral e as estratégias adotadas pelo poder público no fomento ao turismo. O estado possui 853 municípios e cerca de cinco mil povoados e distritos que se destacam pelo potencial turístico. Em muitos municípios, a atividade turística é uma das mais importantes para ao seu desenvolvimento econômico regional. Com um número tão grande de municípios e povoados, trabalhar nesta área sem o planejamento necessário é algo impensável (SETUR/MG, 2011, p.15).

Com a diversidade existente nas regiões no estado mineiro, cada uma com suas peculiaridades culturais e econômicas, a SETUR percebeu a importância de se construir uma política de descentralização que organizasse os destinos em instâncias de governança regional (SETTE, *et. al.*, 2014). Em 1994 foi criado o Plano Mineiro de Turismo que embora não tenha sido implementado, orientou o desenvolvimento turístico do estado até o ano de 1999, quando foi criada a Secretária de Turismo (SETUR), que por sua vez contava com a Empresa Mineira de Turismo (TURMINAS), um setor especifico para cuidar do turismo e realizar atividades relacionadas ao setor (SOLHA, 200, p. 133).

Importante relembrar que este mesmo ano, 1994, em que foi estabelecido o Plano de turismo no estado mineiro, ocorria na esfera nacional ocorria a criação do PNMT a fim de

sensibilizar a população sobre a atividade turística. Minas saia na frente dos outros estados já visando o turismo (SOLHA, 2004; GOMES, 2008).

No ano de 2001, antes da consolidação do PNT, que trouxe uma política de turismo pautada na regionalização, Minas impulsionava o desenvolvimento desta através de uma política de descentralização regional, com o objetivo de aumentar permanência do turista e o número de produtos turísticos, com a criação de Circuitos Turísticos (BOLSON, 2004; GOMES, 2008; KNUPP e MAFRA, 2012).

O Programa de Regionalização abrangeu 46 associações de Circuitos Turísticos (figura 12) certificados e tinha como função, promover a integração entre gestão pública, iniciativa privada e sociedade civil dos municípios em *prol* do desenvolvimento local (SETTE *el al.*, 2004). Os circuitos turísticos possuem um grande papel no turismo brasileiro principalmente, em Minas. Resumem-se a um conjunto de municípios relativamente próximos um dos outros, que compartilham de alguma característica em comum, sejam semelhanças culturais, aspectos históricos, naturais etc.

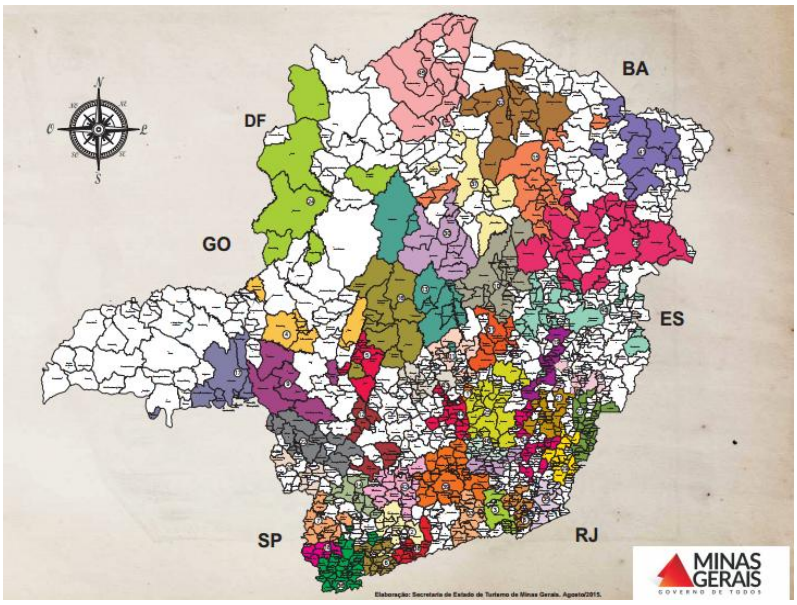


Figura 12 - Espacialização da Regionalização do Turismo - MG
Fonte: Minas Gerais (2015)

A espacialização da regionalização do turismo em Minas Gerais traz as regiões turísticas especializadas e demarcadas por cores diversas e orienta a atuação de políticas e investimentos do Ministério do Turismo pelo país. As Instâncias de Governança Regional, como são denominados os circuitos dentro da estrutura do macro programa de regionalização, "são hoje os responsáveis por adaptar a política nacional às características e necessidades de cada região,

além de estruturar, promover e comercializar os produtos e serviços disponíveis nos municípios" (FERNANDES, 2012, p. 7).

O desenvolvimento do turismo por meio da organização regional em Circuitos Turísticos foi considerado "a principal ação política realizada pela Secretaria de Estado de Turismo – SETUR" (EMMENDOERFER, 2008, p. 222). O programa foi premiado pelo MTUR como um dos projetos mais bem sucedidos do país, no fomento à regionalização do turismo em termos de gestão, planejamento, sustentabilidade dentre outros (FERNANDES, 2012).

Outros programas e projetos que tem estreita ligação com a política de regionalização do turismo em Minas Gerais e que contemplam Diamantina são descritos no quadro 7 abaixo e detalhados respectivamente após ele.

Quadro 7 - Quatro sintético dos projetos e programas que contemplam Diamantina

Projeto/Programa	Abrangência espacial	Responsável
Circuito dos Diamantes	13 cidades do entorno	Projeto de caráter estadual
Estrada Real (ER)	177 cidades ao todo	Entidade Privada ligada ao Sistema FIEMG
Destinos indutores	65 cidades no país	Ministério do Turismo

Fonte: Elaboração da autora baseado na Estrada Real (2016) e Circuito dos Diamantes (2016)

O Circuito dos Diamantes

Os circuitos turísticos surgiram em 2001, dois anos antes do PNT. Compreendem um conjunto de municípios com características semelhantes e que estejam localizados dentro de uma mesma região geográfica onde. Entre os municípios pertencentes, pelo menos uma cidade precisa possuir infraestrutura básica para receber os turistas que irão se deslocar para as outras a partir desse município base. A ideia dos circuitos parte do entendimento do governo sobre a importância da articulação regional, que contribui para o aumento e a diversificação da oferta turística e possibilita a permanência do turista na região e no estado (GOMES *et al.*, 2008; TURISMO CRIATIVO, 2014).

> O Circuito dos Diamantes nasceu do trabalho executado nos termos de um Convênio celebrado em 1977, entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, a EMBRATUR, com a interveniência da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas, o IPHAN e a Fundação João Pinheiro. Nesta época, o Circuito dos Diamantes abrangeria somente Diamantina e era uma forma de preparar e preservar a cidade para o turismo, mas os trabalhos só foram concluídos e editados pela Fundação João Pinheiro em 1980 (CIRCUITO DOS DIAMANTES, 2016, s/p).

O Circuito dos Diamantes nasceu “do trabalho executado nos termos de um Convênio celebrado em 1977, entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, e a EMBRATUR”. O Circuito está sediado em Diamantina desde 2001, sendo a primeira cidade a integrá-lo e atualmente, engloba treze municípios circunvizinhos: Couto Magalhaes de Minas, São Gonçalo do Rio Preto, Diamantina, Senador Modestino Gonçalves, Felício dos Santos, Datas, Gouveia, Monjolos, Serro, Alvorada de Minas, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, Presidente Kubitschek (figura 13). Este circuito se destaca pelas inúmeras aéreas naturais como o Parque Estadual do Biribiri, Parque Estadual do Itambé, Parque Estadual do Rio Preto, Parque Nacional das Sempre Vivas, Serra do Espinhaço, Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha, dentre outros (CIRCUITO DOS DIAMANTES, 2014).

Figura 13 - Espacialização dos municípios pertencentes ao Circuito dos Diamantes
Fonte: Circuito dos Diamantes (2016)

As cidades pertencentes ao Circuito Turístico dos Diamantes possuem em comum terem sido regiões de exploração do ouro e do diamante no séc. XVIII, motivo pelo qual possuem semelhanças na cultura regional, arquitetura e identidade cultural. Por estarem concentradas na Serra do Espinhaço, propiciam grande diversidade paisagística com variedades em espécies da fauna e flora (CIRCUITO DOS DIAMANTES, 2016).

Em entrevista com o atual gestor do Circuito Turístico dos Diamantes, Ethany da Cunha, no ano de 2014, sobre sua dinâmica, verificou-se que a filiação dos municípios obedece os seguintes critérios:

- Fator histórico cultural: possuir na formação de sua identidade regional traços do período da exploração do diamante na região de Diamantina;

- Fator geográfico: os municípios devem estar num raio de 100 km, aproximadamente, um do outro;
- Presença do poder público: os gestores municipais tem que querer fazer parte da política de regionalização;
- Apresentação do inventário turístico atualizado.

Por se tratar de uma associação sem fins lucrativos, o circuito possui um conselho curador como órgão administrativo representado por todos os membros participantes, sendo um por entidade e que esteja em dia com as contribuições. Para se integrar ao Circuito, os associados podem ser desde organizações sem fins lucrativos (ONGs) a entidades públicas e privadas. O Circuito é administrado por um Conselho Curador, formado pelos prefeitos e representantes das entidades parceiras, como IEF, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE), SENAC, Associação Comercial e Industrial e Diamantina (ACID), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto de Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais (IDENE), Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Jequitinhonha (AMAJE), BND, Instituto Estrada Real (IER), Associação de Empresas Ligadas ao Turismo (ADELTUR), Organização não governamental Caminhos da Serra.

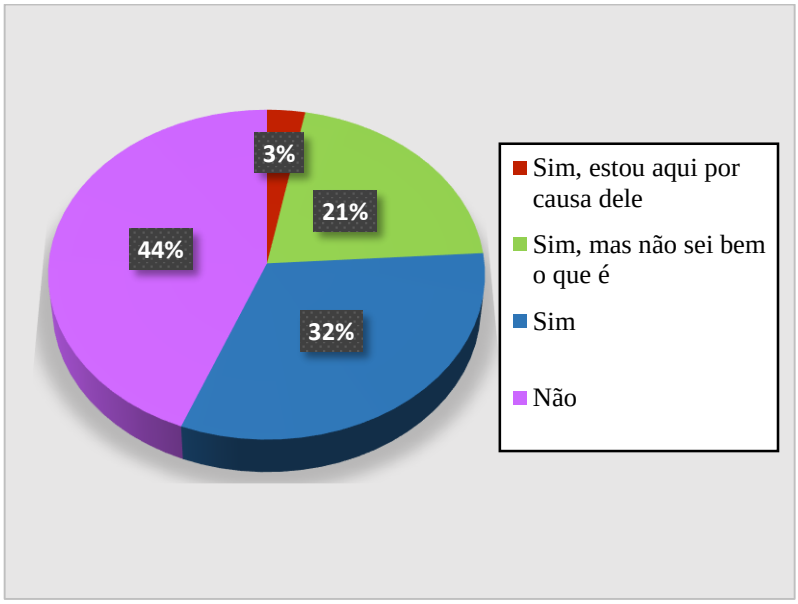
Quanto à estrutura do Circuito, esta é composta por atores sociais que constituem sua governança, tais como os órgãos superiores Conselho Curador formado pelos prefeitos e representantes das entidades parceiras IEF, SEBRAE, SENAC, Associação Comercial de Diamantina, EMATER, IDENE, AMAJE, Banco do Nordeste, IER, ADELTUR, ONG Caminhos da Serra.

No questionário enviado ao gestor Ethany Cunha, verificou-se que não há pesquisas de demanda a nível regional que indiquem qual cidade é mais visitada dentre as que compõem o circuito, porém para o gestor, Diamantina, é a que mais recebe turistas, seguida do município de Serro, por serem cidades com estrutura receptiva, infraestrutura turística e equipamentos que fazem com que se tornem mais competitivas que as demais. As outras cidades que fazem parte do circuito possuem pouca estrutura, o que faz com que o turismo de base local, segundo o gestor, seja mais viável pois é “pautado na economia solidária e na produção associada”.

A ausência destas pesquisas desfavorece uma visão mais detalhada do cenário atual da atividade turística e do fluxo de visitantes nos destinos associados. Sabe-se que há uma, voltada para a demanda turística de Diamantina e região, realizada desde o ano 2009 e que aborda temas relacionados ao circuito, mas que não foi mencionada na entrevista.

De acordo com os dados da pesquisa a UVFJM (2012[38]) sobre o conhecimento do circuito pelos turistas tem-se abaixo (gráfico 1):

Gráfico 1 - Conhecimento sobre o Circuito dos Diamantes



Fonte: Adaptação visual do gráfico da PDTD/2014, Silveira e Medaglia (2014)

O incentivo à permanência dos turistas na região está entre os objetivos do circuito, já que ele é composto por um conjunto de cidades com inúmeros atrativos disponíveis. Os dados do gráfico indicam porém, uma deficiência nas ações de promoção do circuito. Ora, como a regionalização funcionará se a criação do planejamento participativo e as ações que competem a Diretoria de *Marketing* do Circuito dos Diamantes, o Plano de Divulgação do mesmo construído em 2008, não foram executadas pelas gestões anteriores e se encontra apenas em fase de elaboração? Como não questionar a funcionalidade do circuito quanto a regionalização?

O pouco conhecimento sobre o Circuito dos Diamantes, poderia ser amenizado com a implementação de um Plano de *Marketing* valorizando-o e divulgando-o adequadamente. Esta é uma questão evidenciada, inclusive, na pesquisa de demanda turística da UFVJM, acerca do conhecimento sobre o Circuito dos Diamantes. No segundo semestre de 2012 verificou que 38% dos turistas nunca ouviram falar dele, 22% já ouviram falar, mas não sabem bem o que é, tampouco quais regiões o integram (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2012b).

Foi verificada a relação estabelecida com outras instâncias regionais e embora o Circuito faça parte da Federação de Circuitos Turísticos de Minas Gerais, sua relação com os demais

[38] O ano de 2012, foi o último em que o Circuito dos Diamantes integrou diretamente a pesquisa. Nos posteriores, o questionário abordou a Estrada Real em substituição ao circuito.

circuitos é apenas institucional. De acordo com Ethany Cunha, uma parceria muito importante são as instituições de ensino e pesquisa, pois para elas atuam "no suporte ao desenvolvimento de projetos, pesquisas e mobilização juntos aos municípios nas atividades de turismo de base comunitária". Percebe-se que há uma visão simplista no que tange o papel da universidade, que não se restringe a fornecer suporte ao circuito, mas sim a geração de conhecimento formação de recursos humanos.

O principais desafios enfrentados (quadro 8) são, segundo o gestor, a inexistência de suporte para recursos, fundos ou legislação específica que resguarde de alguma forma os circuitos turísticos. Outros problemas e oportunidades relacionadas ao circuito são:

Quadro 8 - Pontos fracos e fortes do Circuito Turístico dos Diamantes

Pontos Fracos e Ameaças	Pontos Fortes e Oportunidades
Poder público e políticas públicas em turismo defasadas	Potencial histórico – cultural da região
Iniciativa privada desarticulada	Atrativos naturias (convergência de três parque estaduais e um nacional)
Comunidade desmotivada	Hospitalidade dos moradores da região

Fonte: Produção da autora baseado na entrevista ao Circuito dos Diamantes realizada em 2014

Na análise que o gestor faz dos pontos fortes e fracos do circuito ao serem correlacionados com o contexto atual de Diamantina é claramente diagnosticado na pesquisa *in loco* deste estudo. Compreender a dinâmica do circuito é essencial para o a compreensão sobre a inserção regional do município e obter indicadores do estado de desenvolvimento local.

Ao analisar a articulação, cooperação dos atores e organizações do setor privado no cenário atual, o gestor do circuito percebe a iniciativa privada como "indiferente" e "desmobilizados em *prol* da regionalização". Segundo ele, não há participação e muitos integrantes do grupo diretor se afastaram do circuito.

Nota-se que a política de regionalização através de circuitos na região de Diamantina está longe de funcionar de forma efetiva, pois sabe-se que a promoção e a divulgação das cidades pertencentes é primordial para que o fluxo de turistas possa ser distribuído do núcleo receptor a outros destinos. Com um plano de *marketing*, a divulgação e promoção dos destinos associados estimularia o interesse nos turistas em permanecer na região. E é importante destacar que, como Diamantina já possui uma demanda turística, a estratégia pode estar em aproveitar este fluxo de visitantes promovendo as demais regiões aos turistas reais que a cidade ela já recebe.

Diante do cenário descrito pelo entrevistado percebe-se a necessidade de investir em ações articuladas que envolvam todos os municípios da região. A percepção dos circuitos

através de *clusters* poderia contribuir para que as ações do circuito sejam favoráveis à consolidação deste no mercado.

Há indícios que o Circuito Turístico dos Diamantes carece de ações que visam à promoção dos destinos circunvizinhos, do fortalecimento das parcerias institucionais, pesquisas aprofundadas sobre demanda regional e de pragmatizar ações estabelecidas em reuniões.

Estrada Real

Além de integrar o Circuito Turístico dos Diamantes a cidade também faz parte do Roteiro da ER, duas vias largamente usadas nos séculos XVIII e XIX para o escoamento para o ouro e do diamante até os portos do Rio de Janeiro e Paraty, circulação de pessoas e mercadorias. O objetivo deste projeto e contribuir para o desenvolvimento do turismo nas cidades envoltas no roteiro e, assim, o governo do estado instituiu o Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico da ER e firmou parceria com o IER[39] (GOMES *et al.*, 2008, p. 208).

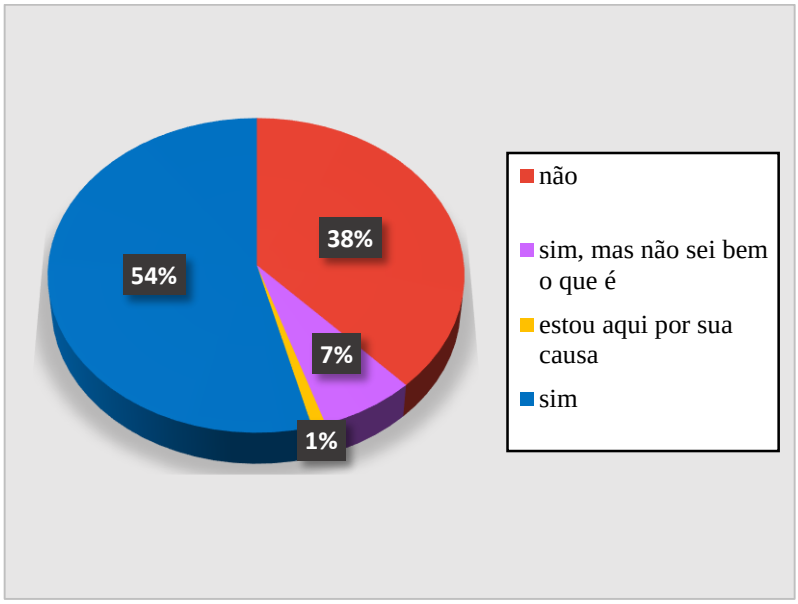
O trajeto da ER possui uma extensão de 1,4 mil quilômetros e é considerado um roteiro de grande potencial turístico no país. A rota é dividida nos trechos que recebem o nome de Caminho Velho que vai de Paraty a Ouro Preto; Caminho Novo, de Ouro Preto ao Rio de Janeiro e o Caminho dos Diamantes, que vai de Ouro Preto até Diamantina (MARIUZZO, 2006).

O projeto ER é alinhado principalmente a ações de promoção e fortalecimento da marca. Um das primeiras iniciativas do instituto que contribui para a sua manutenção e "licenciamento da logomarca da ER, já comercializada numa lista de produtos que inclui chocolates, café, doce de leite, um bar temático e um dos modelos de carros da Fiat, o Doblò" (MARIUZZO, 2006, p. 16).

Na PDTD (2014), sobre o conhecimento dos turistas a respeito do IER, que é um órgão importante para o desenvolvimento do turismo regional, gerou-se o seguinte gráfico:

[39] "O Instituto é uma organização não governamental criada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, para recuperar e aproveitar o potencial da ER transformando-a em um produto turístico" (GOMES *et al.*, 2008, p. 208).

Gráfico 2 - Conhecimento sobre o Instituto Estrada Real



Fonte: Adaptação visual do gráfico da PDTD/ 2014, Silveira e Medaglia (2014)

Constata-se que mais da metade dos turistas (54%) conhecem o IER, pois afirmaram com segurança saber o que é ela é. Observa-se que apena 1% dos visitantes foi à Diamantina por ela fazer parte da ER, o que indica que o projeto não gera uma demanda considerável para os destinos. O que atrai os turistas é a atratividade de cada cidade e não a ER.

Os que dizem conhecer o IER, mas não sabem exatamente o que ela significa, somado aos que desconhecem representam 45% dos turistas o que revela que as ações de promoção da IER não estão atingindo com satisfação seu objetivo. Assim, há a necessidade de fortalecer e ampliar ações de promoção do IER nos destinos pertencentes e nos potenciais emissores. A PDTD revelou também que as principais fontes de informação sobre o IER são: o boca a boca amigos (23%), a internet (32%), placas (10%) e televisão (8%)" (PDTD, 2014).

Por se tratar de um projeto abrangente, o envolvimento das comunidades pertencentes à ER é fundamental para seu desenvolvimento. Entretanto, é comum encontrar moradores de suas cidades que desconhecem o projeto e seus objetivos (MARIUZZO, 2006).

Assim, este é mais um projeto de regionalização que na prática não é totalmente funcional. Onde há desinformação, não é possível regionalizar. Se assim fosse, quem estaria sendo beneficiado? Os turistas? A comunidade? Ou os gestores? A comunidade é a cerne para um desenvolvimento turístico profícuo e nenhum programa de regionalização será totalmente eficaz se a comunidade não estiver envolvida. Na ausência de planos de *marketing*, são os moradores os principais aliados do turismo regional.

Os destinos indutores

Diamantina também é um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento do turismo regional, uma das ações de planejamento do Governo Federal chamada de Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização (PPGR), que visa planejar as regiões turísticas identificadas com potencial para competir no mercado internacional, que detém de infraestrutura básica para atendimento ao turista, atrativos qualificados e que se caracterizem como polo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos (MTUR, 2014).

Segundo Silveira e Medaglia (2010) à medida que os destinos indutores oferecem uma contrapartida, tais como pesquisas relacionadas ao turismo, estes destinos são priorizados e beneficiados, através de políticas específicas.

Observa-se que a regionalização do turismo em Diamantina a partir destes três programas (privado, estadual e nacional) tem a cidade como base principal para o recebimento e distribuição da demanda turística. Através dos dados fornecidos pela PDTD da UFVJM, percebe-se que há uma grande desinformação sobre os programas, que contemplam Diamantina e esse é um problema importante a ser solucionado em *prol* do desenvolvimento regional. A informação, o plano de *marketing* e promoção dos destinos não são os únicos entraves à concretização destes programas. Porém, é primordial para seu êxito.

No extenso Vale Jequitinhonha há municípios contemplados que receberam quase ou nenhum fluxo de turistas motivados a conhecê-los pelo viés do turismo. Os moradores ainda não foram sensibilizadas para a atividade e já tem seu município inserido num contexto regional da atividade turística.

Prodetur NE/II

O Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), que oferece crédito para o setor público, é outra iniciativa que contempla Diamantina na sua segunda fase, que inicia-se em 2007, o PRODETUR- NE/II, por Diamantina integrar o polo Vale Jequitinhonha. Financiado através de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem como órgão executor o Banco do Nordeste (SOLHA, 2004; BID, 2016).

Em Diamantina as principais ações realizadas foram:

> [...] reativação do Conselho Turístico do Polo do Vale do Jequitinhonha; elaboração dos projetos de pavimentação dos trechos que ligam Diamantina a Milho Verde, incluindo recuperação de pontes; Milho Verde a Serro e acesso ao Parque Estadual do Rio Preto (no município de São Gonçalo do Rio Preto; Serro a Conceição do Mato Dentro); início das obras de esgotamento sanitário em Diamantina e Serro; assinatura do primeiro convênio com o MTUR referente à contrapartida federal; encaminhamento ao Ministério do Turismo

> de 10 Termos de Referência para elaboração de projetos e execução de ações da matriz; elaboração do projeto "Vila Real", que terá um piloto realizado no Povoado de Vau, em Diamantina, região de atuação do Prodetur (DIÁRIO DO RIO DOCE, 2007, s/p).

O objetivo do programa está em melhorar a infraestrutura dos destinos de grande potencial turístico, já que a atividade turística foi identificada, a partir de estudos, como uma oportunidade viável de ser executada na região nordeste do estado, devido aos recursos culturais, grande mão-de-obra e custos baixos (SOLHA, 2004; BANCO DO NORDESTE, 2016).

O PRODETUR-NE/II fornece crédito ao setor público para que este crie condições para desenvolvimento do turismo e consequentemente para sua população. Em 2007, Diamantina foi beneficiada com recursos para investimentos na atividade turística do município em restauração, revitalização, mobilidade urbana, oficinas e cursos que qualificassem profissionais para a preservação do calçamento (BANCO DO NORDESTE, 2014; SETUR, 2016).

Além de participar de iniciativas que favorecem a regionalização, Diamantina recebe recursos do Governo Federal destinados a sítios históricos urbanos tombados. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) iniciado em 2007, tinha como responsabilidade "obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país". Ampliado em 2011, o programa na sua segunda fase, contou com recursos e parcerias com estados e municípios (IPHAN, 2016a, s/p).

Em 2013, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha de crédito exclusiva para sítios históricos urbanos tombados pelo IPHAN, que seria utilizada no programa PAC das Cidades Históricas, implantado em 44 cidades e destinado à restauração de obras, edifícios e espaços públicos. O objetivo consiste em zelar pela preservação do patrimônio nacional, a valorização da cultura brasileira e a promoção do desenvolvimento socioeconômico (IPHAN, 2016a).

Em 2015, foi assinado o primeiro termo de compromisso do PAC com as licitações para contratação de empresas de execução de obras previstas para 2016. Verificou-se que os projetos nos subsetores relacionados ao turismo como por exemplo PAC das Cidades Históricas, Infraestrutura turística, etc. não há nenhum projeto com concluído com verbas do PAC em Diamantina. Com o *status* "em obras", há apenas a iniciativa de sinalização turística da cidade sob responsabilidade do MTur que, concomitantemente, realiza o mesmo projeto em mais cinco cidades mineiras (Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei e Serro) (PREFEITURA, 2016a, GOVERNO FEDERAL, 2016c). Em ação preparatória tem-se os seguintes projetos via PAC:

Quadro 9 - Projetos do PAC em ação preparatória na cidade de Diamantina

Projetos do PAC das Cidades Históricas	Órgão Executor
Requalificação da Praça JK	Município
Revitalização da Praça Dom Joaquim	Município
Restauração e requalificação do imóvel do antigo Diamantina Tênis Club	Município
Restauração da Casa da Intendência (antiga prefeitura)	Município
Restauração do Casarão dos Orlandi	Município
Restauração do Prédio da Secretaria de Cultura	Município
Restauração do antigo Hotel Roberto – Secretária da Educação	Município
Requalificação Urbanística do Largo Dom João e Praça Sagrado Coração de Jesus	Município
Restauração do Casarão Museu da Arte Sacra	Município
Restauração do Casarão Museu do Diamante	IPHAN
Restauração da Igreja do Amparo e Nossa Senhora da Luz	IPHAN
Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Carmo	IPHAN
Implantação do Parque Municipal da Serra dos Cristais	IPHAN

Fonte: Prefeitura Municipal de Diamantina (2016a); Governo Federal (2016c)

Mesmo com tantas ações de fomento ao turismo, estruturação turística, etc., percebe-se que em Diamantina o fluxo de visitantes ainda é muito baixo, principalmente quando comparado a outras cidades do estado, como Ouro Preto que é beneficiada pela proximidade com Belo Horizonte e com o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, mais conhecido como aeroporto de Confins[40].

Diamantina é apontada como a cidade mineira reconhecida pela UNESCO "com a mais baixa taxa de ocupação em empreendimentos hoteleiros". Mesmo com uma promoção midiática ligada ao título de Patrimônio Mundial, a baixa ocupação dos meios de hospedagem não se modificou (ALVEZ, 2011, p.32).

Os dados da pesquisa do Observatório do Turismo do IER,[41] também citam o baixo fluxo de visitantes na cidade:

> [...] a taxa de ocupação mensal dos empreendimentos de hospedagem gira entre 30 e 40%. Esta percentagem se mantém apesar do aumento significativo na oferta de leitos. Pode-se então inferir que há um crescimento do número de visitantes, ainda que não seja suficiente para ampliar a demanda dos empreendimentos hoteleiros (ALVES, 2011, p. 32).

Antes e após o título de Patrimônio Mundial, algumas mudanças já são notórias na cidade. Houve diversos investimentos realizados em *prol* de avanços no turismo receptivo, como por

[40] Belo Horizonte, aprox. 100 km e duração de 1h30 de carro e também com o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, mais conhecido como aeroporto de Confins, aprox. 140 km e duração de 2h30 de carro (GOOGLE MAPS, 2016).

[41] Dados secundários, do IER (2010). Pesquisa de demanda dos empreendimentos hoteleiros da Estrada Real; dados primários, ainda não publicados (ALVES, 2011).

exemplo, melhorias nas rodovias, "modernização das formas e condições de pagamento em todo comércio da cidade" (SILVEIRA *et al.*, 2012a, p. 13).

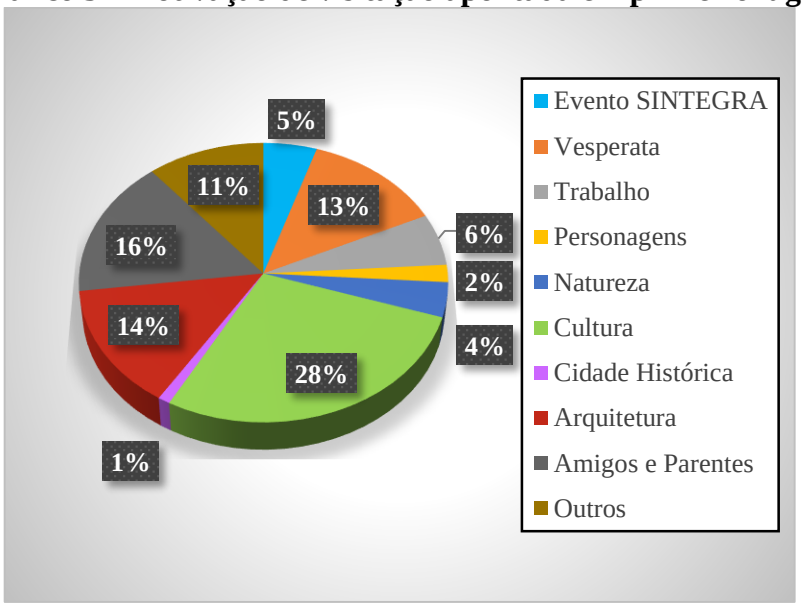
Para compreender as mudanças do turismo em Diamantina e as características da atividade turística atualmente, a Pesquisa do Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região (PDTD)[42] da UFVJM realizada no segundo semestre de 2014 (último registro da pesquisa até o momento) é primordial. Realizada com 122 respondentes, a PDNT constatou que o fluxo de turistas que visitam Diamantina é, em sua maioria, os próprios mineiros, representando 79% dos respondentes. A maior parte dos turistas da cidade são oriundos da capital mineira, Belo Horizonte, seguidos das cidades de Montes Claros (7%) e Sete Lagoas (6%). Os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, apesar de um baixo percentual, são cada vez mais notados pela cidade, representando respectivamente com 3% e 5% dos turistas. Dentre as cidades emissoras em Minas Gerais, a capital Belo Horizonte se revelou como o maior emissor de turistas para a cidade, com o percentual de 36% dos entrevistados. Ao longo das edições da pesquisa, nota-se que Belo Horizonte prevalece como principal cidade de origem da demanda turística de Diamantina (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2014, p. 9 - 10).

Não há presença significativa de turistas estrangeiros na cidade. No final de semana de realização da pesquisa, não houve registro destes. Na edição de 2013, onde a amostra foi menor, notou-se que havia um aumento do percentual de estrangeiros com relação a 2012, de 1% (Uruguai) para 3% entrevistados (Argentina, Escócia e Itália) (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2012b; 2013; 2014).

Estes números percentuais são extremamente baixos, em se tratando de um WHS. A explicação para a ausência do percentual estrangeiro em 2014 pode estar relacionado à suspensão dos voos no ano de 2013, dificultando o acesso à cidade para perfis de turistas que vem de destinos mais longínquos. Um dado importante da PDTD (2014) a ser destacado são as motivações de visitação à cidade, onde a cultura é assinalada em primeiro lugar.

[42] A Pesquisa foi realizada excepcionalmente em dois finais de semana de Vesperata (entre os dias 16 e 25 de maio de 2014). Normalmente é realizada em um final de semana que acontece o evento e outro normal. A coleta de dados baseia-se no total de 126 (cento e vinte e seis) questionários junto a um universo de turistas estimados de 5000 pessoas (UFVJM, 2014).

Gráfico 3 - Motivação de visitação apontada em primeiro lugar



Fonte: Adaptação visual do gráfico da PDTD/ 2014, Silveira e Medaglia (2014)

A motivação cultural está dentre as principais motivações, seguida por visita a Amigos e Parentes (16%) e Arquitetura (14%). Todos estes superam o evento Vesperata (13%), fato que também é apontado na PDTD (2013) edição anterior da pesquisa.

> [...] a tendência de um novo perfil motivacional que se caracteriza pelas transformações da própria cidade. Essa última hipótese vem se consolidando dada a manutenção dessa variável motivacional em destaque, nas últimas edições" (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2014).

Indiscutivelmente, o que atrai turista à Diamantina é a cultura. A gênese cultural de Diamantina tem suas raízes no garimpo, pois é através dele que a cidade surge e em torno dele que a cidade se expande.

Sobre as áreas naturais, mais da metade dos turistas não estiveram em nenhum atrativo natural. Dos atrativos visitados estão o Parque do Biribiri seguido da Gruta do Salitre. Já os culturais mais conhecidos são o Mercado Velho, a Catedral, Casa de JK e a Casa de Chica da Silva (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2014).

Em síntese, caracterizando o perfil do turista que visita à cidade atualmente, nota-se que este é bastante diversificado. Viajam geralmente em pequenos grupos familiares ou sozinhos e geralmente retornam a cidade após a primeira visita mantendo um retorno esporádico a cidade. As viagens são organizadas por conta própria (via internet, telefone, etc....) e a maioria dos visitantes permanecem na cidade em média de 2 a 3 dias. O principal meio de transporte mais utilizado são automóveis particulares seguidos de ônibus fretado e os turistas ficam na maioria hospedados em hotéis e pousadas. Há um equilíbrio entre o gênero e faixa etária entre os

turistas e a escolaridade predominante é ensino superior completo, seguido de pós graduado (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2014).

Diamantina possui uma grande visibilidade por ser cenário de telenovelas, filmes, minisséries, dentre várias gravações feitas a exemplo a segunda versão da novela “Irmãos Coragem”, a minissérie “A Cura”, o filme “Xica da Silva”, “Vida de Menina”, do longa metragem “Um Certo Joaquim” e será palco no ano de 2016 da novela “Liberdade, Liberdade”. É importante destacar que mesmo não sendo apontada como uma motivação de visitação pela PDTD, esta pode partir da imagem, da curiosidade e do fascínio do turista.

4 TURISMO E PATRIMÔNIO EM DIAMANTINA: PERSPECTIVA DOS ATORES LOCAIS

4.1 A percepção da comunidade local

Para analisar as percepções da comunidade local, que neste estudo irá se referir a sociedade civil residente dos bairros investigados, optou-se por utilizar como metodologia a pesquisa quantitativa de conveniência por amostragem, na qual a amostra "que constitui uma redução da população a dimensões menores sem perda das características essenciais" (COSTA, 1992, p. 26). Utilizou-se como instrumento de coleta um formulário que aborda as questões sobre o Patrimônio, Turismo e as perspectivas da comunidade, que foi submetido a checagens e pré-testes que contribuíram para que ajustes fossem incorporados em todas as questões de maneira a minimizar os erros nas respostas e manter a lógica interna da pesquisa.

A definição das variáveis considerou a proposta de Svels (2015), que faz uma abordagem que combina o uso de questionários com algumas perguntas em escala *likert*, avaliações sócias econômicas, dentre outras, além de realizar entrevistas semiestruturadas.

O formulário foi elaborado em blocos de perguntas que totalizam 15 questões. No primeiro bloco "Envolvimento com Turismo", teve a intenção de buscar o nível de envolvimento da população com o turismo e o momento de maior empregabilidade no setor. Por isto inclui questões referentes à ocupação/trabalho no Turismo, ao período/data que exerceram e qual a formalidade. No segundo bloco "Sobre o Patrimônio e Turismo", houve a intenção de compreender o que é patrimônio para a população a partir do que consideram importante de ser legado aos filhos e netos; o grau de conhecimento sobre os bens tombados pelo IPHAN na cidade e o envolvimento nas questões relativas ao patrimônio e turismo. Assim, questionam o gostariam de preservar em Diamantina para os filhos/netos, o conhecimento sobre uma lista de atrativos tombados na cidade e o nível de participação da população em palestras, discussões, debates ou reuniões promovidas sobre o tema patrimônio e/ou turismo. O terceiro bloco "Perfil do entrevistado" foi levantado o perfil dos entrevistados com perguntas sobre a sua naturalidade, escolaridade, faixa etária e renda familiar.

Em relação à AMOSTRA - considerou-se o universo populacional de Diamantina representado em um total de 45.880 habitantes[43] sendo que 5.816 habitantes (12,7%) em zona

[43] IBGE, censo 2010.

rural e 40.064 habitantes (87,3%) em área urbana (IBGE, 2014). A amostra é composta pela entrevista de 381 pessoas, com margem de erro de 5% e nível de confiança de 95%[44] (COSTA, 2005). A partir do documento cadastral da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantina, cuja Avaliação de Bairros traz o levantamento do índice de habitantes por região na sede municipal, foi elaborado com o fim de distribuí-los entre os bairros da cidade. Para isso utilizou-se da Regra de Três Simples[45].

A avaliação de bairros é o documento que mais se aproxima da realidade de Diamantina, ressaltando que o setor de cadastros da Prefeitura Municipal, foi procurado e alegaram não possuir dados referentes à quantidade de moradores em cada bairro. A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) também foi procurada e forneceu os dados populacionais porém, após avaliação chegou-se à conclusão de que não era a melhor fonte, uma vez que trazia informações diferentes daquelas fornecidas pela Secretaria de Saúde, indicada pela prefeitura municipal. Para um maior dinamismo e praticidade na logística de aplicação dos formulários, adotou-se a agregação de bairros em seis áreas (tabela 3), definidas a partir dos principais: Bom Jesus, Cidade Nova, Rio Grande, Centro, Palha, Vila Operária, que também representam todo o entorno do centro histórico tombado.

Tabela 3 - Áreas de aplicação e amostra por bairros

Área 1	**Hab.**	**AM.**	**Área 3**	**Hab.**	**AM.**	**Área 5**	**Hab.**	**AM.**
Bom Jesus	4550	43	Bela Vista	3381	32	Jardim	1791	17
Campo Belo	148	1	Cidade Nova	1462	14	Presidente	978	9
Cazuza	937	9	Jardim Imperial	174	2	Quatro Vinténs	1655	15
Serrano	418	4	Pedra Grande	1114	10	Rio Grande	4232	40
Vale dos Diamantes	178	2						
Vila Gutierres	104	1						
Total de Formulários = 60			**Total de Formulários = 58**			**Total de Formulários = 81**		
Área 2	**Hab.**	**AM.**	**Área 4**	**Hab.**	**AM.**	**Área 6**	**Hab.**	**AM.**
Arraial dos Forros	1902	18	Consolação	1885	18	Sagrado Coração	789	7
Centro	2540	24	Gruta de Lourdes	358	3	Samambaia	574	5
Fátima	664	6	Mª Orminda	821	8	Santo Inácio	520	5
Romana	487	5	Palha	4142	40	Vila Operária	4693	44
			Prata	55	1			
Total de Formulários = 53			**Total de Formulários = 70**			**Total de Formulários = 61**		

Fonte: Organização da autora baseado na avaliação de bairros, Prefeitura Municipal de Diamantina (2015b)

[44] Utilizou-se do *software Raosoft ® Sample Size Calculator*, para o cálculo da amostra.
[45] "A regra de três é usada nas situações de proporcionalidade utilizando de três valores dados para o cálculo do quarto valor" (SILVA, 2016).

Com estas informações, foi possível elaborar a tabela acima, com a distribuição de quantos formulários (amostra/AM.) foram aplicados em cada área e nos seus respectivos bairros (figura 15). Todas as demais localidades ajustados estes, seguindo o critério de proximidade geográfica[46].

Considerou-se a planta da cidade, que traz as delimitações do Macrozoneamento[47] "considerado como polígonos delimitadores de áreas urbanizáveis, de restrição da urbanização ou de proteção paisagística" (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2009).

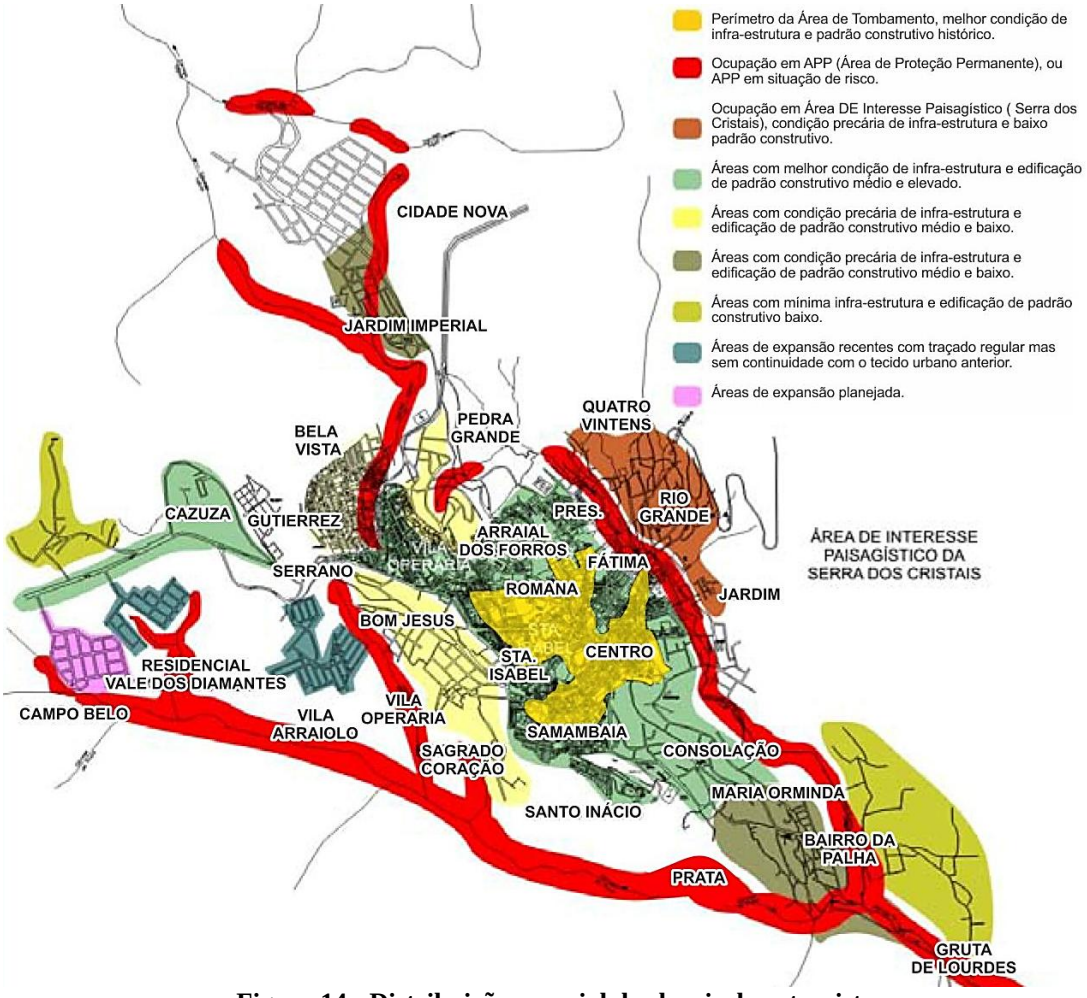


Figura 14 - Distribuição espacial dos locais de entrevista
Fonte: Adaptação da autora baseado na Planta Municipal de Prefeitura Municipal de Diamantina (2009)

[46] *O bairro "Largo Dom João" está contabilizado como parte do bairro limítrofe Vila Operária, área 6. Assim como a Secretária de Saúde o engloba. Por isso, o nome não consta no quadro de divisão das áreas. Ressalta-se que os dados da Secretaria de Saúde foram atualizados no ano de 2014 e, por isso, não trazem os dois bairros residenciais em construção e que ainda não possuem um percentual de moradores considerável: Taj Marral e Quinto do Ouro

[47] Cada uma dessas áreas permite usos considerados pertinentes à época da elaboração do primeiro Plano Diretor de Diamantina (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2009).

No que tange à COLETA DE DADOS - Para realizá-la no campo[48], contou-se com o apoio de uma equipe previamente treinada, composta por três estudantes de turismo do 6º período da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e um guia de turismo/historiador da ASGUITUR.

Figura 15 - Equipe de pesquisa da Comunidade Local
Foto: acervo pessoal da autora (2016)

O período de aplicação compreenderam dias de semana, finais de semana e feriados e (matutino e vespertino) conforme (quadro 10):

Quadro 10 - Fases da coleta de dados Comunidade Local

	Dias da semana	Horários
16 de Outubro	Quarta-feira	09hs às 12hs – 14hs às 18h30
17 de Outubro	Quinta-feira	09hs às 12hs – 14hs às 18hs
18 de Outubro	Sexta-feira	09hs às 12hs – 14hs às 18hs
19 de Outubro	Sábado	09hs às 13hs
20 de Outubro	Segunda-feira	09hs às 12hs – 14hs às 17hs
02 de Novembro	Segunda-feira - Feriado de Finados	09hs às 12hs – 14hs às 18hs
03 de Novembro	Terça-feira	09hs às 12hs – 14hs às 18hs
04 de Novembro	Quarta-feira	09hs às 12hs – 14hs às 18hs
05 de Novembro	Quinta-feira	09hs às 12hs – 14hs às 18hs
06 de Novembro	Sexta-feira	09hs às 12hs – 14hs às 18hs
07 de Novembro	Sábado	09hs às 13hs

Fonte: organização da autora (2016)

[48] Adotou-se como critério para local de posicionamento da equipe as principais ruas e/ou avenida de acesso a cada bairro e demais locais públicos de grande circulação de pessoas como praças principais, porta de padarias e farmácias.

Em relação ao TRATAMENTO dos dados obtidos – Após a coleta de dados, iniciou-se o tratamento e análise destes que contaram com o olhar e o assessoramento de um estatístico[49] no apoio à validação dos resultados. Em seguida, efetuou-se a tabulação das questões fechadas através do *software Survey Monkey* e do programa *Microsoft Excel*. Os resultados são apresentados na forma de gráficos, nas quais a maioria estão em sistema de cores que favorecem a leitura da legenda e a interpretação gráfica.

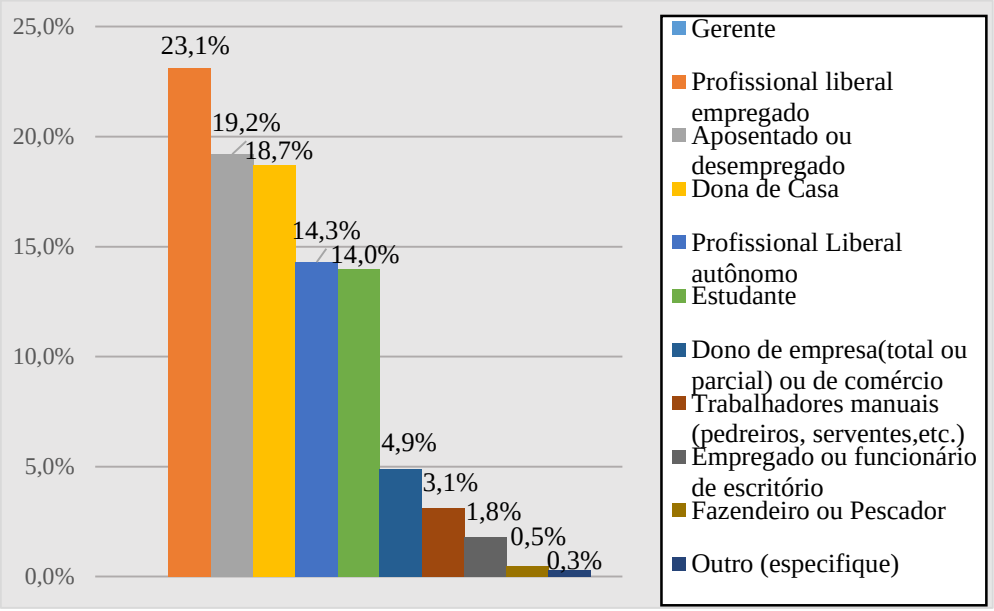
4.1.1 A comunidade local e suas relações com o turismo e o patrimônio

Esta dissertação propõe o entendimento do turismo e do patrimônio a partir de uma perspectiva da comunidade. Os resultados são apresentados através de gráficos dispostos em três blocos, de acordo com os temas das questões: Envolvimento com Turismo, Patrimônio e Turismo e Perfil do entrevistado, seguido das respectivas análises.

A apresentação gráfica segue o padrão "gráfico de colunas" no qual é possível comparar visualmente os valores das categorias. Em todos gráficos em que os totais de uma coluna são menores que 100%, o eixo vertical foi compilado de forma condizente a fim de obter uma análise mais clara dos resultados.

Envolvimento com Turismo

Gráfico 4 - Comunidade local segundo a ocupação atual



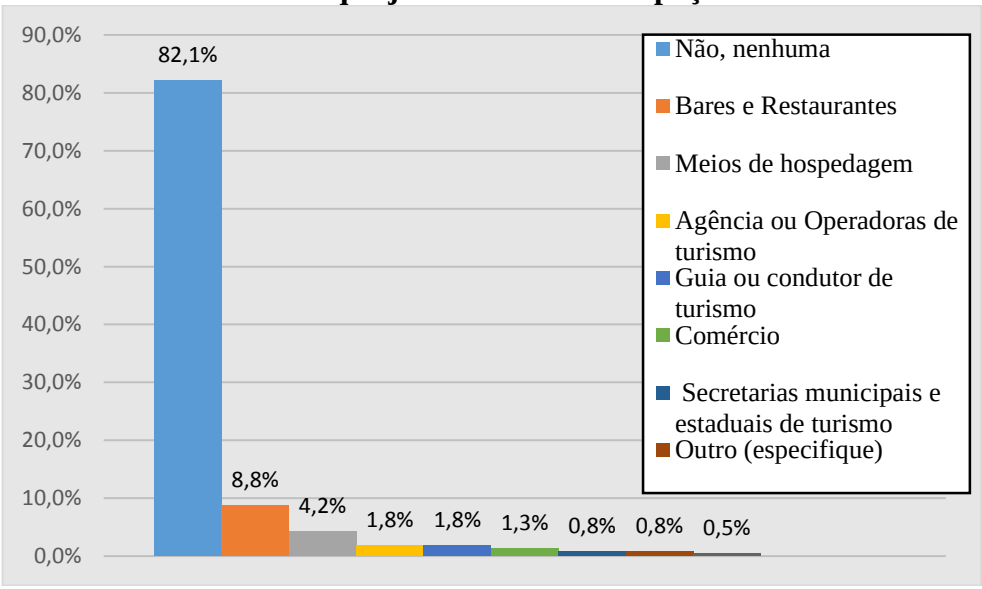
Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados levantados em 2015

[49] Assessoramento do estatístico Vinícius Rocha Bíscaro (USP).

Para analisar o perfil dos moradores participantes da pesquisa, observou-se a ocupação atual dos mesmos, a diversidade profissional entre as quais, as ocupações que mais se destacam estão o profissional liberal empregado 23,1% ,seguido do aposentado ou desempregado 19,2%; Dona de Casa 18,7%; Profissional liberal autônomo, 14,3% e estudante 14%. Em menor número, estão os donos de empresas, representando 4,9% dos entrevistados. Os dados apontam que 3,1% dos entrevistados são trabalhadores manuais e que, 1,8% empregados ou funcionários de escritório. O menor percentual ficou por conta do item fazendeiro ou pescador, com 0,5% dos entrevistados (Gráfico 3).

Estes dados refletem a realidade vivida por Diamantina desde que a mineração deixou de ser a sua principal atividade economica e o "comércio e o setor de serviços passaram a ser os maiores empregadores e geradores de receitas municipais" (MENDONÇA *et al.*, 2006, p. 1). A partir do ano 2000, a economia local se recuperou com o turismo e "investimentos em empresas do setor de comércio e serviços promoveram a criação de empregos e renda, sinalizando para a recuperação econômica no município". Este fator demostra o por que o número de profissionais liberais empregados entre os entrevistados é predominante atualmente, já que os "principais setores da economia em Diamantina geradores de emprego são: comércio, serviços e administração pública". O turismo insere-se no setor de comercio e serviços (MENDONÇA, *et. al.*, p. 11- 14).

Gráfico 5 - Moradores que já tiveram uma ocupação/trabalho com o turismo



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

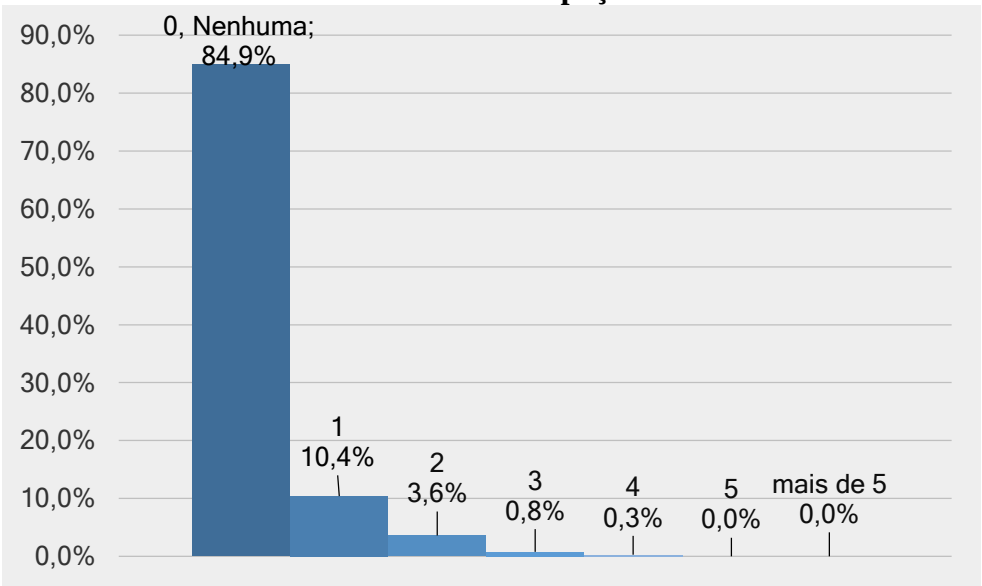
O turismo é um importante elemento na economia de diversos países como o Brasil, seus estados e municípios. Ele tem a possibilidade de abranger diferentes atividades como meios de

hospedagem, alimentação, serviços de transporte e lazer, dentre outras que "juntas, essas atividades respondem por expressivo impacto na geração de emprego e renda nas regiões" (VALLE *et al.*, 2012, p. 57).

Um dos benefícios do turismo está na dinamização da economia, com geração de empregos e divisas. Neste sentido, observa-se o percentual de moradores que já trabalharam com turismo no destino. Os dados revelaram que a maioria dos entrevistados, 82,1%, nunca tiveram uma ocupação relacionada ao turismo. O setor que obteve maior expressão, 8,8%, foi o de alimentação (bares e restaurantes), seguido por 4,2% dos meios de hospedagem; 1,8% de agências de turismo e 1,8% guia de turismo. Os menores percentuais apontados 1,3% foram lojas de artesanato, 0,8% atrativos ou parques e secretaria de turismo (Gráfico 4).

A partir destas informações, constata-se que o setor de alimentação, aparentemente, é o que tem maior capacidade de absorção de força de trabalho no turismo, seguido pelos meios de hospedagem. Entretanto, o percentual representado é baixo diante do número de entrevistados.

Gráfico 6 - Total de familiares com ocupação no turismo atualmente

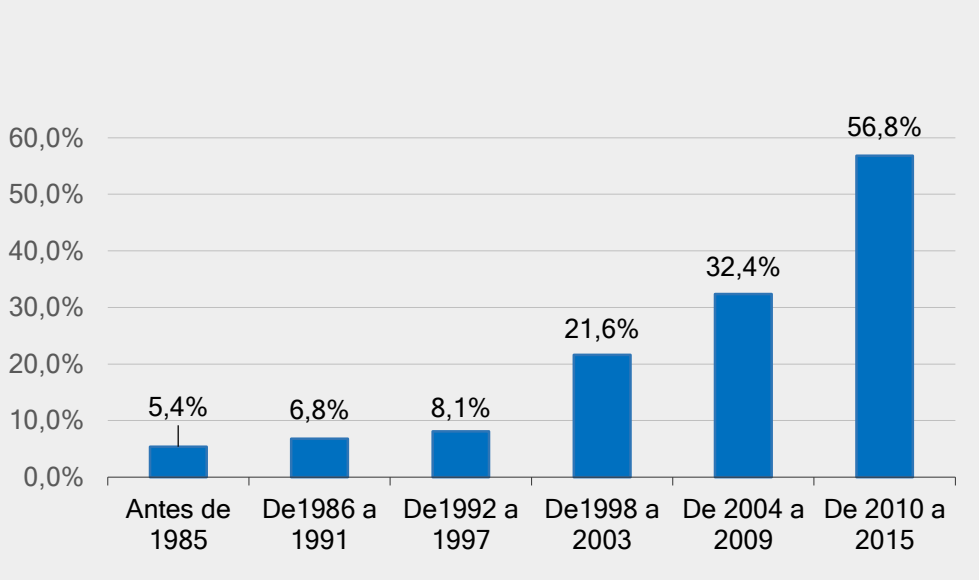


Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Em sintonia com a questão anterior, foi dimensionado o impacto do turismo na geração de emprego, que permite compreender o contexto turístico local. Os dados revelam que 84,9% dos entrevistados não têm nenhum membro da família trabalhando em ocupações relacionadas ao turismo. Na família dos demais 10,4% possuem um membro empregado no turismo; 3,6% possuem dois; 0,8% um total de três membros e 0,3% possuem até quatro pessoas na família empregados no setor de turismo. Com 5 ou mais familiares, os percentuais reduziram a 0% (Gráfico 5).

Ao analisar o quadro de empregabilidade do turismo no ano de 2015, nota-se que a maioria dos entrevistados não possui membros da família na atividade turística, o que indica que o turismo, embora tivesse um aumento significativo no período de 2010 a 2015, não se apresenta no final do ano de 2015 como o setor que mais emprega na cidade.

Gráfico 7 - Período em que os entrevistados exerceram uma ocupação no turismo



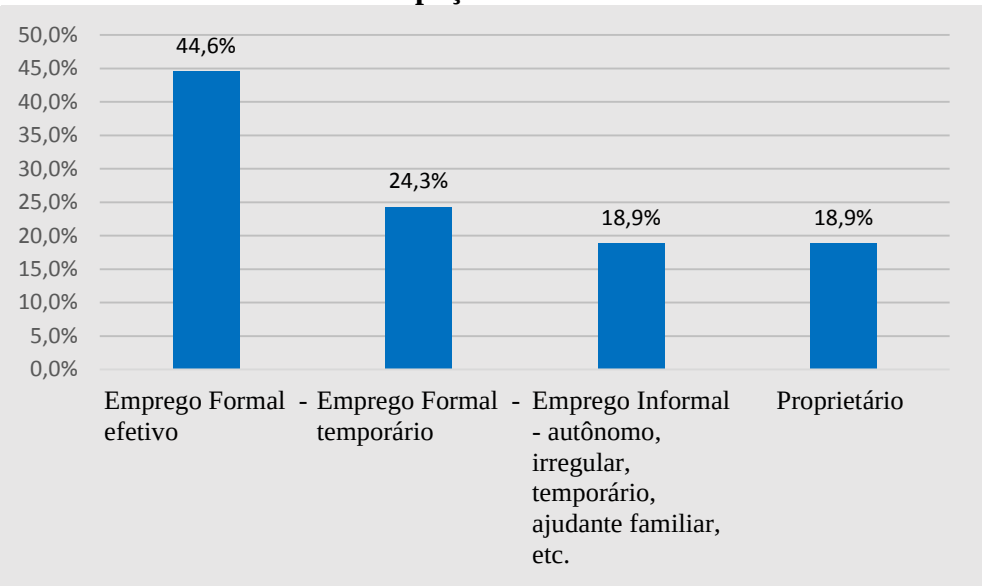
Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Esta questão surgiu para que seja possível traçar uma linha temporal do destino no turismo, que indique o período de maior ou menor empregabilidade nesta atividade e, posteriormente, traçar algumas comparações em nível estadual e nacional. Os dados obtidos demostraram que 5,4% dos moradores trabalharam-no turismo antes de 1985; 6,8% entre os anos 1986 a 1991; seguido por 8,1%, que informaram de 1992 a 1997; de 1998 a 2003 que afirmaram 21,6% dos entrevistados; 32,4% de 2004 a 2009 e, por fim, 56,8% dos moradores de 2010 a 2015 (Gráfico 6).

Ao analisar os resultados, nota-se que antes de 1992, havia uma estagnação no turismo local. Este foi um período que a atividade ainda não era incentivada pelo governo e não fazia parte das políticas públicas. Como visto anteriormente, a maioria dos entrevistados nunca se empregou na atividade turística. O percentual que atuou no setor, apontou o período de 2010 a 2015 com o que mais empregou, representando 56,8 % dos entrevistados no período.

Os dados apontados parecem refletir um cenário de desenvolvimento turístico no país a partir dos anos noventa, momento em que a política nacional é reformulada. Diversos destinos no Brasil iniciaram o fomento deste setor e, as oscilações do mercado internacional neste âmbito influenciam o fluxo de visitantes (OLIVEIRA, 2009).

Gráfico 8 - Formalidade da ocupação dos moradores no mercado turístico



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

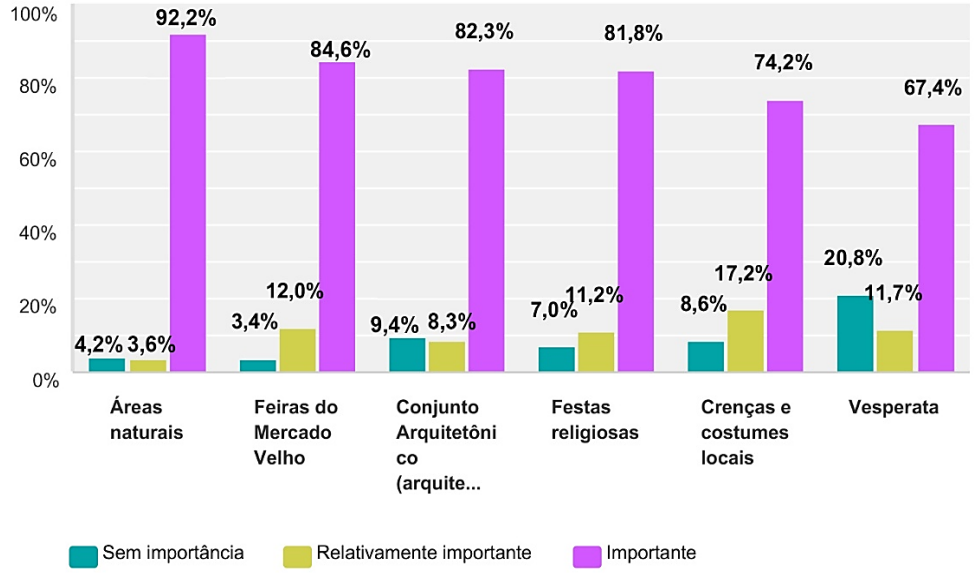
O objetivo desta questão está em analisar detalhadamente a dinâmica do turismo local no que tange a formalidade da ocupação/trabalho. O resultado obtido indica que 44,6% tiveram emprego formal efetivo; 24,3% temporário; 18,9% informal e 18,9% foram proprietários de algum tipo de empreendimento (Gráfico 7).

No Brasil, o período compreendido de 2004 a 2007, indica "um movimento consistente de reestruturação o mercado de trabalho [...] com o aumento do emprego formal, a queda do desemprego e uma importante elevação do salário mínimo [...]" (OLIVEIRA, 2009, p. 45). Em 2011, a maior parte dos empregos eram informais e a iniciativa privada formada por "pequenas e médias empresas, de gestão predominantemente familiar e com significativa participação do mercado informal" (BASTOS, 2014).

Em Diamantina entre entrevistados que apontaram trabalhar com turismo 68,9% das ocupações predominantes são em empregos formais, nos quais 44,6% são efetivos e 24,3% temporários. Os empregos informais foram apontados por 18,9% dos entrevistados, número também alcançado pelo percentual dos proprietários, 18,9%.

Relações entre Comunidade, Patrimônio e o Turismo

Gráfico 9 - Grau de importância dos patrimônios locais para a comunidade local



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Com o intuito de verificar o que a população considera como legado da coletividade a ser preservado às gerações futuras, ou seja, o que ela reconhece como patrimônio, foram colocadas como opções a serem julgadas em uma escala de importância os atrativos que compõem a oferta turística local, como o conjunto arquitetônico da cidade tombado pelo IPHAN como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e reconhecido como Patrimônio Mundial, as áreas naturais da cidade, as festas religiosas, crenças e costumes, a Vesperata e as feiras do Mercado, ambos eventos de maior destaque e promoção turística.

Observa-se, de uma forma geral, que a população considera que todos os bens tombados devem ser preservados, com destaque para as Áreas Naturais, que na opinião dos moradores, 92,2 %, é o patrimônio de maior importância a ser legado, seguida pelas feiras do Mercado Velho 84,6%, o Conjunto Arquitetônico 82,3%, as Festas Religiosas 81,8%, as Crenças e Costumes Locais 74,2 % e a Vesperata 67,4% (Gráfico, 8).

Foram apontados como relativamente importantes a serem preservados os respectivos atrativos: Crenças e Costumes locais 17,2%; Feiras do Mercado Velho 12,0%; Vesperata 11,7%; Festas Religiosas 11,2%; Conjunto Arquitetônico 8,3%; Áreas naturais 3,6%. E, com sem importância, os dados registraram nesta ordem: Vesperata 20,8%, Conjunto Arquitetônico 9,4%; Crenças e Costumes locais 8,6%; Festas Religiosas 7%; Áreas Naturais 4,2% e Feiras do Mercado Velho 3,4% (Gráfico, 8).

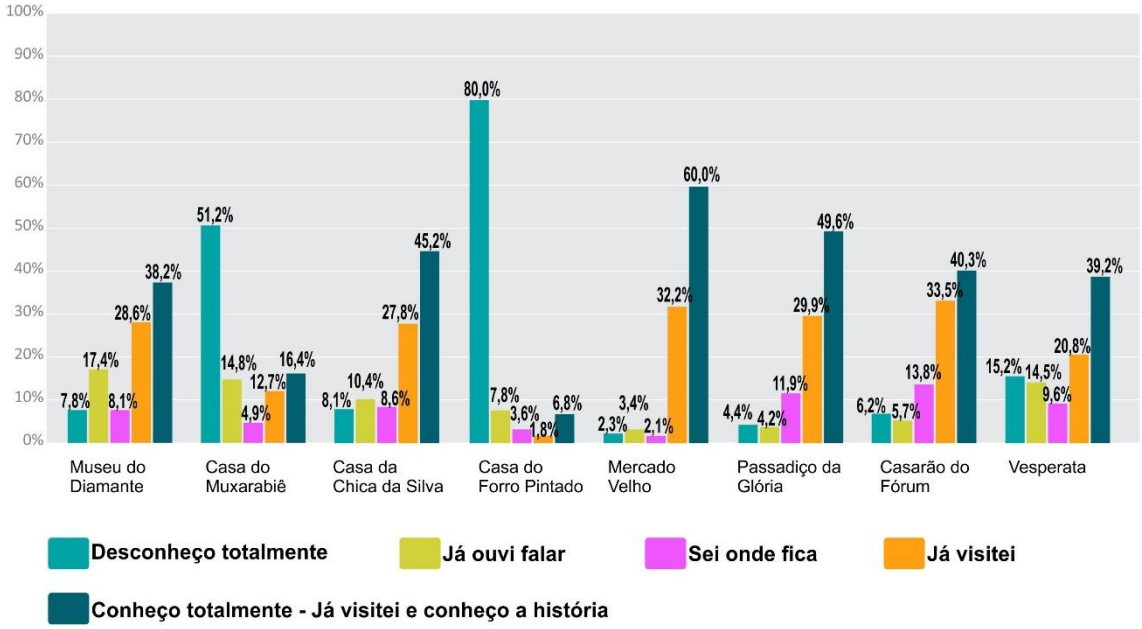
O valor da relevância apontado pelos entrevistados para o conjunto de itens, parece estar associado à relação de proximidade e uso que a população possui destas estruturas/atrativos. Assim quanto menos uso, menor apropriação e vice-versa. Este indicativo faz com que a comunidade não se aproprie de certos atrativos ao mesmo tempo que, para outros, demostre um maior sentimento de pertencimento. As áreas naturais, por exemplo, foram apontadas como importantes a serem preservadas, se caracterizam como espaços de lazer gratuito e de fácil acesso, uma vez que estão próximos ao centro urbano.

Em contraponto, este distanciamento também pode ser observado ao se olhar para a Vesperata, um evento tradicional e cultural, que se surgiu no século XVIII e foi resgatado como produto turístico durante a campanha de Diamantina pró-patrimônio. Os dados apontam que 20,8% da população considera a Vesperata como "sem importância" para ser preservado. Este foi no século XVIII, um evento cultural, resgatado através de um novo formato e contexto em que no momento que a cidade pleiteava o título de WHS. É notário que o público alvo deste evento sejam os turistas e que a população compareceu em menor número nas apresentações, o que ocorre devido a este direcionamento de público, por se tratar de um evento pago, ser realizado no centro histórico e ter um formato menos atrativo para os moradores.

Outro dado que merece destaque foi o valor de relativamente importante atribuído às "crenças e costumes locais" para 17,2% da população. Ao observar que Diamantina recebeu a outorga como Patrimônio Cultural da Humanidade, é digno de notar a constatação de que este item não é considerado o mais importante a ser preservado e que a população não considera sua própria cultura como algo mais primordial a ser legado às futuras gerações.

Os valores atribuídos ao patrimônio cultural atualmente, demonstram que as cidades tombadas como WHS, como é o caso do objeto deste estudo, o poder público de Diamantina, precisa dialogar mais com a comunidade para que assim, possa ser identificado o que é considerado patrimônio para esta, qual destino social pode ser dado ao patrimônio hoje e quais as discrepâncias existentes na relação entre patrimônio e morador.

Gráfico 10 - Conhecimento da comunidade sobre os bens tombados



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Para averiguar o conhecimento dos moradores sobre o patrimônio local, esta questão elenca alguns monumentos do destino, tendo como critério os bens tombados pelo IPHAN e o evento Vesperata, considerado pelo poder público um dos principais atrativos da cidade atualmente. A lista da questão contém o nome oficial e o popular do atrativo, com o fim de assegurar e aumentar as possibilidades de reconhecimento pelo morador.

A questão foi elaborada a partir de uma escala com os seguintes níveis de conhecimento no qual *Desconheço Totalmente* representa a total ausência de conhecimento sobre o monumento e *Conheço Totalmente* o nível maior de conhecimento onde o morador sinaliza que, além de já ter visitado o monumento, conhece também a história.

Outros níveis inseridos entre os já citados foram: *Já ouvi falar*, que indica que o morador conhece o monumento só pelo nome. A opção *Sei onde fica* sugere que conhece superficialmente o monumento, pois sabe sua localização; e *Já visitei*, no qual demostra que conhece o monumento, mas não a sua história (Gráfico 9).

Figura 16 - Alguns monumentos tombados pelo IPHAN e a Vesperata
Fonte: Prefeitura Municipal de Diamantina (2016d)

Como resultado, verifica-se que o Mercado Velho, sede das feiras culturais, apareceu com maior percentual em conhecimento, o qual 60% dos entrevistados revelaram conhecê-lo totalmente, já visitaram e conhecem sua história.

O Passadiço da Glória, um dos principais cartões postais da cidade, foi indicado em segundo lugar na escala, com grande percentual, 49,6% da população que a *"conhece totalmente*". Nota-se que o monumento localizado em uma das principais ruas de acesso ao centro histórico, universidades, cursinhos pré-vestibulares, escolas infantis, prefeitura municipal, dentre outros pontos de grande circulação de pessoas. O próprio formato do monumento desperta a curiosidade do morador, por se tratar de dois casarões interligados por uma ponte sobre a Rua da Glória.

A Vesperata, seguindo os dados fornecidos pela pesquisa, é um evento conhecido por 60% da população ao somar os respondentes que "Já Visitaram" o evento e os que "Conhecem Totalmente". Curiosamente, os dados indicam a maioria dos moradores não o veem o evento como um patrimônio importante ser preservado aos filhos e netos, o que demostra ausência de pertencimento e identificação por parcela expressiva da população.

Os patrimônios menos conhecidos são a Casa do Muxarabiê 51,2% e a Casa do Forro Pintado 80%. Sobre estes, é importante destacar que ambos estão localizados em ruas com grande circulação de pessoas (Rua da Quitanda e Rua Direta respectivamente).

A casa de Muxarabiê possui, como destaque um balcão de procedência moura o único e original em Minas Gerais. É um monumento que não passa despercebido, devido as suas

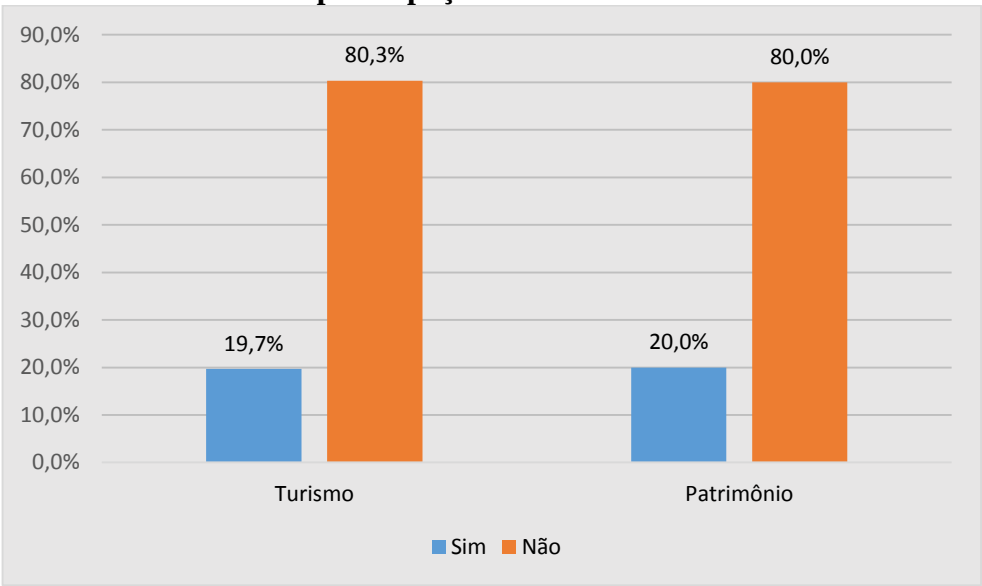
características originais, por que transita pela. Por ser de fácil acesso, gratuito e que sedia a biblioteca pública Antônio Torres, intrigante o por quê dos moradores desconhecerem este bem.

A Casa do Forro Pintado, de propriedade da Mitra Arquidiocesana, apresentou-se como o monumento mais desconhecido, fato que pode perfeitamente ser explicado por não se tratar de um local que por anos esteve fechado devido às intervenções de restauração que tiveram início no ano de 2004.

Em síntese, os resultados desta questão indicam que a maioria da população conhece os bens assinalados pela pesquisa pois, ao somar os entrevistados que responderam que conhecem aos que já visitaram um bem, o percentual é elevado. Assim, ao considerar esta informação, os dados indicam a existência do sentimento de pertencimento entre os entrevistados que afirmaram conhecer os bens listados.

É notório que a população está familiarizada com a maioria dos bens tombados. Este fato está relacionado a questões de proximidade, facilidade de acesso, programas educacionais da cidade, dentre outros fatores, que contribuem para que alguns monumentos se destacarem. Além disto, a Casa de Chica da Silva já foi palco de filme e minissérie televisionada sobre a vida da ex-escrava.

Gráfico 11 - Comunidade e a participação em encontros sobre Turismo e Patrimônio



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados levantados em 2015

Esta questão buscou-se verificar como se dá a participação dos moradores na construção de políticas públicas, pois é com participação que se facilita o processo de crescimento da "consciência crítica da população" e que se adquire poder de reinvindicação e poder na sociedade em que vive (BORDENAVE, 1986, p. 12). Houve também o intuito de compreender o envolvimento da população no planejamento da atividade turística, pois este é um fator que

pode contribuir para o aumento dos benefícios do turismo e para "retirar um maior partido da distinção de Património Mundial, por forma a reforçar os aspetos positivos e a mitigar os negativos" (MARTINS, M., 2014, p. 28).

Os entrevistados indicaram ter pouca participação nas discussões tanto sobre turismo como sobre patrimônio, conforme pode ser observado pelo percentual de 80% que afirmam nunca terem participado de encontros sobre patrimônio e 80,3%, que nunca foram encontros que envolvessem o turismo (Gráfico 10).

Sabe-se que estes encontros já ocorreram, pois uma pequena parcela (praticamente 20% nos dois gráficos) afirmaram já terem participado. Este fato merece atenção especial por parte do poder público, pois os dados indicam que é necessário estimular os moradores a participarem ativamente da tomada de decisões que visam o desenvolvimento local.

Em Diamantina há constantes iniciativas do poder público para ampliar espaços de debate e discussão sobre políticas públicas ligadas ao turismo, como a Conferência Municipal de Turismo promovida pelo COMTUR em 2015, com objetivo de debater políticas públicas para consolidação do turismo e seu desenvolvimento econômico[50].

O primeiro fórum realizado em Diamantina ocorreu em Julho de 1999, momento da outorga de Patrimônio Mundial, com o tema "Cultura, Turismo e Desenvolvimento" e, em agosto, com o tema "Turismo e Negócios" (MENESES, 2000). Não há uma regularidade na promoção destes espaços de discussão. Observa-se que ações de educação patrimonial ainda são incipientes. Embora a maioria da população conheça o patrimônio, a construção de sua identidade como elo de pertencimento é ausente para a maioria dos entrevistados.

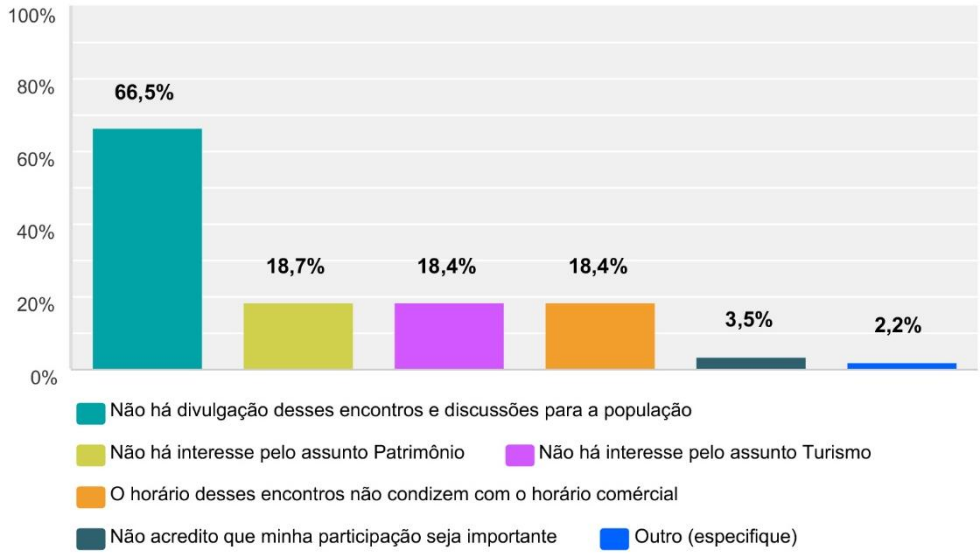
O COMTUR ratificou no convite para a conferência municipal, a necessidade de estabelecer um diálogo com a sociedade civil nos diferentes âmbitos e discutir o turismo de uma forma geral, sendo este um dos principais objetivos do evento além de "propor diretrizes para o subsídio e elaboração da reforma da Política Municipal de Turismo, com a definição de responsabilidades compartilhadas entre a sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público" (SECTUR, 2015, s/p).

Espera-se que ações como estas sejam realizadas com maior regularidade, e assim garantam uma popular e mais expressiva participação na definição das diretrizes planejamento e gestão do turismo local. Para isso é importante que a divulgação destes espaços seja realizada

[50] A Conferência Municipal do Turismo foi realizada nos dias 23 e 24 de Setembro de 2015, por uma iniciativa do Conselho Municipal de Turismo e Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio com o tema: Turismo e Desenvolvimento Econômico.

de forma ampla, para que o maior número possível de moradores, parte mais difícil de ser envolvida, tome ciência.

Gráfico 12 - Comunidade segundo justificativa para não participação



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Dentre as justificativas obtidas nesta questão, 66,5% afirmaram que a razão está na ausência de divulgação destes encontros; 18,7% alegaram não ter interesse pelo assunto patrimônio; 18,4% não tem interesse pelo tema turismo; 18,4% que o horário dos encontros não condiz com o horário comercial; 3,5% não considera sua participação importante; E 2,2% deu outras justificativas, como impossibilidade de comparecer por diversos motivos (Gráfico 11).

Considera-se que a falta de participação pode estar relacionada a outros fatores como o local de realização destes encontros e falta de interesse da grande parte da populção pelos temas.

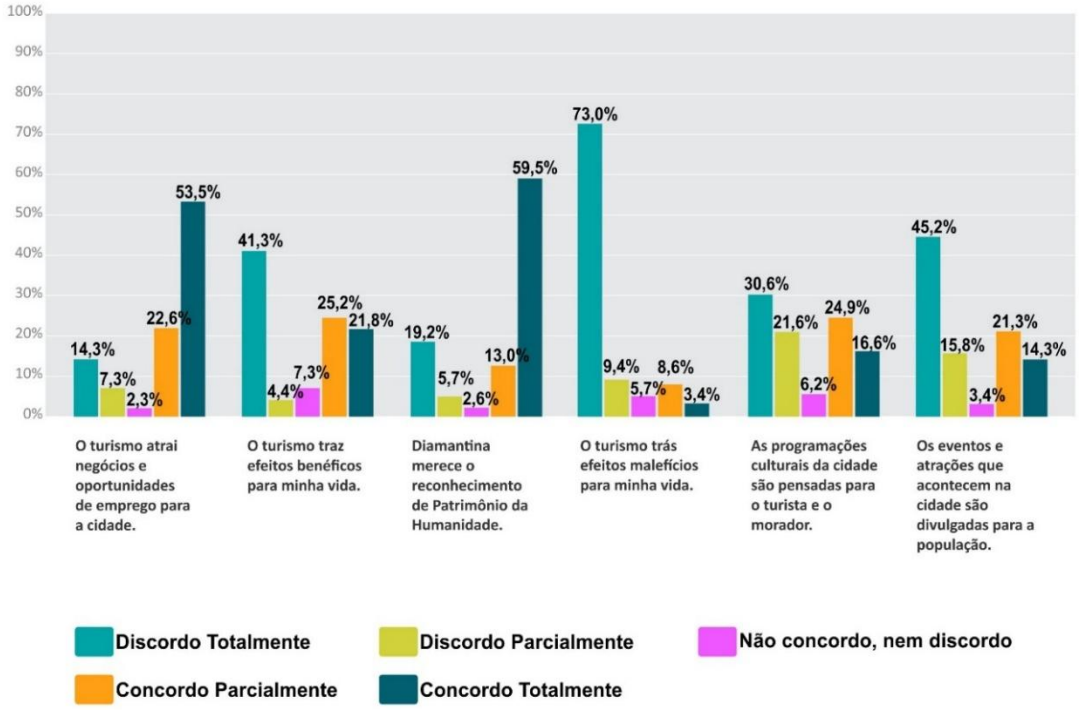
Para haver uma política mais participativa, voltada a realidade e as necessidades da população, o caminho para se chegar ao morador deve ser construído de forma inclusiva. O residente de bairros periféricos que não frequentam as mediações centrais da sua cidade e não concebe este local como sendo seu não comparecerão aos encontros. Principalmente aqueles que ocorrem nos núcleos centrais das cidades, como costuma ocorrer com a maioria dos encontros de Diamantina.

Em núcleos tombados é comum observar uma "segregação sócio espacial", principalmente nos destinos onde a refuncionalização do patrimônio os impulsionam no mercado global (COSTA, 2008, p. 54). Não há dúvidas de qual será o perfil do quórum destas conferências realizadas em Diamantina, nos quais quem realmente irá discutir o

desenvolvimento turístico na cidade são os mesmos grupos habituados a participar, como as representações ligadas ao setor, estudantes de turismo e em menor número, o iniciativa privada.

Esta ação não pode ser ignorada, uma vez que é legitima a tentativa de envolver a população em debates sobre políticas públicas em *prol* do desenvolvimento local. Porém, a crítica se restringe aos meios utilizados para promover este envolvimento e ao despreparo sobre discussões problemáticas no âmbito do turismo para uma população não sensibilizada para este tema na qual a educação patrimonial ainda não foi trabalhada amplamente. Se não há entendimento sobre o que é o turismo e o que é patrimônio pelo morador, torna-se complexo empreender políticas públicas. Em núcleos tombados é comum observar a uma "segregação sócio espacial", principalmente nos destinos onde a refuncionalização do patrimônio os impulsiona no mercado global (COSTA, 2008, p. 54).

Gráfico 13 - A comunidade, o patrimônio e o turismo



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Buscando entender como a comunidade percebe temas como o turismo e o patrimônio, pontuou-se questões importantes que poderiam indicar qual a relação destes com aos moradores, assim como feito por Ribeiro (2012), na pesquisa intitulada *"The Host-Tourist Interaction in a World Heritage Site: The Case of Guimarães"* que analisa a percepção dos moradores sobre os impactos da atividade turísticas.

A partir da escala *likert*, os entrevistados tiveram que assinalar em cada afirmativa a opção que mais se aproximasse da sua opnião. Dentre as opções "discorda totalmente (DT)", "discorda

parcialmente (DP)", "não concorda, nem discorda (NCND)", "concorda parcialmente (CP)" ou "concorda totalmente (CT)" (Gráfico 12).

À análise dos resultados, seguiu-se como procedimento inicial, a pontuação da escala *likert* em números atribuídos aos diferentes graus de concordância, de 1 a 5 na qual o respondente indicou seu grau de concordância ou discordância. Aos graus de concordância foram atribuídos números/pesos às afirmativas positivas e negativas (tabela 4), de modo a indicar melhor a opinião do respondente. Assim, valores menores que 3 são discordantes e os maiores que 3 concordantes. O valor 3 refere-se ao respondente indiferente (MATTAR, 2001; GARCIA, 2015).

Tabela 4 - Pontuação das Afirmações na Escala *Likert*

Escala	Pontuação para positivas	Pontuação para negativas
1 - Discordo totalmente	1	5
2 - Discordo parcialmente	2	4
3 - Não concorda, nem discorda	3	3
4 - Concordo parcialmente	4	2
5 - Concordo totalmente	5	1

Fonte: GARCIA (2015)

Posteriormente à análise, foi elaborado o cálculo do *Ranking* Médio (RM) indicado por Oliveira (2005). A partir do valor de 1 a 5 atribuído a cada resposta, utiliza-se o cálculo da média ponderada de cada resposta. Como estratégia, considerou-se três campos, um de concordância (total ou parcial), um neutro ou sem opinião e o outro de discordância (total ou integral) (GARCIA, 2015.)

Tabela 5 - Relação das afirmativas da questão

AFIRMATIVAS		DT	DP	NCND	CP	CT	RM
O turismo atrai negócios e oportunidades de emprego para a cidade	Positiva	55	28	9	87	206	3,94
O turismo traz efeitos benefícios para minha vida	Positiva	159	17	28	97	84	2,82
Diamantina merece o reconhecimento Patrimônio da Humanidade	Positiva	74	22	10	50	229	3,88
O turismo traz efeitos malefícios para minha vida	Negativa	281	36	22	33	13	4,40
As programações culturais da cidade são pensadas para o turista e o morador	Positiva	118	83	24	96	64	2,75
Os eventos e atrações que acontecem na cidade são divulgados para a população	Positiva	174	61	13	82	55	2,44

Fonte: produção da autora (2016)

Conforme o critério adotado para análise dos dados obtidos, foram alcançados os seguintes resultados para as seguintes afirmações:

- O turismo atrai negócios e oportunidades de emprego para a cidade

53,5% dos entrevistados concordam totalmente, enquanto 22,6% concordam parcialmente, 14,3% discordam totalmente, 7,3% discordam parcialmente e 2,3% não concorda nem discorda. Ao somar os entrevistados que concordam (totalmente e parcialmente), tem-se um total de 76,1% que consideram o turismo como uma atividade positiva para a economia local, que atrai negócios e empregos. Este resultado se confirma também com a análise do RM 3,94.

- O turismo traz efeitos benéficos para minha vida

Dos entrevistados 41,3% discordam totalmente com a afirmativa, 4,4% discordam parcialmente, 25,2% concordaram parcialmente com os efeitos positivos do turismo na própria vida, 21,8% concordam totalmente com esta questão, 7,3% não concordam nem discordam. Para esta afirmativa, o RM apontou o valor de 2,82, que indica que prevalece para esta afirmativa o grau de discordo (total e parcialmente) que o turismo traga efeitos benéficos para a vida do cidadão. Isto significa que a maioria dos respondentes não compreendem a cadeia do turismo, pois não percebem os benefícios indiretos da atividade.

- Diamantina merece o reconhecimento de Patrimônio da Humanidade

Esta questão indicou que 59,5% dos entrevistados concordam totalmente, 13% concordam parcialmente, 19,2% discordam totalmente, 5,7% discordam parcialmente e 2,6% não concordam nem discordam. Tem-se aqui um RM de 3,88 que demostra que a maioria dos entrevistados concordam (72,5 - totalmente/parcialmente) com o reconhecimento da cidade como Patrimônio Mundial.

- O turismo traz efeitos maléficos para minha vida

Mais da metade dos entrevistados (73%) discordam totalmente desta assertiva; 9,4% discordam parcialmente, 8,6% concordam parcialmente, 5,7% não concordam nem discordam e 3,4% concordam totalmente. Percebe-se que o maior número percentual dos respondentes 82,4% discordam (totalmente e parcialmente) que o turismo traga efeitos negativos a própria vida, assim como apontado do RM que indicou o valor de 4,4 no grau de discordância.

- As programações da cidade são pensadas para o turista e para o morador

Aqui obteve-se o resultado percentual de 30,6% que discordam totalmente, 21,6% discordam parcialmente, 16,6% concordam totalmente com a afirmativa e 24,9% que concordam parcialmente. Não concordam nem discordam equivaleu a 6,2%. O resultado do RM pontou 2,75 de discordância para afirmativa. Isto é, os entrevistados discordam que as programações culturais locais sejam pensadas tanto para o turista quanto para o morador.

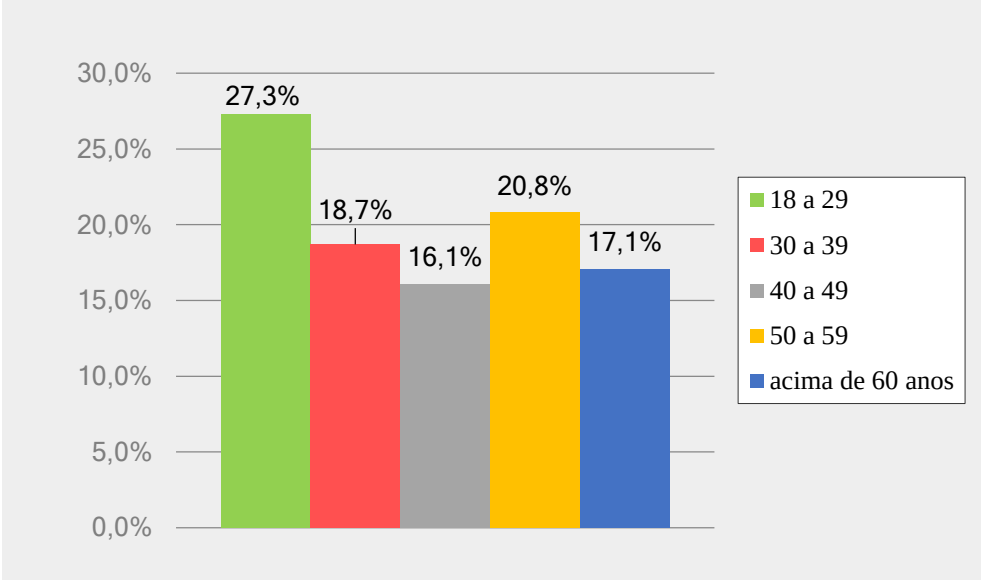
- Os eventos e atrações que acontecem na cidade são divulgadas para a população

Os dados informam que 45,2% discorda totalmente com a afirmativa, 21,3% concordam parcialmente, 15,8% discordam parcialmente, 14,3% concorda totalmente e 3,4% não concordam nem discordam. O resultado RM indicou 2,44 de que as programações da cidade não são divulgadas para a população.

Percebe-se que os entrevistados concordam com a titulação da cidade e que o turismo trouxe maiores oportunidades de emprego e renda para o destino. Entretanto os entrevistados não se sentem beneficiados direta ou indiretamente pelo turismo. Nota-se também que há desinformação sobre as programações e eventos que acontecem no destino e, que estes não são pensados para a comunidade.

Perfil da comunidade

Gráfico 14 - Comunidade local por faixa etária

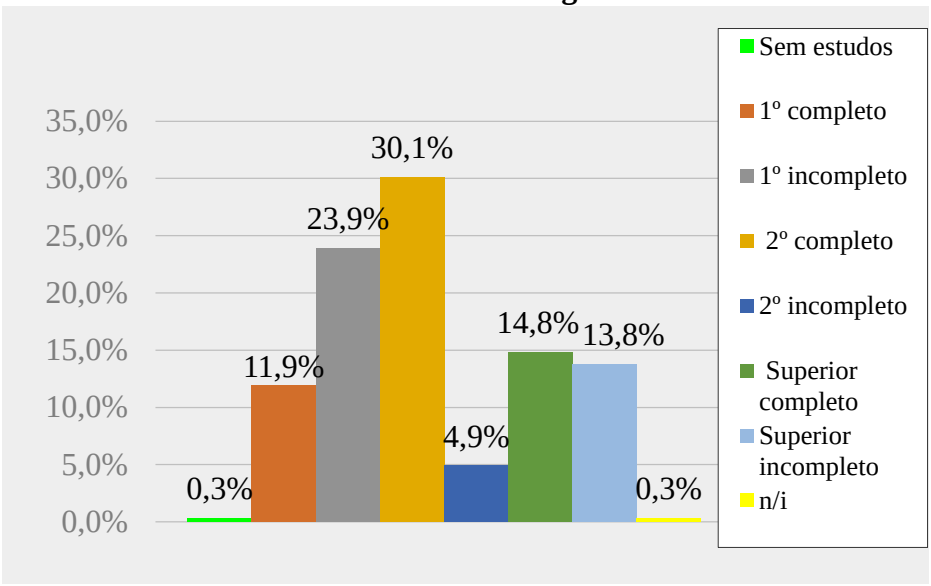


Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

O perfil da população corresponde as diferentes faixas etárias distribuídas de modo equitativo. A que mais se destacou foi entre 18 a 29 anos com 27,3% que é um indicativo que reflete a sua condição de cidade universitária. O grupo apontado em segundo lugar foi o de 50 a 59 anos com 20,8% dos entrevistados, seguido de 30 a 39 com 18,7%; acima de 60 anos com 17,1% e por fim 16,1% com 40 a 49 anos de idade (Gráfico 13).

Ao compararmos com a pirâmide etária de Diamantina, censo de 2010, vê-se que a população predominante na cidade, tem a maior parte concentrada nos grupos de 15 a 19, anos seguido de 10 a 14 anos e os de 20 a 24 ano (IBGE, 2016).

Gráfico 15 - Comunidade local segundo escolaridade

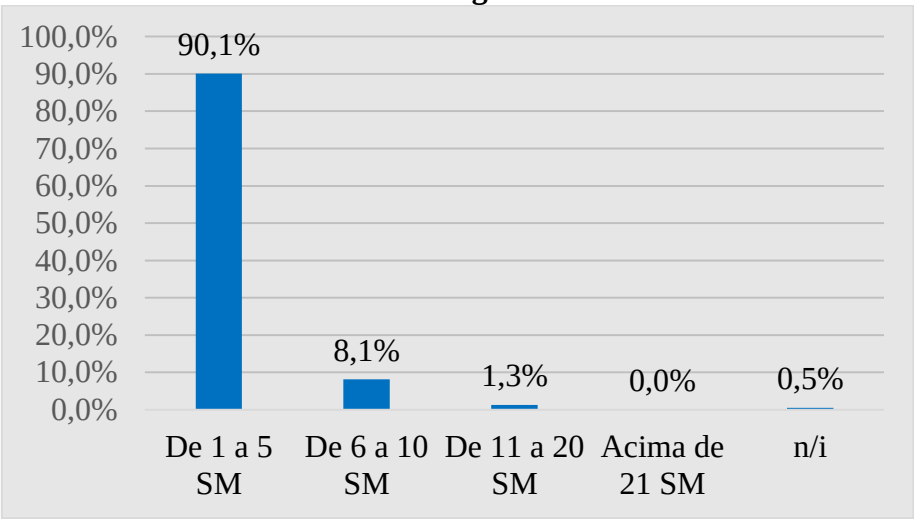


Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Verificou-se que 0,3% não possui estudos; 11,9% tem o primeiro grau completo; 23,9%, o primeiro grau incompleto; 30,1%, possui segundo grau completo; 4,9% tem o segundo grau incompleto; 14,8% possui escolaridade de superior completo, 13,8% superior incompleto e 0,3% não informou (Gráfico 14).

Observa-se a diversidade na escolaridade dos entrevistados, que apresentaram um equilíbrio. Ao somar os respondentes a partir do segundo grau completo, 58% dos moradores possuem bom nível de instrução.

Gráfico 16 - Comunidade segundo renda familiar total



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

A renda familiar dos moradores de Diamantina é de 1 a 5 salários minimos para 90,1% dos entrevistados. Seguido por 8,1% que recebe mensalmente de 6 a 10 salários minimos, e 1,3% que recebem de 11 a 20 salários minimos. 0,5% preferiu não informar (Gráfico 15).

Síntese: a relação entre comunidade, turismo e patrimônio.

A partir deste bloco de questões é possível estabelecer uma relação entre o morador, o Turismo e o Patrimônio. Era esperado uma comunidade totalmente marginalizada do contexto turístico e patrimonial do destino. A partir dos dados coletados, é possível perceber a cidade de Diamantina como um grupo que aprova o título conferido à cidade e do merecimento desta como um Patrimônio Mundial. Percebe-se ainda o reconhecimento da atividade turística como um fator positivo para o município.

Constata que ainda é preciso estabelecer ou aperfeiçoar os canais de diálogo entre comunidade e poder público, para que os programas (eventos e outras atrações) sejam mais acessíveis à comunidade e, para aproximar ainda mais a população do seu patrimônio, pois os entrevistados revelaram não serem informados de encontros providos sobre turismo e/ou patrimônio em seus diversos enfoques. Em consonância com esta observação, o pesquisa de Nicholas *et al.* (2009) intitulada *"Residents' Perspectives of a World Heritage Site – The Pitons Management Area, St. Lucia"* também identifica a ausência do envolvimento dos moradores na gestão de Angkor Património Mundial, o que reflete negativamente na sustentabilidade do destino. Ao fazer um link com os resultados obtidos na pesquisa de Nicholas *et al.* (2009) sobre a percepções dos moradores locais, tem-se os seguintes resultados em comum:

- a maioria respondentes indicaram que a designação era um grande feito;
- a necessidade de uma gestão políticas que incorporam o envolvimento do público.

O autor reforça que a participação da comunidade pode contribuir para a preservação, promoção e integração com o turismo.

A sociedade diamantinense demostrou consciência preservacionista, o que consequentemente contribui para a manutenção da identidade local. Um destaque importante está nos espaços de memória que os respondentes indicaram como legados importantes a serem preservados como as Áreas Naturais e feiras no Mercado Velho (exemplos de patrimônio natural e cultural). Estes espaços indicam os lugares de experiências e de memória da população e poderiam ser utilizados pelo poder público e dos órgãos responsáveis para facilitar a compreensão do que é patrimônio, para ações de educação patrimonial, resgatar e reforçar a identidade local. Neste âmbito, a comunidade poderia contribuir para que simples passeios

turísticos se transformem em verdadeiras experiências turísticas através do intercâmbio cultural.

Identifica-se um problema a ser elucidado junto à comunidade: Deve-se aprofundar a investigação sobre o que os diamantinenses reconhecem como cultura local e verificar se há nos bens tombados a aceitação e uma identidade por parte desta, pois assim o patrimônio pode ser legitimado, acessível à sociedade e convir ao turismo, onde o sentido da preservação será reforçado.

4.2 As percepções da Iniciativa Privada

Para investigar as percepções da iniciativa privada, que neste estudo refere-se aos empreendimentos turísticos, também conhecidos como *trade*, realizou-se um levantamento preliminar dos empreendimentos, através da consulta ao cadastro de empresas turísticas da SECTUR. Em outubro de 2015, percorreu-se o centro histórico da cidade e localidades mais distantes, e foi feito o registro de novos empreendimentos, o que atualizou o cadastro e complementou o banco de dados.

Verifica-se a existência de 99 empreendimentos turísticos em Diamantina, dos quais 39 são meios de hospedagem, 27 são bares e restaurantes, 26 são lojas de artesanato (número que também abrange docerias e joalherias, uma vez que os produtos são feitos de forma artesanal, enquadrando-se perfeitamente na categoria de lojas de artesanatos), 6 agências de turismo, uma casa de câmbio.

Em relação à **AMOSTRA** – considerou-se o total da iniciativa privada de Diamantina, representado por 99 empreendimentos. Por ser um número baixo, optou-se por entrevistar todos os 99 empreendimentos.

O questionário foi estruturado em três blocos de perguntas no qual o primeiro “Origens do Empreendimento”, teve a intenção de identificar o seu histórico com objetivo de entender em que contexto e qual momento se inseriram no mercado turístico de Diamantina, além de verificar como é o seu envolvimento em questões relacionadas ao desenvolvimento local. Para isto, foram inseridas perguntas como “Ano de abertura do empreendimento”, “Principal motivação para abrir este empreendimento em Diamantina” e “Participa de algum grupo que discute ações em *prol* de melhorias e desenvolvimento da cidade”.

O segundo bloco, “Percepções”, buscou verificar como a iniciativa privada vê o turismo local e o patrimônio (questões foram elaboradas a partir da Escala *Likert*), o que consideram

patrimônio na cidade e o grau de conhecimento sobre os atrativos tombados. O terceiro bloco identifica o perfil do entrevistado com perguntas sobre a faixa etária e escolaridade.

Em relação à **COLETA DE DADOS** - Com o formulário estruturado em mãos, os e-mails, telefones e nomes dos responsáveis por cada empreendimento turístico, efetuou-se o primeiro contato através de e-mail com uma carta explicativa que discorria sobre os objetivos do estudo e solicitava o apoio no preenchimento do questionário enviado através de um *link.*

Todos os empreendimentos localizados no centro histórico tombado foram visitados pessoalmente pela autora deste estudo, dentre os dias registrados abaixo, no intervalo das 9hs às 22hs, de acordo o horário de funcionamento de cada segmento. Como estratégia para obter o máximo de respostas possíveis, enviou-se um convite para os responsáveis pelos empreendimentos via mensagem no *Facebook* e contatos semanais de lembretes sobre a pesquisa por e-mail.

Quadro 11 - Fases da coleta de dados iniciativa privada

Ação	Mês
Preparação de material técnico	Agosto/Setembro de 2015
Elaboração das questões do questionário	27/08 a 06/09/2015
Pré-teste iniciativa privada	07/09 a 11/09/2015
1º contato com o iniciativa privada e disponibilização do questionário *online* que ficou aberto até 12/01/2016	14 de Setembro/2015
1º etapa da coleta de dados presenciais	16 a 20 de Outubro/2015
2º etapa da coleta de dados presenciais	02 a 07 de Novembro/2015
Fechamento do questionário online	12 Janeiro/2016
Tabulação e tratamento dos dados	Dezembro e Janeiro
Interpretação e tabulação dos dados	Janeiro e Fevereiro/ 2016
Elaboração escrita geral da pesquisa de campo	Março/2016

Fonte: Organização da autora (2016)

Houve o cuidado em reforçar sempre que o questionário deveria ser respondido pelo sócio proprietário e na ausência deste, pelo gerente, para que as informações cedidas fossem o mais próximo possível da realidade do mercado turístico local. Pode-se afirmar que este objetivo foi concluído com sucesso.

Em relação ao **TRATAMENTO** dos dados - Após a coleta de dados, iniciou-se o tratamento, a análise e a tabulação das questões utilizando o *software Survey Monkey* e o programa *Microsoft Excel*.

Uma das dificuldades na aplicação da pesquisa esteve na recusa de participação por parte de alguns hoteleiros e lojistas, que mesmo presencialmente, justificaram o desinteresse por considerar que seu comércio não recebia um volume considerável de turistas que os enquadrasse como empreendimento turístico e, também por estarem desmotivados com

pesquisas realizadas por diversas universidades, nas quais o empresário não vê benefícios com sua participação e nem obtém o retorno dos resultados das pesquisas.

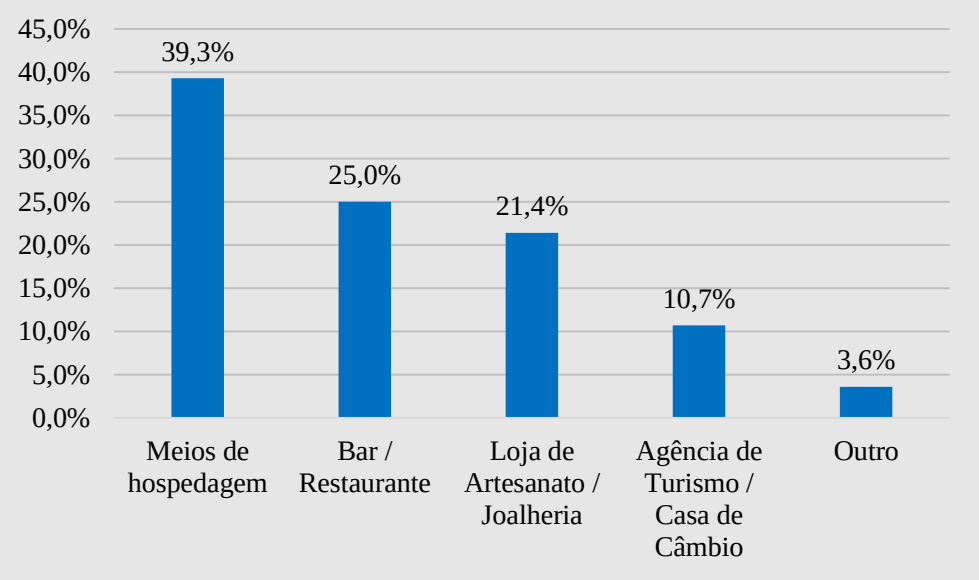
4.2.1 A iniciativa privada e suas relações com o turismo e o patrimônio

O questionário foi desenvolvido para verificar as percepções dos atores da iniciativa privada sobre o turismo, o patrimônio do município, os principais entraves, o desenvolvimento turístico da cidade, o conhecimento sobre o patrimônio local que é usufruído direta ou indiretamente por eles, dentre outros. Os resultados são apresentados a seguir em blocos temáticos: "Objetivo do Empreendimento", "Percepções sobre o turismo e o patrimônio" e "Perfil do empresário".

A apresentação gráfica segue o mesmo padrão de apresentação da pesquisa da comunidade local, em "gráfico de colunas" nos quais é possível comparar visualmente os valores das categorias. Também segue a regra de que todos possuem eixo vertical (valor) em porcentagem que não chegam até 100% em todos os quesitos. Em gráficos que os totais de uma coluna são menores que 100%, o eixo foi compilado de forma condizente para obter uma análise mais clara dos resultados.

Objetivo do Empreendimento

Gráfico 17 - Tipo de empreendimento respondente

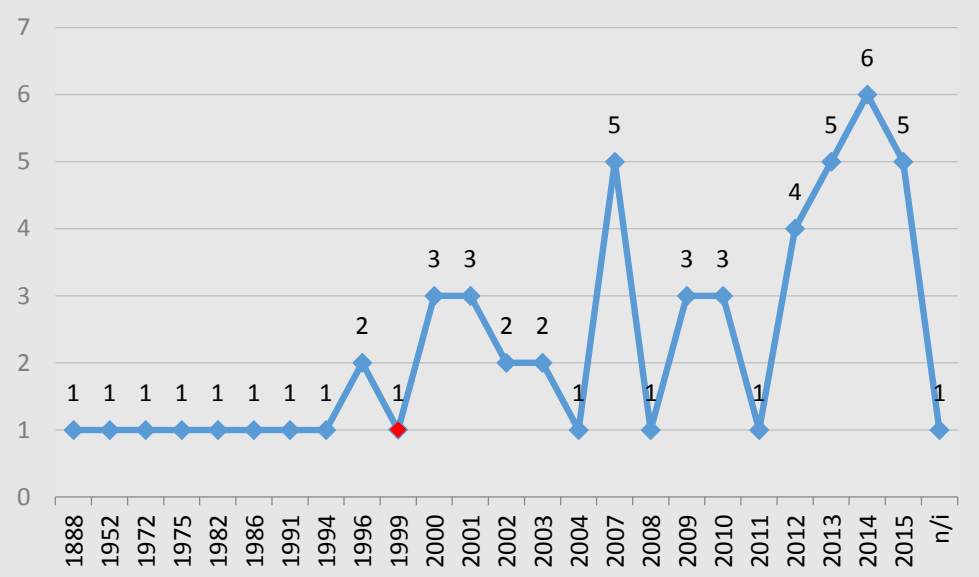


Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtido em 2015

Os questionários devolvidos correspondem a 39,3% dos meios de hospedagem; 25% do setor de bares e restaurantes; 21,4% das lojas de artesanato; 10,7% das agências de turismo e, 3,6% a “outro”, a exemplo de galeria de arte/bistrô (Gráfico 16). Dos 99 empreendimentos existentes no destino, obteve-se um retorno de 56 questionários respondidos o que equivale a 56, 56 % do total da iniciativa privada.

Ressalta-se que houve um compromisso por parte da autora em obter uma devolutiva dos questionários, em função da sua atuação profissional na cidade e das relações construídas como os empresários. Porém, destaca-se a dificuldade em obter o retorno da maioria dos respondentes que eram lembrados semanalmente e, solicitados a responder o questionário *online* ou mesmo presencial. Houve também quem se queixasse das inúmeras pesquisas realizadas por universidades que não devolvem à comunidade os resultados destas investigações, o que indicou um empresariado desmotivado com os possíveis avanços em relação ao desenvolvimento turístico e que não veem um caráter utilitarista nas pesquisas.

Gráfico 18 - Ano de abertura do empreendimento



Fonte: Elaboração da autora elaborado nos dados obtidos em 2015

Para compreender a formação dos empreendimentos turísticos, foi elaborada uma linha temporal a partir da data de fundação das empresas, possibilitando o entendimento do quadro geral receptivo da cidade antes e depois do título mundial (pontuado no gráfico 17, com a cor vermelha).

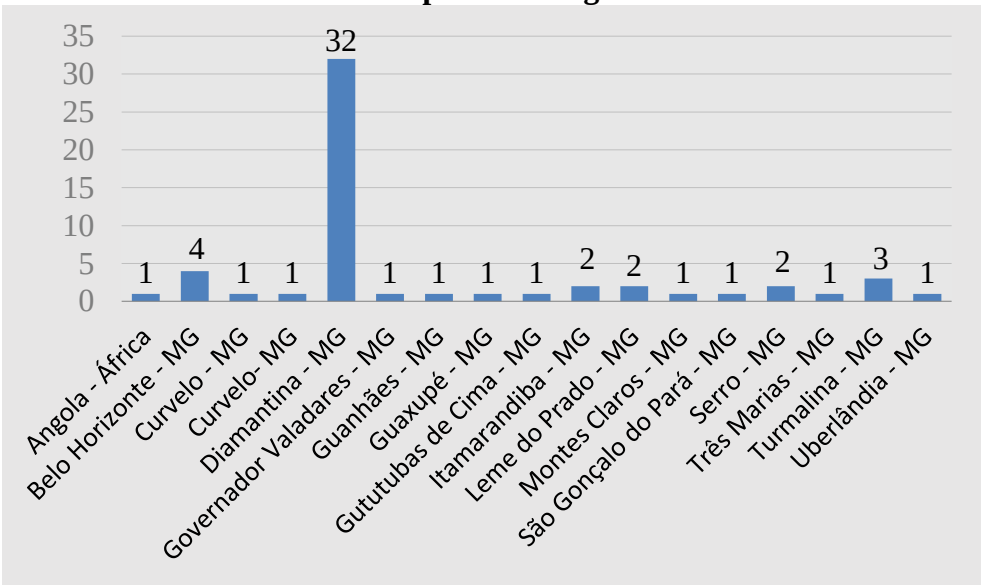
Os resultados alcançados trazem número referentes às 56 empresas respondentes. Os dados revelam que o empreendimento turístico mais antigo da cidade atualmente é uma joalheria fundada em 1888, considerada a mais antiga do país.

Na década de 1990, período que Diamantina encaminhou a solicitação para a UNESCO, para obtenção do título de Patrimônio Mundial, iniciou-se um período crescente de empreendimentos turísticos na cidade. A partir do ano 2000, momento que se também se verifica um maior desenvolvimento urbano e um aumento do fluxo de visitantes, novas empresas se instalaram, contribuindo para a diversificação do mercado turístico local (MENDONÇA *et al.*, 2006).

Importante destacar que não há em Diamantina dados oficiais sobre a demanda que a cidade recebe, o que existe são indicativos de demanda hoteleira que evidenciam que o número de empreendimentos do setor aumentou significadamente após o título mundial.

O título não só possibilitou que a ampliação da estrutura turística, como permitiu também o surgimento do COMTUR em 2000 através da Lei n° 2656, responsável pelo turismo local. O conselho foi criado em caráter consultivo e deliberativo que posteriormente passou por um processo de restruturação com o fim de se adequar à política pública de turismo. Em 2003, se tornou órgão da SECTUR (SOUZA *et al.*, 2007).

Gráfico 19 - Empresários segundo a naturalidade



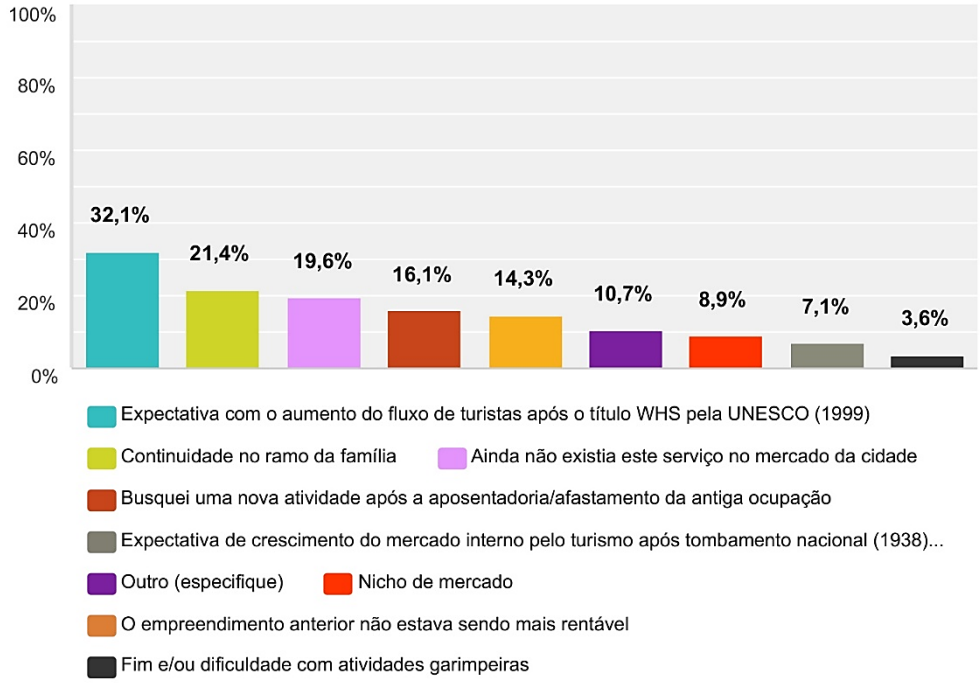
Fonte: Elaboração da autora baseados nos dados obtidos em 2015

A origem destes empresários trouxe informações referentes aos 56 respondentes. Verifica-se que os proprietários/sócios de empreendimentos que responderam à pesquisa, 32 são naturais da cidade de Diamantina e 24 são oriundos de outras cidades de Minas Gerais, com experiências e motivações diversas (Gráfico 18).

Os empresários locais possuem experiências distintas e, inicialmente, possuíam pouco ou nenhum envolvimento como o setor turístico. Este é, para muitos, um mercado novo.

Verifica-se que há uma dificuldade na interlocução entre os empresários e um individualismo que dificulta a concretização de ações conjuntas. Este problema poderia ser solucionado, o que beneficiaria não só o mercado turístico local, como todos os envolvidos nele, já que os proprietários possuem conhecimentos e experiências exclusivos que possibilitariam a inovação e o incremento do setor.

Gráfico 20 - Principal motivação para abertura do empreendimento



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

É possível observar que a principal motivação para abertura do empreendimento, com 32,1% dos empresários, está na titulação da cidade em 1999, relacionada à expectativa com o aumento do fluxo de turistas; 21,4% dos empresários responderam que sua motivação está em continuar no mesmo ramo da família; Seguido por 19,6% que firmaram ser devido a inexistência do serviço no mercado turístico da cidade; 16,1% buscava uma nova atividade após aposentadoria/afastamento do emprego; 14,3% disseram que o empreendimento anterior não era mais rentável; 10,7% responderam outras opções como por exemplo: início de carreira, necessidade de sobrevivência, buscou fazer o que gostava e que fosse rentável, dentre outras. O nicho de mercado apontou com 8,9% das respostas; Seguido por 7,1% daqueles que informam ter se motivado pelo tombamento nacional e, por último, com 3,6%, pelo fim das atividades garimpeiras (Gráfico 19).

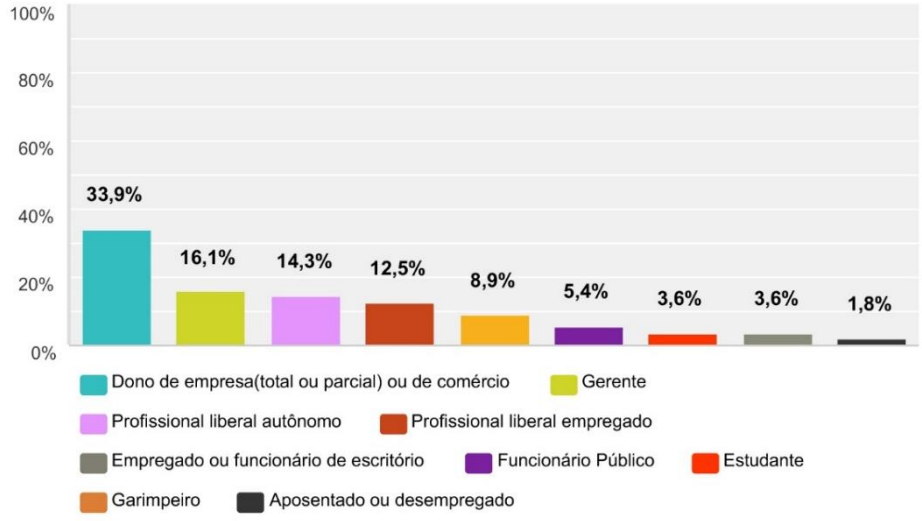
Alves (2011), ao tentar compreender o processo de formação do centro histórico de Diamantina e o papel da atividade turística, utilizando como metodologia a observação

participante, entrevistas semiestruturadas com empresários, confirma estes dados também identificados em seu estudo: os empreendedores viram na chancela mundial uma oportunidade para ampliar seus negócios.

Este fato também é corroborado por este trabalho, quando a trajetória histórica e econômica do destino foram explicitadas de modo a indicar o início do turismo local no final da década de 1990. Percebe-se que a cidade estava empreendendo um novo direcionamento econômico, voltado à atividade turística que culminaram com o título mundial. Assim, surgiu um mercado com potencial para investimentos em áreas pouco ou completamente inexplorados, que viriam compor a oferta turística receptiva.

Pode-se afirmar que o título veio com a promessa do aumento de fluxo turístico. E como já informado visto no transcorrer deste trabalho, diante a um comércio enfraquecido, e poucas alternativas de emprego, o turismo surgiu como a alternativa mais apropriada para os empresários locais.

Gráfico 21 - Ocupação antes de abrir o empreendimento



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Verifica-se que os empresários tiveram um atuação anterior bastante diversificada: 33,9% tiveram algum tipo de empreendimento anteriormente; 16,1% foram gerentes; 14,3% e 12,5% atuavam como profissionais liberais, autônomos ou empregados, respectivamente. Dos entrevistados, 8,9% trabalharam com garimpo; 5,4% no funcionalismo público; 3,6% são estudantes; 3,6% ou funcionário de escritório e 1,8%, aposentado ou desempregado (Gráfico 20).

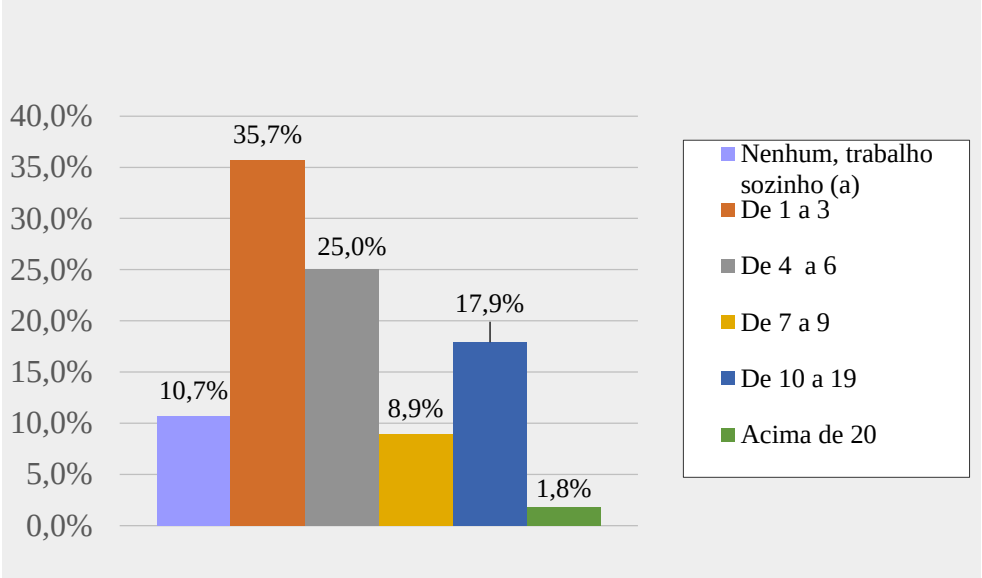
Observa-se que os empresários entrevistados se dividem em dois grupos distintos, um com experiência/conhecimento de mercado pois já atuaram como donos de empresas, gerente,

profissional liberal, entre outras funções (não necessariamente no mercado turístico) e outro, mais distante da gestão empresarial, como o garimpeiro, empregado ou funcionário de escritório ou público.

Inicialmente, imagina-se que haveria um percentual significativo de donos de garimpos e ex-garimpeiros bem sucedidos, compondo o mercado turístico local. Porém, os dados revelam oriundos de áreas distintas e que optaram por investirem no setor turístico.

Este fator é confirmado por Machado (2010) ao estudar a imagem de Diamantina através da percepção dos atores da iniciativa privada por meio da pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Machado, afirma que há empresários que outrora atuaram como professores, bancários, lojistas, ex-garimpeiros e assim é possível encontrá-los nos diversos segmentos turísticos locais "sem, no entanto, possuir os conhecimentos técnicos necessários para administrar de forma satisfatória os seus negócios" (MACHADO, 2010, p. 125).

Gráfico 22 - Funcionários empregados atualmente



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Averiguou-se que 10,7% dos empresários trabalham sozinhos e não possuem funcionários; 35,7% têm de 1 a 3 funcionários; 25% de 4 a 6 empregados; 8,9% dos respondentes possui de 7 a 9 funcionários; 17,9% de 10 a 19 e apenas 1,8% tem acima de 20 (Gráfico 21).

O critério de categorização das empresas adotado pelo SEBRAE, está na renda. Porém, dependendo do contexto, há outros indicativos como a classificação a partir do número de funcionários (quadro 13). Ao utilizar-se este referencial na análise com a compreensão de que

uma microempresa emprega até nove pessoas, no setor de comércio e serviços, ou, 19 funcionários, para o setor de construção e indústria (SEBRAE, 2014).

Quadro 12 - Critério de classificação do porte das empresas por: pessoas ocupadas

Atividades Econômicas		
Porte	Serviços e Comércio	Indústria
Microempresa	Até 09 pessoas ocupadas	Até 19 pessoas ocupadas
Pequena Empresa	De 10 a 49 pessoas ocupadas	De 20 a 99 pessoas ocupadas
Média Empresa	De 10 a 49 pessoas ocupadas	De 100 a 499 pessoas ocupadas
Grande Empresa	Acima de 100 Pessoas	Acima de 500 pessoas

Fonte: SEBRAE (2014)

Segundo este critério, verifica-se que 69,6% das empresas turísticas respondentes em Diamantina são classificadas como microempresas conforme a sua receita "a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgão competentes, que aufira em cada ano calendário, a receita bruta igual ou inferior a R$360.000,00" (SEBRAE, 2016, s/p).

Ainda de acordo com o número de funcionários conforme o critério de classificação pelo SEBRAE, tem-se que 10,7% são Microempreendedor Individual (MEI), que consiste no proprietário que atua "por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional," e "receita bruta anual de até R$60.000,00" e pode ter apenas um empregado. Por fim, verifica-se que 19,7% dos empresários são de pequena ou média empresa que, respectivamente, correspondem aqueles que empregam de 10 a 49 pessoas, no caso de comércio e serviços (SEBRAE, 2014).

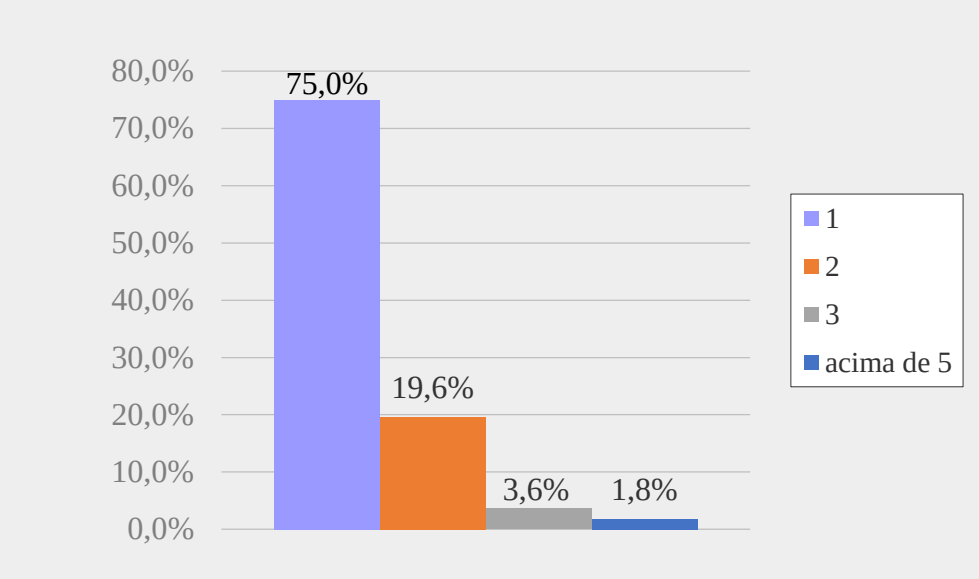
Verifica-se que a maioria dos empreendimentos turísticos são micro e pequenos empreendimentos, o que reflete uma realidade nacional, já que no Brasil estes já somam 9 (nove) milhões de negócios, o que representa "mais da metade dos empregos formais" do país, o que contribui significadamente para a produção de riquezas no setor de comércio. Este cenário revela a importância dos empreendimentos de menor porte e a seriedade com que ações de qualificação e incentivo devem possuir, pois em conjunto estas implicam no desenvolvimento econômico nacional (SEBRAE, 2014).

Compreender o envolvimento destes pequenos negócios no desenvolvimento do turismo, é importante, pois as políticas públicas de desenvolvimento precisam se ater ao percentual quantitativo e o perfil das empresas existentes no destino para que estas sejam melhor elaboradas e beneficiem a ampliação destes, gerando "mais empregos, aumento da formalidade, atração de investimentos sustentáveis e fortalecimento da economia local". Este é uma das

contribuições dos pequenos negócios para o desenvolvimento local e turístico, além da fixação de riqueza na localidade e outras (SEBRAE, 2008, p. 14).

Os empresários entrevistados durante a pesquisa em Diamantina, possuem uma característica similar a uma das categorizações de cidades do SEBRAE, que consiste em ser um município "com muitos pequenos negócios e sem grandes empresas", situação que reflete o "perfil da maioria das cidades brasileiras". A contribuição dos pequeno negócios a pequenos negócios possibilitam a retenção de riqueza local (SEBRAE, 2008, p. 15).

Gráfico 23 - Total de empreendimentos turístico por empresário



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

É possível perceber com os resultados desta questão, que 75,0% dos entrevistados são sócios proprietários de apenas um empreendimento; 19,6% de 2 empresas; 3,6% de três negócios do ramo turístico e 1,8% possuem mais de cinco empresas. Para o item correspondente a quatro empresas, não houve respostas (Gráfico 22).

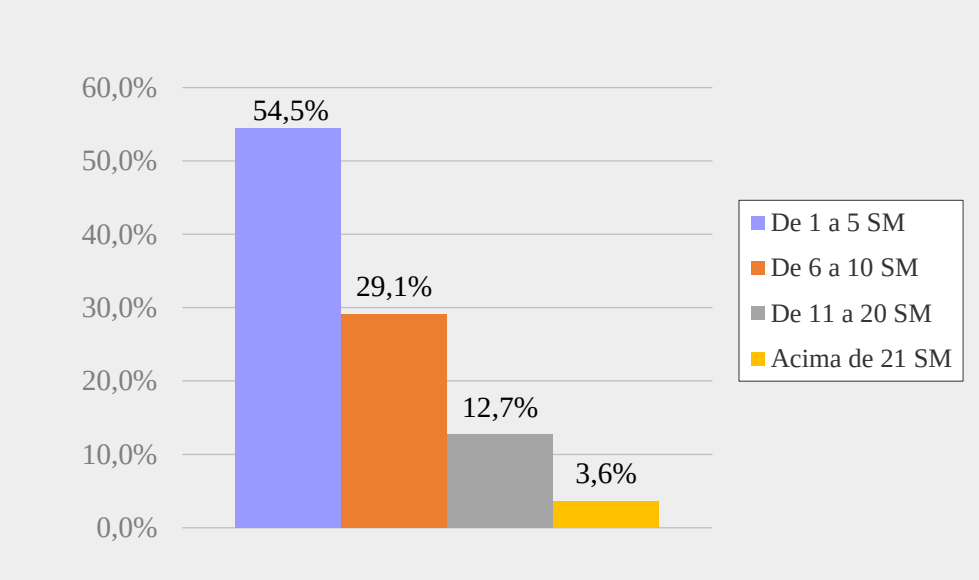
O objetivo desta questão estava em esboçar um perfil do empresariado e compreender os indicativos de desenvolvimento do turismo após o título de Patrimônio Mundial. Verifica-se uma segmentação das empresas locais, na qual 75%, dos entrevistados possuem apenas um empreendimento turístico.

Rodrigues (2003) e Lage (2015), afirmam que para todos os atores do turismo, como as empresas que atuam nesta área, a segmentação tende a trazer diversos benefícios como a criação de políticas de tarifas, propagandas particularizadas e o fomento à concorrência.

Em síntese, aponta-se como fator positivo deste quadro o estimulo à concorrência e, consequentemente, o fortalecimento do turismo receptivo. Um mercado com empresas sob o

monopólio de um grupo menor de empresários não contribuiria de forma significativa para o desenvolvimento e para a dinâmica do turismo local o mesmo modo que acontece em um mercado segmentado pelo empresariado.

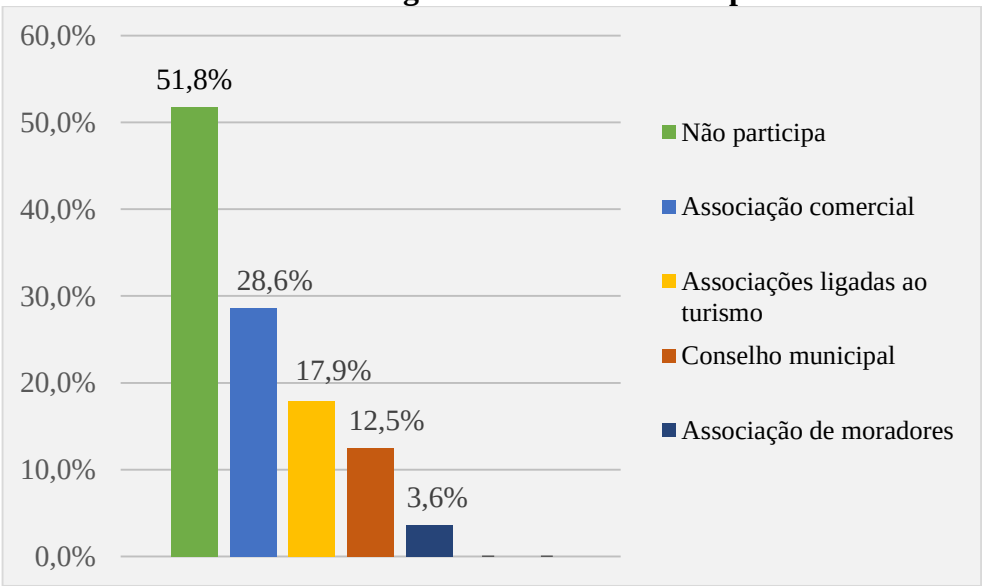
Gráfico 24 - Renda familiar total da iniciativa privada



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Constata-se que 54,5% dos empresários possuem renda familiar total de 1 a 5 salários mínimos; 29,1%, de 6 a 10; 12,7%, de 11 a 20 e 3,6% recebem acima de 21 salários mínimos mensalmente (Gráfico 23).

Gráfico 25 - Entrevistados segundo envolvimento na política de turismo



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Comumente no setor privado os empreendimentos se organizem em associações de hotéis, restaurantes *Convention and Visitors Bureau* em *prol* da gestão do turismo no destino (FOGAÇA, 2008).

A partir desta informação, buscou-se compreender a organização da atividade turística, e como os empresários estão envolvidos na promoção de políticas voltadas para esta área. Verificou-se que 51,8% dos entrevistados não participam de nenhum grupo local; 28,6% faz parte da ACID; 17,9% a Associações ligadas diretamente a turismo; 12,5% ao COMTUR e, 3,6% estão envolvidos com associações de moradores (Gráfico 24).

Dentre as opções de resposta oferecidas pelo formulário consta a Associação Comercial e Industrial de Diamantina (ACID), grupo fundada em 1934, quando ainda não existiam outras associações, ligadas ao turismo e oferece aos associados alguns benefícios como descontos na área da saúde, para os funcionários de empresas associadas, e realiza campanhas anuais de incentivo às vendas.

Outro item são as Associações Ligadas ao Turismo. Na cidade há duas voltadas para o turismo: o Circuito Turístico dos Diamantes, que permite a filiação de empresas locais e, a ADELTUR[51], que reúne segmentos distintos como restaurantes, agências, hotéis e pousadas. Percebe-se que está sempre manteve um número maior de filiados do setor de meios de hospedagem, fator que influencia a discussão de temas relacionados a esta e que desfavorece aqueles com menor contingente de filiados.

Um dos benefícios em ser um sócio da ADELTUR é a pratica de indicar aos turistas locais apenas empresas associadas como forma de incentivo a filiação. A associação atualmente, encontra-se estagnada por questões internas. As respostas abertas, nos permite constatar que apenas a ADELTUR foi apontada no item *associações ligadas ao turismo,* com 17,9% do número de filiados, o que, para uma cidade turística é um baixo percentual.

A opção de resposta *Não Participa* (51,8%) oferece a facilidade de complementar a resposta aberta e informar se nunca participou ou se já participou e, quais as razões pelas quais atualmente optaram por não se envolver na política de turismo. Dentre as respostas de quem já esteve envolvido mas abandonou o grupo, foi apontada a ADELTUR, que teve dentre as justificativas de saída a "falta de união", "grupo elitista e não abrangente ao segmento turístico", "conflitos e pouca objetividade pelas ações a serem tomadas", "falta de requisitos essenciais para o desenvolvimento dos fins de uma associação", dentre outras afirmações como esta:

---

[51] A autora atuou como secretaria desta associação de 2005 a 2006.

> Acho que as pousadas do centro tem certa dificuldade em conversar, pelo menos eu acho. Agora quando chega hospedes pedindo informações do centro eu dou com todo prazer e indico sem restrição os outros locais de hospedagem da cidade, coisa que não acontece com quem chega ao centro procurando pousadas mais em conta financeiramente. Ninguém indica. Por isso parei de frequentar essas reuniões, mas me mantenho informada de tudo que acontece na nossa cidade para poder dar informações aos hospedes (Depoimento de um empresário).

Outra observação feita dentre as justificativas apresentadas, feita de uma forma geral aos grupos, e em específico à ADELTUR, esteve relacionada a falta de parceria entre os empresários localizados no centro histórico com os do entorno.

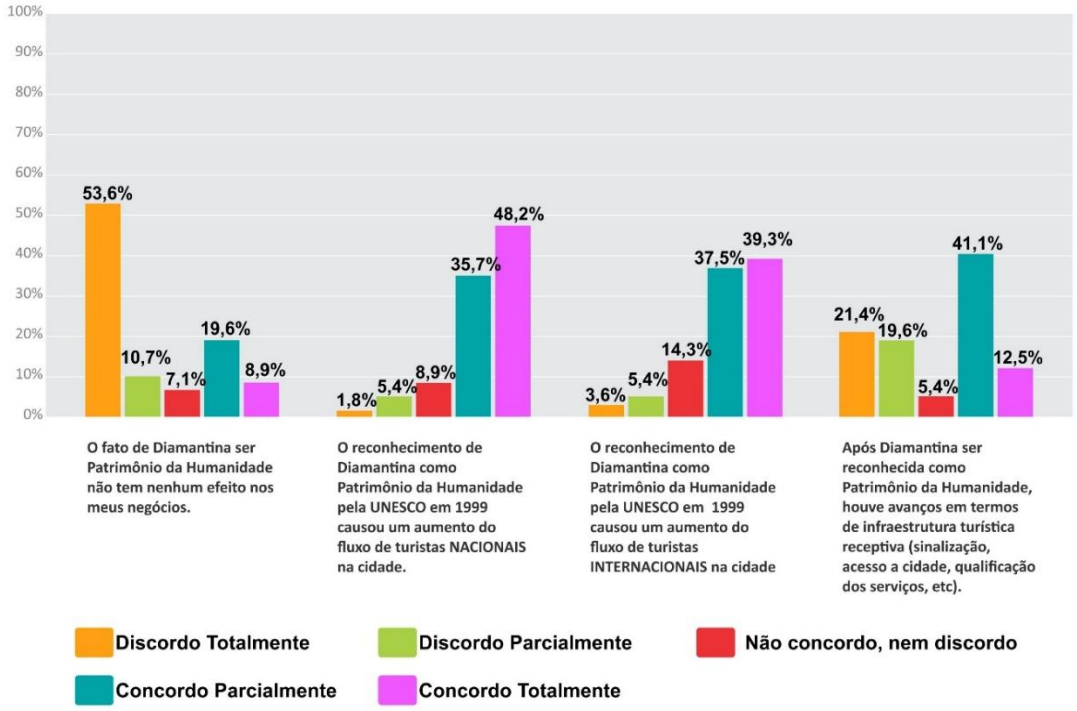
> Em alguns grupos de trabalho propostos pela SECTUR, ACID, ADELTUR, as reuniões já vem com as conclusões definidas por pessoas/grupos, normalmente buscam apenas o referendo dos demais. O interesse é sempre o centro histórico e suas necessidades, os bairros são mais ignorados do que os distritos, como se não fizessem parte do conjunto do município. Os detentores do poder local são bastante egocêntricos e provincianos. Em suas iniciativas, não conseguem pensar verdadeiramente o coletivo, público (Depoimento de um empresário).

O COMTUR, foi apontado com 12,5% de filiados. Este dado indica que há uma falta de consenso entre os entrevistados sobre o conselho municipal que tem, dentre os membros, um de cada segmento local. Este é mais um indicativo, conforme os depoimentos feito pelo empresariado local, de desarticulação entre os empreendedores locais de cada segmento. Identifica-se ainda a partir dos depoimentos uma dificuldade para definir objetivos comuns, característica que para Mancuso (2007) se assemelha ao empresariado do pais.

Uma pesquisa similar de Oliveira *et al.* (2008, p. 521), realizada a em Corumbá, Mato Grosso do Sul também verificou a desarticulação empresarial como um das causas da falta de "oferta de serviços e produtos turísticos de qualidade e competitivos, bem como, para a consolidação do turismo na região". Em Diamantina, é um dos entraves ao desenvolvimento turístico e à integração e cooperação entre os empresários locais.

Percepções sobre o turismo e o patrimônio local

Gráfico 26 - Os empresários e o patrimônio na cidade



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Esta questão foi construída através da Escala *likert*[52] de cinco pontos com o fim de produzir descrições quantitativas, pois a técnica de escala é a mais indicada e utilizada pelos estudiosos por, possibilitar identificar de forma mais assertiva a opinião do entrevistado (GARCIA, 2015). Foi adotada mesma estratégia de análise da escala *likert* em números atribuídos aos diferentes graus de concordância, como feito com a comunidade local (ver subitem 3.1.1).

Tabela 6 - Resultado do *Ranking* Médio

Continua...

Afirmativas		DT	DP	NCND	CP	CT	RM
O fato de Diamantina ser Patrimônio da Humanidade não tem nenhum efeito nos meus negócios	Negativa	30	6	4	11	5	3,8
O reconhecimento de Diamantina como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1999 causou um aumento do fluxo de turistas NACIONAIS na cidade	Positiva	1	3	5	20	27	4,23

[52] "A escala *Likert* foi desenvolvida por *Rensis Likert* em 1932 e se caracteriza por ser uma escala somatória onde os entrevistados informam seu grau de concordância / discordância em relação às afirmações" (GARCIA, 2015, p. 51)

Conclusão.

Afirmativas		DT	DP	NCND	CP	CT	RM
O reconhecimento de Diamantina como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1999 causou um aumento do fluxo de turistas INTERNACIONAIS na cidade	Positiva	2	3	8	21	22	4,04
Após Diamantina ser reconhecida como Patrimônio da Humanidade, houve avanços em termos de infraestrutura turística receptiva (sinalização, acesso à cidade, qualificação dos serviços)	Positiva	12	11	3	23	7	3,04

Fonte: Produção da autora (2016)

Para cada afirmativa foram obtidos os seguintes resultados:

- *O fato de Diamantina ser Patrimônio da Humanidade não tem nenhum efeito nos meus negócios.*

Verifica-se que 53,6% dos empresários discordam totalmente com a afirmativa; 10,7% discordam parcialmente; 7,1% não concordam nem discordam; 19,6% concordam parcialmente e 8,9 dos entrevistados concordam totalmente (Gráfico 25). Em conformidade com o RM de 3,8, tem-se que a maioria discorda (total e parcialmente) da afirmativa.

- *O reconhecimento de Diamantina como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1999 causou um aumento do fluxo de turistas Nacionais na cidade.*

Dos empresários que participaram da pesquisa, 48,2% concordam totalmente com a afirmativa; 35,7% concordam parcialmente; 8,9% não concordam e nem discordam; 5,4% discordam parcialmente e 1,8% discordam totalmente (Gráfico 25). O resultado do RM (4,23) indicou que 4,23 que os entrevistados concordam com a afirmativa.

- *O reconhecimento de Diamantina como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1999 causou um aumento do fluxo de turistas internacionais na cidade.*

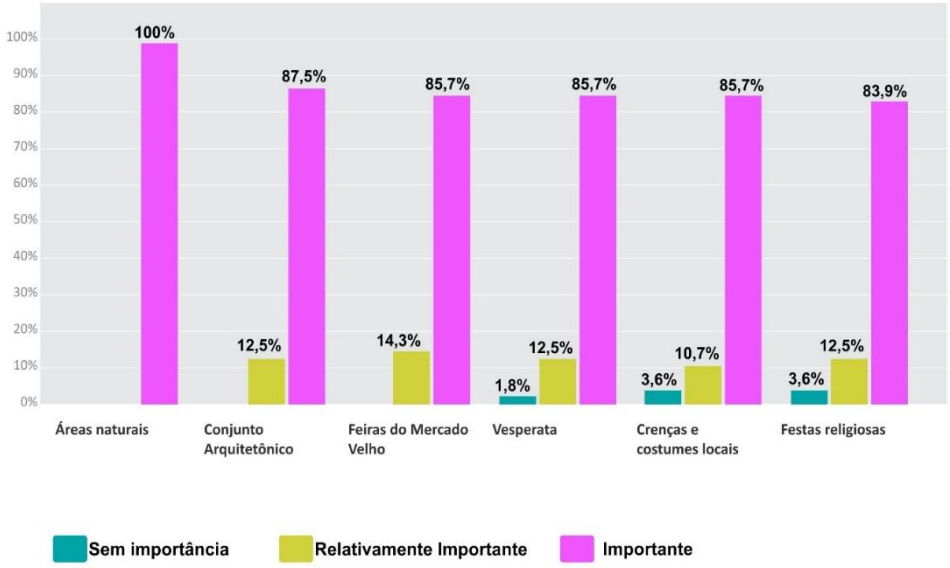
Com relação ao aumento da demanda internacional, 39,3% dos empresários concordaram totalmente; 37,5% concordam parcialmente; 14,3% não concordam nem discordam; 5,4% discordam parcialmente e 3,6% discordam totalmente (Gráfico 25). O resultado a partir do cálculo RM (4,04) indicou que os entrevistados concordam com a afirmativa.

- *Após Diamantina ser reconhecida com o Patrimônio da Humanidade, houve um avanço em termos de infraestrutura turística receptiva (sinalização, acesso à cidade, qualificação dos serviços, etc.)*

No que tange os avanços em infraestrutura turística após a titulação, percebe-se que 41,1% concordam parcialmente; 12,5% concordam totalmente; 5,4% não concordam nem

discordam; 19,6% discordam parcialmente e 21,4% discordam totalmente (Gráfico 25). O RM despontou com 3,04 de entrevistados indiferentes, que não concordam nem discordam da afirmativa.

Gráfico 27 - Grau de importância dos Patrimônios locais



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015.

Assim como na pesquisa feita junto à comunidade, também foi avaliada a percepção dos empresários a respeito do que consideram um legado a ser preservado às gerações futuras. O patrimônio antes de ser mundial, deveria ser local, pois, não se pode pensar em preservação sem olhar para o interesse dos moradores (GOVERNO FEDERAL, 2016b).

Optou-se por manter as mesmas alternativas de respostas da comunidade local e escala de importância para possíveis comparações futuras. Vale destacar que, tanto para a comunidade local, quanto para os empresários, há a opção de indicar outro bem considerado patrimônio, caso este não constasse na lista.

Através das informações coletadas, verifica-se que as áreas naturais foram apontadas por 100% dos empresários; o conjunto arquitetônico despontou com 87,5% dos entrevistados que respondeu importante e 12,5% como relativamente importante; As Feiras do Mercado Velho apareceu com 85,7% no item importante e 14,3% das respostas de relativamente importante.

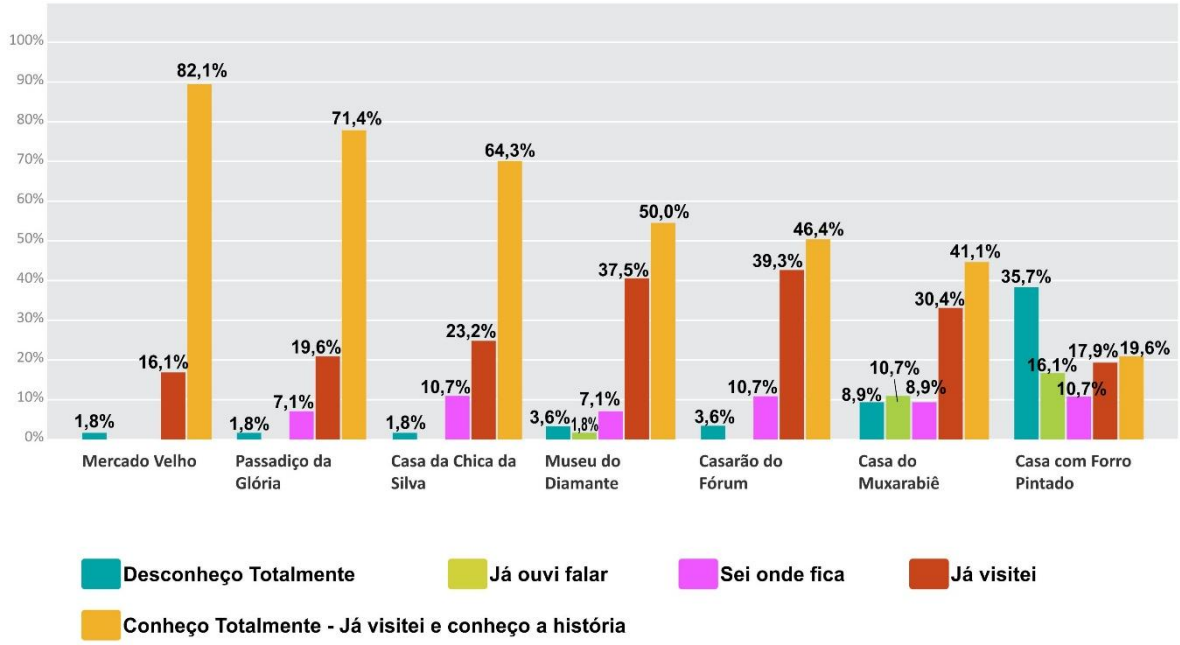
A Vesperata, por sua vez, aparece com 85,7% das respostas no nível importante; 12,5% relativamente importante e 1,8% sem importância. Crenças e costumes locais aparece com 85,7% como importante a ser preservado; 10,7% como relativamente importante e 3,6% das respostas para o nível sem importância; Por fim, as Festas religiosas aparece com 83,9% como

importante a ser preservado, 12,5% relativamente importante e 3,6% das respostas para sem importância (Gráfico 26).

Os empresários valorizam o patrimônio, já que os percentuais de "importante" em todas as assertivas aparece com mais de 80%. Há unanimidade das respostas, 100%, ao indicar as áreas naturais como um patrimônio importante a ser preservado. Já o conjunto arquitetônico, embora apontado como um percentual elevado, ficou com 87,5% das resposta para importante e 12,5% das respostas para relativamente importante.

Dentre "outros" patrimônios da cidade apontados como importantes a serem preservados, os empresários destacaram a musicalidade diamantinense e o carnaval.

Gráfico 28 - Conhecimento da iniciativa privada sobre os bens tombados



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Assim como no formulário oferecido para a comunidade local, esta questão trouxe uma lista que comtempla os bens tombados pelo IPHAN. O evento Vesperata não foi inserido, uma vez que sabe-se que habitualmente os recepcionistas dos hotéis e pousadas acompanham os turistas ao evento, o que já indica um conhecimento deste. A presente listagem contém sete monumentos com o nome oficial e popular, para assegurar e aumentar as possibilidades de reconhecimento pelo empresário.

A questão foi elaborada a partir de uma escala com os seguintes níveis de conhecimento *Desconheço Totalmente* representa a total ausência de conhecimento sobre o monumento e

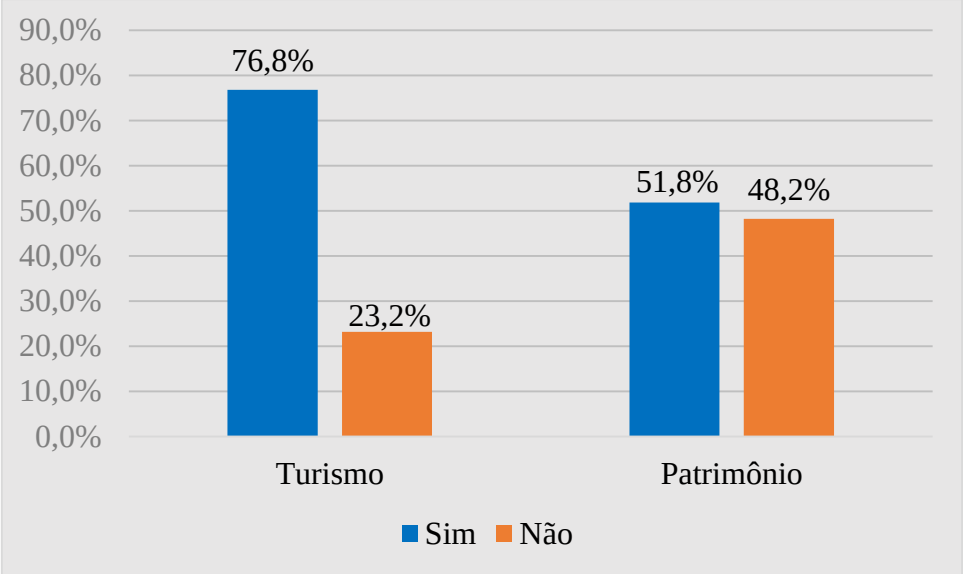
Conheço Totalmente, o nível maior de conhecimento no qual o empresário sinaliza que, além de já ter visitado o monumento, também conhece sua história a história.

Outros níveis inseridos entre os já citados são: *Já ouvi falar*, indica que o empresário conhece o monumento só pelo nome. A opção *Sei onde fica* sugere que conhece superficialmente o monumento, pois sabe sua localização. Também há a opção *Já visitei*, na qual demostra que conhece o monumento, mas não sua história.

O Mercado Velho aparece com 82,1% que assinalaram conhecem totalmente; 16,1% já visitaram e 1,8% desconhecem totalmente. O Passadiço da Glória, apareceu com 71,4% de respostas para conheço totalmente, seguido de 19,6% que já visitaram; 7,1% que sabem onde fica e 1,8% desconhecem totalmente o monumento. A casa de Chica da Silva obteve 64,3% de respostas no item conhecem totalmente; 23,2% já visitaram; 10,7% sabem onde fica e 1,8% desconhecem totalmente (Gráfico 27).

O Museu do Diamante despontou com 50% dos entrevistados, que conhecem totalmente; 37,5% já visitam; 7,1% sabem onde fica; 1,8% já ouviram falar e 3,6% desconhecem totalmente o monumento. Para o Casarão do Fórum 46,4% conhecem totalmente; 39,3% já visitaram; 10,7% sabem onde fica e 3,6% desconhecem totalmente. Para a Casa do Muxarabiê 41,1% conhecem totalmente; 30,4% já o visitaram; 8,9% sabem onde fica; 10,7% já ouviram falar e 8,9% desconhecem totalmente o atrativo; Por fim, desconhecem totalmente a Casa com Forro Pintado 35,7%, 16,1% já ouviram falar, 10,7% sabem onde fica, 17,9% já visitaram, 19,6% totalmente (Gráfico 27).

Gráfico 29 - Empresários segundo participação em encontros sobre turismo e patrimônio



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Esta questão revela que 76,8% dos empresários já participaram de algum tipo de encontro que discute turismo e 51,8% que abordam o patrimônio. Não participaram 48,2% das que envolviam patrimônio e 23,2% das que envolviam o turismo (Gráfico 28).

Vale destacar que há encontros frequentes discussões sobre o turismo, realizados pela SECTUR como a Conferência Municipal de Turismo e Patrimônio e também pelo curso de turismo da UFVJM, como a Semana da Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão (Sintegra) e a semana de turismo. Outros exemplos de encontros promovidos na cidade que exploraram as duas temáticas conforme quadro 13:

Quadro 13 - Encontros locais sobre turismo e patrimônio

Data	Evento	Realização
2010	I Encontro de Rotas do Patrimônio Mundial na América Latina	UFVJM
2009	I Integratur	UFVJM
2009	Oficina de História da Arte	Museu do Diamante
2009	II Seminário Nacional Turismo e Inclusão "Patrimônio"	Centro Vocacional Tecnológico de Diamantina (CVT)
2008	Seminário de Turismo de Inclusão com o tema: Ecoturismo	Centro Vocacional Tecnológico de Diamantina (CVT)
2008	2º Encontro de Turismólogos Mineiros	SENAC e UFVJM
2007	I Seminário de Ecoturismo do Alto Vale do Jequitinhonha	Circuito dos Diamantes
2004	II Seminário de Sensibilização para o turismo "A cultura como instrumento de desenvolvimento turístico sustentável"	Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino (FUNDAEPE)
2003	I Seminário de Sensibilização para o turismo 'O Ecoturismo e o Envolvimento Local"	Prefeitura Municipal/ ACID/ FUNDAEPE

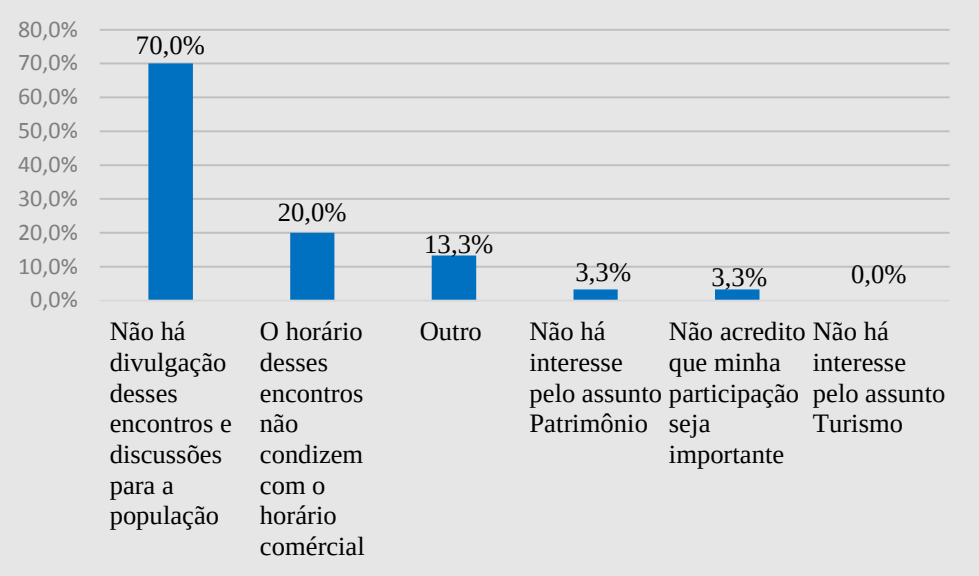
Fonte: Elaboração própria da autora baseado em encontros realizados na cidade

Como resultado apresentado na temática turismo, observa-se que 76,8% dos empresários já participaram de discussões a respeito do turismo, sua área de atuação. Contudo, 23,2% nunca participaram destas reuniões. Em vista que o turismo é a área de atuação principal destes empreendimentos, isto pode ser um indicativo de dificuldades de envolvimento deste segmento na definição dos estilos do turismo da cidade (Gráfico 28).

Para a temática patrimônio, percebe-se que os empresários não costumam participar de discussões sobre esta área. Também estão pouco informados sobre às questões pertinentes. Quase metade deles (48,2%) afirmam nunca terem participado de discussões a respeito. De acordo com o poder público, algumas ações foram realizadas em 2015 e questões relativas ao patrimônio fizeram parte de projetos que visavam ampliar o entendimento e trazer a conscientização local. Se envolver nestes eventos, possibilita ao empresário estabelecer redes de cooperação que promovem, por sua vez, "vantagens econômicas e operacionais e alavancar

a qualidade coletiva". Independentemente disto, cada empresa é responsável diretamente pelos efeitos do turismo local, que podem depreciar ou impulsionar a imagem do destino, que cada vez mais, dependente das relações estabelecidas entre os atores locais a favor da satisfação final do turista. Mesmo que haja uma caráter competitivo e a ausência de diálogo entre os empreendedores do setor, as redes de cooperação são importantes para a consolidação do destino no mercado turístico e a fidelização do visitante (BASTOS, 2014, p. 6).

Gráfico 30 - Empresários segundo justificativa para não participação



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Nesta questão, 70% dos empresários afirmaram não haver divulgação desses encontros; 20%, que o horário não condiz com o comercial; 13,3% alegaram outros motivos; 3,3%, que não há interesse pelo assunto patrimônio e 3,3% dos entrevistados não consideram sua participação como importante (Gráfico 29).

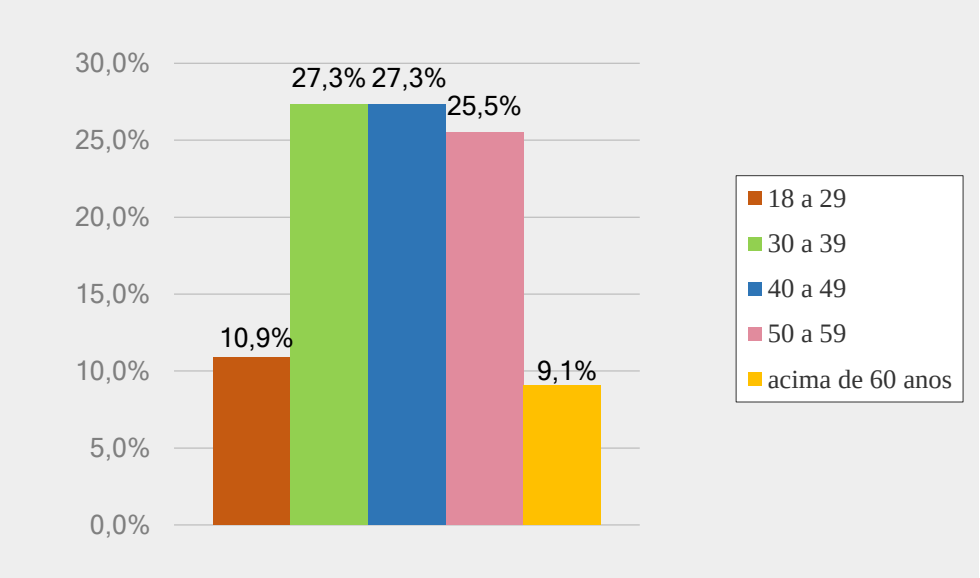
Ao considerar as respostas daqueles que disseram nunca terem participados tanto de encontros sobre patrimônio quanto de turismo, verifica que entre os motivos apontados pelos empresários para não participarem destes encontros está a falta de divulgação (70,0 %) e o horário não condizente com o horário comercial (20,0%) (Gráfico 29).

Outra justificativa apontada está no meio utilizado para divulgação, a internet, como única forma de promoção destes encontros, o que limita o acesso à informação.

> Divulgação via internet raramente gera uma participação mais significativa e, normalmente, os convites impressos são muito caros tendo uma tiragem e alcance menores. É preciso algo mais barato, mais simples, mas que chegue às mãos da maioria da população (Depoimento de um empresário).

Na opção “outro” há quem lamente a falta de discussões mais abertas sobre o patrimônio e a divulgação restrita destes encontros: “Pouco se fala a respeito do Patrimônio Histórico, mesmo devido sua grande importância”, “Desconheço que já tenha tido encontros sobre Patrimônio na cidade” (Depoimento de dois empresários).

Gráfico 31 - Empresários segundo faixa etária

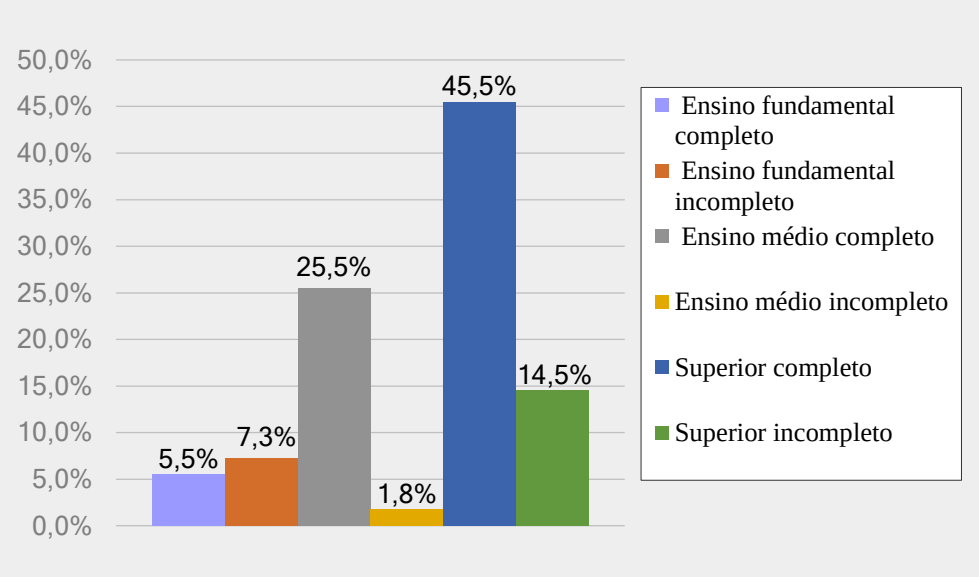


Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Estes dados informam que 19,9% dos empresários possuem de 19 a 29, seguido por 27,3% com idade entre 30 a 39 e 40 a 49 anos. Dos entrevistados, 25,5% possuem de 50 a 59 anos e 9,1% está acima dos 60 anos de idade (Gráfico 30).

Observa-se um equilíbrio no perfil dos entrevistados, com predominância de empresários na faixa etária entre 30 a 59 anos. O público jovem não predomina no mercado turístico local, apontando com apenas 10,9% dos entrevistados.

Gráfico 32 - Empresários segundo a escolaridade



Fonte: Elaboração da autora baseado nos dados obtidos em 2015

Nota-se que 5,5% dos empresários possui o ensino fundamental completo; 7,3%, o ensino fundamental incompleto; 25,5%, ensino médio completo; 1,8% dos empresários o ensino médio incompleto; 45,5%, tem ensino superior completo e 14,5% ensino superior incompleto (Gráfico 31).

Percebe-se que o empresariado de Diamantina, em sua maioria, tem nível superior completo. Ao somar o percentual dos respondentes que possuem curso superior completo ou incompleto, percebe-se que mais da metade (60%) possui elevado nível de escolaridade.

Síntese: a relação entre iniciativa privada, turismo e patrimônio.

Os dados obtidos revelam que o título mundial influenciou no aumento das empresas turísticas no destino, que é composto, em maioria por empresários naturais de Diamantina que tiveram na chancela a principal motivação para abrir o próprio negócio. Constata-se como características das empresas turísticas, serem pequenos negócios que possuem atualmente de 1 a 3 funcionários.

Observa-se também que a maioria dos empreendedores possuem apenas um negócio, o que indica um mercado turístico local, que tem como fator positivo, a concorrência. A questão indica ainda que mais da metade dos empresários não estão vinculados a nenhum tipo de associação local e aqueles que participam estão, em sua maioria afiliados à associação comercial.

Observa-se que a titulação foi um fator positivo para o empreendedorismo, já que percebem o aumento da demanda nacional e internacional. As áreas naturais é indicado pela unanimidade dos entrevistados como um patrimônio importante a ser legado.

Verifica-se um empresariado desarticulado com o poder público e com o próprio setor o que faz com que suas ações corram o risco de incompatibilidade com a realidade local. Mais da metade dos entrevistados participaram de encontros sobre o turismo, porém quase 50% nunca participou de encontros sobre patrimônio. Em uma cidade onde o patrimônio cultural é o principal atrativo e a iniciativa privada não é participativa, a conservação deste patrimônio corre riscos de ser restringido por um grupo muito limitado.

4.3 A percepção do poder público

Como metodologia desta investigação, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa através de entrevista em profundidade com os atores que atuam à frente das políticas de turismo, sendo eles o prefeito municipal Paulo Célio e o Secretário de Turismo Walter Cardoso França Júnior (quadro 14). A pesquisa obedece as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material, definição dos procedimentos a serem seguidos, tratamento dos dados e interpretação (MARTINS, 2008).

Quadro 14 - Fases da coleta de dados Poder Público

Ação	Mês
Preparação de material técnico	Agosto/Setembro/2015
Elaboração das questões da entrevista	27/08 a 06/09/2015
Primeiro contato com os órgãos públicos	14/09 a 28/09/2015
Entrevista à representantes dos órgãos públicos	03 de Novembro/2015
Interpretação e elaboração escrita geral dos dados da entrevista	Fevereiro e Março de 2016

Fonte: Organização da autora (2016)

A gravação foi transcrita e após análise qualitativa, descrita em forma de relatório, que contem parecer crítico, recomendações e trechos literais das entrevistas. Com o objetivo investigar os mecanismos de gestão, nível de desenvolvimento do turismo após reconhecimento de Diamantina como WHS, as redes de cooperação local e estadual, os benefícios e resultados obtidos através do título de patrimônio mundial, dentre outros fatores.

A entrevista foi escolhida como recurso metodológico para compreender melhor as percepções deste grupo e por ser uma técnica dinâmica "caracterizada por sua extensão, profundidade e estrutura" que além de ser menos estruturada, o pesquisador pode formular

questões e estimular o entrevistado a falar (VEAL, 2011, p. 271). A importância se dá pela liberdade para explorar as percepções do gestor público e compreender questões atuais sobre o objeto deste estudo, pois, na entrevista obtém-se as respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte (DUARTE, 2005).

Para analisar a entrevista realizada no dia 03 de Novembro, na sede da Prefeitura Municipal de Diamantina, estruturou-se um roteiro-base em modelo semiaberto que "tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa", com 16 questões direcionadas aos dois representantes, para que ambos pudessem fornecer respostas indeterminadas sobre os temas centras (DUARTE, 2005, p. 66).

Assim, a entrevista foi dividida em três blocos temáticos, sendo estes: Relações Institucionais e Locais; Patrimônio e Desenvolvimento Turístico e Perspectiva sobre o Título de Patrimônio Mundial.

4.3.1 O poder público e as relações com o turismo e o patrimônio

O poder público tem a função de propiciar as condições necessárias ao desenvolvimento da atividade turística, ao mesmo tempo em que acompanha seu desenvolvimento com a identificação dos locais, necessidades e a elaboração dos meios mais eficazes para seu aprimoramento. A relevância em ouvir o setor público está nesta influência que exerce sobre o planejamento detalhado da atividade turística, bem como sua ordenação, promoção e desenvolvimento dos espaços turísticos (ARANA *et al.*, 2004).

Foi a partir do PNMT, em 1994, com a descentralização de ações em *prol* do desenvolvimento do turismo, que os municípios ganharam autonomia para planejar a atividade do destino, regularizar e promover o produto turístico através de uma abordagem comunitária participativa (BRUSANDI, 2005; WEISSBACH, 2007). Sob esta perspectiva, examinou-se o papel do setor público de Diamantina e suas percepções acerca do desenvolvimento local após a outorga mundial da cidade.

Ao analisar a entrevista com os representantes do setor público, nota-se um discurso empenhado no crescimento do turismo local, mas que não se articula com os anseios da comunidade, pois pode-se afirmar que a relação está desarticulada pela deficiência nos meios utilizados para comunicação.

Planejamento turístico local

A discussão se deteve no planejamento do turismo, necessárias para o desenvolvimento desta atividade, através do qual ações consolidadas e/ou em andamento foram citadas pelos entrevistados como parte do planejamento local e como necessárias para o desenvolvimento da atividade turística. Baseado nestas ações, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 15 - Ações do poder público em *prol* do desenvolvimento do turismo

Projetos e ações poder público	Situação
Inserção do símbolo da chancela de WHS nos táxis da cidade	Previsto
Inserção do símbolo da chancela de WHS nos materiais promocionais da cidade	Em andamento
Implantação da linha aérea regular Brasília à Diamantina	Previsto
Ampliação da promoção do destino com o *slogan* "Patrimônio Cultural da Humanidade" no mecanismo de busca Google.	Previsto
Construção de um aplicativo com informações sobre os pontos turísticos	Previsto
Implantação de nova sinalização turística	Previsto
Execução do festival Internacional de Jazz em Diamantina	Concluído
Implantação do projeto de educação patrimonial "Educar"	Concluído
Projeto de visitação turística para moradores da cidade	Fase de elaboração
Projeto de resgate histórico e cultural no distrito de Mendanha "Baú de Memórias"	Em andamento
Implantação da estátua "O Garimpeiro" na entrada da cidade	Previsto
Programa de promoção do destino "Viva Diamantina"	Em andamento

Fonte: Produção da autora baseado na entrevista com o poder público realizada em 2015

Observa-se que não há propostas articuladas com as demandas da população e com o empresariado. Somente, 17 anos após WHS que o poder público toma iniciativas com o fim de explorar de forma mais abrangente o *status* de patrimônio mundial, com vistas ao aumento da demanda turística.

O secretário enfatizou que o poder público tem trabalhado observando o turismo e o patrimônio, e alavancou avanços significativos quando comparado as gestões anteriores nas quais participou através do cargo de secretário de turismo. Ao observar as ações relatadas pelos entrevistados (quadro 15) nota-se que uma parte está focada em ações de *marketing* turístico (promoção do destino e exploração do símbolo de WHS), outras, na estruturação turística sinalização, aplicativo, ponte aérea para outras cidades e na educação patrimonial, com o projeto educar e visitação turística para os moradores. Acredita-se que estas ações devem ser fortalecidas para minimizar ou evitar os impactos negativos do turismo.

É importante privilegiar no planejamento do turismo o desenvolvimento endógeno, focado na participação da comunidade em todas as etapas do processo de tomada de decisões pelos gestores municipais, para que a política pública de turismo esteja de acordo com a

realidade e os anseios da população (SACHS, 1986; MAGALHAES, 2002). Para Walter Júnior, secretário de turismo, isto já vem acontecendo:

> Há uma aproximação cada vez mais forte da comunidade junto ao poder público nas ações de caráter turístico. Isto a gente está sentindo, mas é claro, que isto é um trabalho que o SEBRAE tem resultados muito a médio prazo talvez, eu falo muito que nós avançamos muito na educação patrimonial (Walter Júnior - Secretário de Turismo, 2015).

Uma ação junto à comunidade que foi enfatizada pelo poder público várias vezes durante a entrevista, através da Conferência Municipal de Turismo realizada pelo COMTUR em parceria com a prefeitura e com apoio do SEBRAE, cujo objetivo foi o discutir o desenvolvimento do turismo, o título de patrimônio mundial e políticas públicas junto à população diamantinense. Para o secretário a conferencia resultou de uma preocupação em envolver mais a comunidade com o turismo e o patrimônio. Porém, não alcançou os moradores amplamente, com maior destaque para a participação de universitários.

O prefeito tem uma percepção diferente sobre o evento:

> Foi muito participativa, até porque isto é um sinal, é um indicador do tanto que a comunidade, que a sociedade, ou seja, associação comercial, empresariado, estudante, universidade estão envolvidos com isso. Foi uma participação bem ampla (Paulo Célio - Prefeito Municipal, 2015).

Articulações locais

Sobre as articulações locais, regionais e nacionais verificou-se que o poder público avalia como "boas" as parcerias estabelecidas com órgãos diretamente envolvidos com o patrimônio, IPHAN, o meio ambiente e outras entidades como SEBRAE, Ministério público, ACID, Circuito dos Diamantes, ER. Entretanto, percebe-se que ainda é incipiente a participação do empresariado na política do turismo com uma clara necessidade em estabelecer estas parcerias.

Destes órgãos citados, constata-se, em especial, a importância da atuação do SEBRAE no destino e no apoio ao poder público, uma vez que a entidade tem agido junto ao COMTUR e contribui efetivamente para a qualificando dos representantes, realização de missões às demais cidades turísticas com realidades semelhantes, dentre outras iniciativas.

> [...] também digo o seguinte, por exemplo, a nossa parceria, o nosso entendimento, a nossa relação com por exemplo, IPHAN, IEPHA, Ministério público é que olha questão de patrimônio é excelente. Nós não podemos reclamar. É... a gente está muito bem... a própria associação comercial, temos uma parceria muito profícua (Paulo Célio - Prefeito Municipal, 2015).

Uma observação de grande relevância, é que o secretário de turismo também contempla o cargo de presidente do Circuito dos Diamantes, o que, para o setor público é um fator condicionante de envolvimento regional.

> A gente acredita muito no princípio de regionalização, acredita muito que a parceria entre as cidades vizinhas ela é fundamental para a permanência do turista dentro da própria Diamantina (Walter Júnior - Secretário de Turismo, 2015).

Em entrevista sobre o Circuito dos Diamantes realizada no ano de 2014 e analisando os resultados da PDTD (2012) (ver mais no 2º capítulo) constata-se que na prática as ações que visam a regionalização através do turismo, não tem sido eficazes e não contribuem para o aumento da taxa de permanência do turista, que na maioria das vezes, nunca ouviu falar do circuito.

Promoção do destino

Sobre a promoção da cidade, segundo o secretário, Walter Júnior, a partir de uma pesquisa de levantamento realizada pela SECTUR em diversas operadoras de turismo, estabeleceu-se um raio de atuação para *marketing* do destino que prioriza o entorno e algumas capitais. Para ele esta é uma estratégia mais efetiva. Com relação à promoção a nível internacional, informa que se trata de um trabalho mais oneroso e, por isso a estratégia está na promoção via *internet*.

> Internacionalmente, o que a gente tem feito esse ano são as irmanações. Este ano nós fizemos à irmanação com Třeboň na República Tcheca. Tem sempre tem que ter um *link*, por que a família do Juscelino nasceu lá, tem o pai dele, o avô. Então irmanamos com Třeboň. Nós somos irmanados com Belo Ville na França; com Denver nos Estados Unidos; com Sangano na Itália. Isto faz com que nosso canal de ligação seja mais facilitado. Mas se eu te falar que a gente faz uma divulgação efetiva, a gente não faz. Porque, é pouco provável que esta atuação dê um resultado significativo" (Walter Júnior - Secretário de Turismo, 2015).

Desenvolvimento do Turismo após o título de Patrimônio Mundial

A partir da entrevista constata-se que há um fortalecimento do turismo na economia local ao se comparar os número de leitos na hotelaria (atualmente, com mais de 2000 leitos) e o aumento da diversidade gastronômica no setor de alimentação, como ao período anterior ao WHS. É notório o aumento da demanda turística nacional e internacional.

Para o prefeito, os avanços após a outorga mundial não são percebidos com relação a comunidade, pois, o título ainda não foi apropriado com intensidade pela população. "O diamantinense não sabe o real significado, a grandiosidade deste título. Então, às vezes, infelizmente, lamentavelmente tem diamantinenses que o vê como certa, bobagem" (Paulo

Célio - prefeito municipal, 2015). A Vesperata foi mencionada como o evento responsável pela atração de turistas, desde a campanha pró patrimônio, até os dias atuais, e teve consequentemente grande relevância para a conquista do título.

A ausência do modal aéreo apontada como uma das deficiências da cidade pela UNESCO na época em que Diamantina pleiteava o título de Patrimônio Mundial foi solucionada com a instauração dos voos. Porém, voltou a ser desativado. Sobre e a previsão de retorno, o prefeito informou que a previsão seria no final de 2015 (o que não ocorreu) através da companhia aérea brasileira *Flyways* e que, devido às estatísticas da SECTUR que indicam a cidade de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília como destinos emissores de turistas para Diamantina, a cidade escolhida seria Brasília.

Outro fator determinante para a escolha de Brasília, seria a demanda de corpo administrativo, professores, a UFVJM, o Instituto Federal do Norte de Minas e o INSS carecem e que justificam este *link* com Brasília.

Para o poder público, os benefícios do título para à cidade está em fazer parte de uma lista seleta de bens mundiais que é promovida pela UNESCO e, possivelmente, irá refletir em um aumento do fluxo de visitantes nestes destinos. Não há, segundo os entrevistados, um benefício direto, ou uma pontuação, linha de crédito, recursos.

> Fazemos parte de uma lista seleta. Isto já é bastante grande. Acho que a partir daí que a gente tem que trabalhar a comunidade, porque se a gente quiser que a comunidade perceba o título como algo que traz recurso, direto, não vai dar certo. Ela tem que entender o beneficia indireto que ela traz, porque a cidade por si só tem que trabalhar para ser atrativa (Paulo Célio - Prefeito Municipal, 2015).

Segundo declaração dos gestores públicos, os maiores atrativos turísticos do municio está na musicalidade, envolta em festas da cidade como a do Rosário, do Divino, Guarda Romana e Semana Santa, Vesperata, Carnaval. Segundo os entrevistados, o município detém um número crescente de grupos musicais.

Há um claro indicativo de desinformação e a falta de uma noção ampla sobre o que significa de fato ser um WHS e isto contribuir para ações ineficazes em *prol* do desenvolvimento local. Importante destacar que os entrevistados possuem escolaridade a nível superior na área da saúde, contudo a formação acadêmica de ambos não é relacionada a área do turismo.

Síntese: a relação entre gestor público, turismo e patrimônio.

Investigar as percepções dos atores locais (comunidade, iniciativa privada e do poder público) em Diamantina, é imprescindível para entender a dinâmica e o contexto em que a cidade se encontra na atualidade, 17 anos após sua consagração como Patrimônio Mundial. Sabe-se da importância em ouvir seus cidadãos e que trabalhos como o proposto nesta pesquisa ainda não tiveram o devido aprofundamento. Sem isto, a população segue marginalizada e o poder público alienado ditando o ritmo de uma cidade turística e patrimonial, que não dialoga com a comunidade e nem reflete sua cultura (FOGAÇA, 2008).

Com o fim de compreender a comunidade nas suas percepções sobre diversas questões relacionadas ao desenvolvimento local está pesquisa adotou metodologias diferentes, aplicação de questionários, entrevista, pesquisa bibliográfica e documental, embora similares nas questões, com o objetivo de traçar comparações futuras e abordar cada ator no âmbito do seu universo.

5 SÍNTESE COMPARATIVA: COMUNIDADE LOCAL, INICIATIVA PRIVADA E PODER PÚBLICO.

Através dos resultados obtidos é possível atender ao objetivo central deste estudo, que consiste na análise do o desenvolvimento turístico da cidade de Diamantina após declaração como Patrimônio Mundial, segundo a perspectiva dos atores locais. Segue-se abaixo (quadro 18) a compilação dos principais resultados da pesquisa.

Quadro 16 - Síntese dos principais resultados da pesquisa

Continua...

COMUNIDADE	INICIATIVA PRIVADA	PODER PÚBLICO
Moradores que já tiveram uma ocupação/trabalho com o turismo	Funcionários empregados atualmente	Planejamento turístico
82,1% não tiveram uma ocupação/trabalho no turismo. Dos entrevistados que trabalharam no turismo, 8,8% (maior percentual) é do setor alimentação. Predominaram, com 68,91%, os empregos formais.	A maioria dos empreendimentos turísticos, 69,6%, caracterizam-se por pequenos e micro negócios que empregam de 1 a 3 funcionários. 10,7% dos empresários são MEI.	Positivo: Plano de *marketing* em andamento; Ações (previstas e em andamento) em *prol* do turismo e patrimônio. Negativo: Propostas desarticuladas; Ausência de uma visão ampla sobre o que significa ser um WHS.
Período de trabalho exercido no turismo (diversos segmentos)	Período que surgem as empresas turísticas	Desenvolvimento do turismo pós o título
O ano de 2010 a 2015 foi o período que mais empregou, 56,8%.	A partir 1999 nota-se um constante crescimento no mercado turístico local, com um aumento mais expressivo de 2007 a 2015. Motivação principal: o título de Patrimônio Mundial Perfil dos empresários: Naturais de Diamantina e outras cidades de Minas Gerais.	Positivo: Diversificação e aumento do setor de alimentação e meios de hospedagem; Aumento da demanda turística nacional e internacional Negativo: Ausência de modal aéreo; Não apropriação do título pelo diamantinense.
Grau de importância dos patrimônios locais	Grau de importância dos patrimônios locais	Principal diferencial de Diamantina
Áreas Naturais: importante, 92%; Feiras do Mercado Velho: importante, 84,6%; Conjunto Arquitetônico importante: 82,3%; Vesperata: importante, 67,4%.	Áreas Naturais: importante, 100%; Feiras do Mercado Velho: importante, 87,5%; Conjunto Arquitetônico: Importante: 87,5; Vesperata: importante, 85,7%.	O evento Vesperata: Visto pelo como o evento de maior atratividade desde a outorga de Patrimônio Mundial e teve consequentemente maior relevância que o título. A musicalidade: Apontada como um patrimônio forte a ser explorado.

Conclusão.

COMUNIDADE	INICIATIVA PRIVADA	PODER PÚBLICO
Conhecimento sobre os bens tombados	Conhecimento sobre os bens tombados	_____
Maior familiaridade, 60%, em "Conheço totalmente": O Mercado Velho e a Vesperata.	Mercado Velho: maior percentual, 82,1%, em "Conheço totalmente"; Passadiço da Glória, 71,4%, e Casa de Chica da Silva, 64,3%	_____
Participação em encontros sobre Turismo e Patrimônio	Participação em encontros sobre turismo e patrimônio	Articulações locais
80% nunca participaram de encontros sobre patrimônio; 80,3% nunca participaram de encontros que envolvessem o turismo.	Bom percentual de participação na qual 76,8% dos empresários já participaram de algum tipo de encontro envolvendo o turismo e 51,8% o patrimônio.	Boas articulações locais (IPHAN, SEBRAE, Circuito, dos diamantes) Avanços incipientes em diálogos sobre patrimônio e turismo junto à iniciativa privada e mais ainda junto à comunidade
Justificativa para não participação	Justificativa para não participação	
Carência de divulgação, 66,5%; Ausência de interesse pelo patrimônio, 18,7%; Ausência de interesse turismo, 18,4%; Horário incondizente com o horário comercial, 18,4%; Não percebem sua participação como importante, 3,5%.	Ausência de divulgação, 70%; Horário incondizente com o horário comercial, 20%; Ausência de interesse pelo patrimônio, 3,3%; Não percebem sua participação como importante, 3,3%.	_____

Fonte: Produção da autora (2016)

Ao articular os resultados alcançados junto ao poder público à comunidade e à iniciativa privada, constata-se que houve um aumento gradativo no número de empresas turísticas instaladas no destino, após a chancela de Patrimônio Mundial, que se intensificou entre os anos de 2007 a 2015. Porém, a taxa de empregos no setor do turismo não acompanhou o progresso dos indicadores de crescimento da iniciativa privada. Segundo estes dados, 82,1% dos entrevistados nunca tiveram um emprego relacionado a atividade turística. Esta baixa absorção de empregos pode estar relacionada à configuração das empresas em pequenos negócios e em empresas familiares, com poucos ou nenhum funcionário, e que mantêm vínculos de trabalho temporário apenas em alta temporada. Ao analisar o percentual dos entrevistados que já se empregaram no ramo turístico, tem-se os anos de 2010 a 2015 como os mais citados, compatível com o período de maior crescimento de empresas.

Embora não exista dados estatísticos oficiais sobre a demanda na cidade, a partir do poder público verifica-se que houve um aumento destas do turismo nacional e internacional que, anteriormente ao título, era ainda incipiente. Para os governantes, percebe-se um crescimento

da oferta turística dos meios de hospedagem e da diversificação do setor de alimentação, o que se confirma com os dados levantados.

Os três setores investigados apresentaram um alto grau de valorização do patrimônio. A relação de atrativos/bens do conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN e reconhecido pela UNESCO, é valorizado tanto pela iniciativa privada quanto pela comunidade. Ambos consideram-no um patrimônio importante a ser um legado para as próximas gerações. Ressalta-se que as áreas naturais do destino tiveram elevado grau de importância tanto pela iniciativa privada quanto pela população local (mais de 80% em ambos), com percentual mais elevado do que o próprio conjunto arquitetônico que pode ser um indicativo relacionado à proximidade, cultura e identidade construída entre o morador e o patrimônio.

Constata-se que não há apenas a valorização da maioria dos patrimônios como também que o diamantinense conhece o seu patrimônio. A iniciativa privada apresentou altos níveis de informação (conhecer totalmente ou já visitou) sobre todos os monumentos assim com a comunidade que embora com percentuais menores também indicou estar bem informado sobre, ou já ter visitado os monumentos. O destaque, em ambos, está na identificação total do Mercado Velho com percentuais superiores a 60% e no desconhecimento dos monumentos Casa de Muxarabiê e Casa do Forro Pintado com percentuais superiores a 30% para iniciativa privada e 80% para a comunidade.

Já a Vesperata, possui uma de importância maior para a iniciativa privada do que para a população, fator que pode ser justificado pelo retorno econômico que o evento traz às empresas turísticas e pelo baixo aproveitamento e reconhecimento cultural da comunidade. Os representantes do poder público não tiveram a mesma percepção ao longo da entrevista mas, a destacaram como a maior atração oferecida pelo destino. A musicalidade projetada nas festas locais também foi mencionada como um patrimônio cultural a ser explorado mais amplamente.

Sobre o envolvimento dos principais atores locais na política pública de turismo e patrimônio e as participações em encontros que tratam das duas temáticas, para ambos são incipientes, principalmente a participação da comunidade, embora acreditem que esta situação esteja sendo gradativamente revertida.

Os dados levantados revelam que, de fato, os cidadãos ainda não se envolvem e aproximadamente 80% dos moradores nunca participaram dos encontros sobre turismo ou patrimônio. Já a iniciativa privada despontou com um bom percentual de envolvimento em debates sobre turismo (76,8%) e pode-se afirmar que é insuficiente a sua participação naqueles que envolvem questões patrimoniais (51,8%).

Para a iniciativa privada e para a comunidade, a ausência de divulgação apareceu como a razão principal para a falta de envolvimento. E para a comunidade há ainda grande percentual de ausência de interesse sobre turismo e patrimônio.

Um indicativo para os entraves ao desenvolvimento local pode estar na interlocução dos atores locais. Uma estratégia identificada e que urge no destino é estabelecer canais de comunicação e divulgação mais condizentes com o perfil do morador que garantam a participação efetiva dos atores locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo principal analisar o desenvolvimento turístico da cidade de Diamantina após o título de Patrimônio Mundial em 1999. A partir deste recorte temporal, buscou-se analisar o contexto do turismo na localidade por meio da percepção dos principais atores locais: o poder público, a comunidade local e a iniciativa privada.

Como resultado deste estudo, verifica-se que o desenvolvimento turístico do destino teve maior impulso após a chancela mundial, que surge como uma alternativa ao baixo dinamismo econômico.

Foram examinados os critérios responsáveis pela transformação de uma cidade em Patrimônio Mundial e a relação deste título com a atratividade turística. Ao verificar as implicações da conquista do WHS no turismo local e tentar compreender o envolvimento dos diversos atores nessa nova condição de cidade patrimônio, bem como as modificações sociais provocadas em sua decorrência, conclui-se que o ápice do desenvolvimento econômico do turismo na cidade está entre os anos de 1998 e 2003 e o indício de desenvolvimento se manteve nos anos seguintes. A data de 1998 marca o processo em busca do reconhecimento mundial e o início de sua nova fase como Patrimônio da Humanidade. Nota-se neste momento uma visibilidade maior do município, fator decisivo para o fomento do turismo como alternativa econômica local.

O período compreendido entre 2010 a 2015, se mostrou como de maior empregabilidade (56,76%) no setor do turismo e o setor de alimentação destacou-se com o maior percentual de dentre os segmentos da área. Porém constata-se que é um segmento flutuante, no qual as empresas encerram suas atividades com frequência no destino.

Tendo em vista que o turismo é uma área muito flexível, e que possibilita a inserção de pessoas em trabalhos diversos, e pode, inclusive, reduzir a taxa de desemprego local, há atividades que poderiam ser implementadas e incentivadas pelo poder público na busca pela redução do desemprego e inclusão social. Ocupações como de guia de turismo, artesão, atividades como feiras culturais são exemplos de atividades que podem gerar emprego e renda. Em Diamantina há 19,22% de pessoas no grupo de “aposentados e desempregados” que poderiam estar envolvidos no turismo se este representasse na cidade um setor mais dinâmico e com mais investimentos

Nesta investigação constatou-se ainda, ser necessário trabalhar de forma mais intensificada o sentimento de pertencimento da população pelo patrimônio, pois apenas as áreas naturais atingiram 100% de apropriação pelos moradores.

Embora o poder público afirme promover frequentemente espaços para discursões sobre o desenvolvimento que debatem questões sobre o patrimônio e o turismo, verificou-se que 80% dos diamantinenses em nenhum momento participaram destes encontros. Identifica-se assim, uma falha na comunicação entre poder público e comunidade local, que indica políticas públicas realizadas sem a participação da população.

Verificou-se junto à comunidade, que as programações culturais e eventos locais não são pensados e divulgados para o morador, o que ocasiona a ausência destes, por não refletir seu interesse cultural. Este é um indicador da defasagem no que é reconhecido pela comunidade como sua cultura e o que é repassado ao turista.

Com relação às percepções gerais da população sobre o turismo, concluiu-se que os moradores compreendem a importância da atividade turística local, a atração de divisas, negócios e oportunidades de emprego. Verificou-se ainda, que reconhecem a cidade como merecedora do título de Patrimônio Mundial. Em contraponto, melhoramentos vindos do turismo não são percebidos.

Verifica-se que a população não se apropriou do seu patrimônio e não se identifica com sua cultura, o que indica a necessidade de se construir e/ou fortalecer as relações entre comunidade e patrimônio, através de um profundo trabalho de reconhecimento cultural, que revele o que a população considera parte de sua cultura e o que reconhecem como a gênese cultural própria da história de Diamantina. Em uma cidade turística que utilizada como cartão de visita seu patrimônio cultural, é imprescindível que os moradores estejam sensibilizados e sejam aliados na preservação do seu patrimônio.

Por fim, diante dos resultados obtidos neste estudo, observa-se uma necessidade de políticas públicas que envolvam a população e de um planejamento turístico estratégico, que possibilite ao destino se tornar competitivo no mercado e atrair um maior fluxo de visitantes.

REFERÊNCIAS[53]

ALMEIDA-ABREU, Pedro Ângelo; RENGER, Friedrich Ewald. Serra do Espinhaço Meridional: Um orógeno de colisão do Mesoproterozóico. **Revista Brasileira de Geociências**, MG, v. 32, n. 1, p.1-14, 2002.

ALVES, Erika de Paula. **Por uma caracterização do turismo em Diamantina: estratégias possíveis de interpretação do patrimônio.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - UFMG, BH, 2011.

ALVES, Mariana da Conceição; NASCIMENTO, Alan Faber do**.** Controvérsias analíticas

AMARAL, Leila Dias Pereira do. O Anjo da Meia Noite e as Vesperatas em Diamantina: tensões na produção de uma manifestação cultural. **Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas** da UFVJM, MG, ano 1, n. 2, 2012.

AMORMINO, Luciana; NEVES, Osias Ribeiro. **Tecendo memórias: a história da Estamparia.** Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2007.

ARANA, Alba Regina Azevedo; FAVARETO, Giuliano Taques; VALENTIN, Belisa Galvão Nastrari. **O Turismo o poder público: um estudo sobre a represa "Laranja Doce" no Município de Martinópolis – SP.** 2004. Trabalho de Conclusão do Curso (Turismo). UNOESTE, 2004.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ÁVILA, Gabriel Carvalho de. **Mosaico de áreas protegidas do espinhaço: alto Jequitinhonha e Serra do Cabral, Minas Gerais e os desafios para sua efetividade.** 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte, 2014.

BASTOS, Gisele Mendonça Furtado *et al.* **Redes de Cooperação Inter organizacional no Trade Turístico dos Lençóis Maranhenses – Barreirinhas (MA).** In: XXXVIII Encontro da ANPAD, io de Janeiro, RJ. 2014.

BASTOS, Senão. Nosso Patrimônio Cultural: uma metodologia de pesquisa. ***Pasos*: Revista Turismo y Patrimônio Cultural,** São Paulo, v. 2, n. 2, p. 257-265, 2004. Disponível em: <http:/pasosonline.org/Publicados/2204/PS080204>. Acesso em: 26 set. 2015.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo,** Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 27-33, set., 2005.

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.iadb.org/pt/banco-interamericano-de-desenvolvimento,2837.html>. Acesso em: 22 jul. 2016.

[53] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **PRODETUR - Apresentação: Ampliando as atividades turísticas do Nordeste.** Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>. Acesso em: 14 Jan. 2016.

BOLSON, Jaisa H. Gontijo. Circuitos Turísticos de Minas Gerais: Modelo de Regionalização. **Revista Turismo**, 2004. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/minasgerais.html>. Acesso em: 11 mai. 2016.

BORDENAVE, Juan E. Dìaz. **O que é participação.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 87p.

BORGES, Luiz Carlos. **Patrimônio cultural intangível, discurso e preservação.** Cultura Material e Patrimônio de C&T, 2007.

Borges, M. R., Marujo, N. & Serra, J. Turismo cultural em cidades património mundial: a importância das fontes de informação para visitar a cidade de Évora. **Tourism and Hospitality International Journal,** 1, 137-156. 2013.

BOXER, Charles. **A idade de ouro do Brasil:** dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRASIL. **Chica da Silva.** Cidadania e Justiça. Portal Brasil. 2012. Disponível em:< http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/chica-da-silva>. Acesso em 01 de Jun. de 2016.

BRASIL. **Embratur investe na promoção de cidades históricas.** Portal Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/turismo/2013/11/embratur-investe-na-promocao-de-cidades-historicas>. Acesso em: 12 Jan. 2016.

Brasil. 178 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, SP, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>. Acesso em: 07 jan. 2016

BRITTO, Clovis Carvalho. A UNESCO e Convenção do Patrimônio Mundial: Fundamentos para a gestão cultural em cidades brasileiras significativas para a humanidade. **Revista Plurais,** Anápolis, v. 1, n. 4, p.131-147. 2006. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/viewFile/73/100>. Acesso em: 29 mar. 2016.

BRUSADIN, Leandro Benedini. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso**. Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2005.

BRUSADIN, Leandro Benedini; SILVA, Rafael Henrique T. da. O uso turístico do patrimônio cultural em Ouro Preto. **Revista de Cultura e Turismo.** v. 6, n. 1, p.70-89, fev. 2012. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano6-edicao1/artigo_4.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

CABRAL, Cleonice Ester; CYRILLO, Marina Wöhlke. **O envolvimento e participação da comunidade autóctone no planejamento turístico municipal de Balneário Camboriú (SC)- análise da responsabilidade social do primeiro setor: estado 1.** Caxias do Sul, Rs: V Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul Semintur, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Projetos de Lei sobre o novo Plano Diretor - Relatório Técnico.** Diamantina, Mg. 2009. v. 1. Disponível em: <http://www.camaradiamantina.com.br/plano_diretor.aspx>. Acesso em: 12 fev. 2016.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Intendências do Ouro.** Coordenação Geral de Gestão de Documentos, 2013. Memória da administração pública Brasileira. Governo Federal. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4237>. Acesso em: 23 mar. 2016.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Conceitos de Patrimônio: técnica ou ideologia?** (s/d). Mimeo.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico Cultural:** Patrimônio histórico Cultural. 3ª ed. São Paulo: Aleph, 2002.

CASTRO, Eveline Lima de; BARROS, Marina Kataoka. **A Comunicação no Turismo Temático da Disney: Onde os Sonhos se Tornam Realidade**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ. 2015.

CASTRO, Eveline Lima de; BARROS, Marina Kataoka. **A Comunicação no Turismo Temático da Disney: Onde os Sonhos se Tornam Realidade.** Rio de Janeiro, Rj: Intercon – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: XXXVVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015.

CELSO MARTINS. **Suspensão dos voos TRIP em Diamantina.** Tudo Viagem, 2013. Disponível em: <http://www.tudoviagem.com/2013/02/azul-suspende-voos-que-eram-operados/#.VznQgfkrLIU>. Acesso em: 25 out. 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Unesp, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2006.

CIRCUITO DOS DIAMANTES. **Histórico do Circuito dos Diamantes.** Diamantina, MG: Associação Circuito dos Diamantes.2016. Disponível em: <http://circuitodosdiamantes.com.br/>. Acesso em: 18 Jun. 2015.

CORDIDO, Ruth Maria de Barros Reição. **O Tombamento do Patrimônio Cultural Imóvel do Brasil: Estudo de Caso no Município de Ribeirão Preto.** Ribeirão Preto, SP: Universidade de São Paulo, 2014. 231 p. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/RuthMariaCordido (5).pdf>. Acesso em: 14 maio 2016.

CORIOLALO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Os limites do desenvolvimento e do turismo. ***Pasos*: Revista Turismo y Patrimônio Cultural**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2003.

CORIOLANO, Luzia Neide. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial.** São Paulo: Humanitas, 2009. p. 37-57.

COSTA, Everaldo Batista da. **Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX.** Funisterra, Brasília, v. 93, p.5-28, 2012.18 ago. 2015.

COSTA, Everaldo Batista da. Refuncionalização de Patrimônio Cultural e a Nova Racionalidade da Organização Sócio espacial em Núcleos Urbanos Tombados. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 6, p. 53-73, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/496/2942>. Acesso em: 21 set. 1998.

COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade urbana e totalidade-mundo:** as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. 445 f.

COSTA, Sérgio Francisco da. **Introdução Ilustrada à Estatística.** 4ª ed. São Paulo: Editora Harbra, 2005. 399 p. Ilustrações de Maria Paula Santos, Kika e Kanton.

DENKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 1998. 3ed

DIÁRIO DO RIO DOCE. **Prodetur promove desenvolvimento.** Governador Valadares, MG: Diário do Rio Doce, 2007. Disponível em: <http://www.drd.com.br/news.asp?id=50028664432100001>. Acesso em: 12 maio 2016.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo:** Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS. **Significado da palavra Lavras.** [*online*] 2014. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/lavra/>. Acesso em: 12 jul. 2016.

DIOGO, Érica (Org.). **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos.** Brasília, DF: Programa Monumenta. 2009. 304 p.

DUARTE, JORGE. Entrevista em Profundidade. In: Duarte, Jorge. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlassa, 2005.

EMMENDOERFER, Luana. A Política Pública de Regionalização do Turismo em Minas Gerais: os circuitos turístico. **Turismo em Análise**, UFSC, v. 19, n. 2, p.221-240, 1 Ago. 2008.

FAU/USP. **Notas sobre as Cartas Patrimoniais.** São Paulo, SP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/fau/administracao/congregacao/planodiretor/site_antigo/material/leitura_patrimonial/notas_sobre_as_cartas_patrimoniais.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander. **La Mezza Notte: o lugar social do músico diamantinense e a origem da vesperata**, 1751-1895-1997. 2. ed. rev e ampl. Diamantina: UFVJM, 2007.

FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander. **La Mezza Notte: o lugar social do músico diamantinense e a origem da Vesperata.** Diamantina, MG: UFVJM, 2007. 1751-1895-1997. 2. ed. rev. e ampl.

FERNANDES, Francine Lopes. O Programa de Regionalização do Turismo e Sua Aplicação no Circuito Turístico Caminhos Gerais. **Revista Gestão & Conhecimento**, edição especial. In: 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS PUC MINAS, Poços de Caldas, set. 2012.

FOGAÇA, Isabela de Fátima. **Gestão de destinos turísticos: Um ensaio à discussão dos papéis do poder público, iniciativa privada e sociedade civil para um turismo consistente.** In: V SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL (SEMINTUR), Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina, Universidade de Caxias do Sul, RS, 2008.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e Impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e Impactos socioambientais.** São Paulo: Aleph, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica as Silva e o Contratador dos Diamantes- O outro lado do mito.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GARCIA, Ana Gabriela Galante. **Conselhos Municipais de Turismo: um espaço para participação e cooperação.** São Paulo, SP: ECA/USP, 2015.

GOMES, Bruno Martins Augusto; SILVA, Valdir José da; SANTOS, Antônio Carlos dos. Políticas Públicas de Turismo: uma Análise dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais sob s Concepção de Cluster. **Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/20/55>. Acesso em: 12 maio 2015.

GOMES, Mariana Elias. **Patrimônio cultural e turismo: estudo de caso sobre a relação entre o órgão arp schinitger e a população local de mariana, MG.** 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/MarianaEliasGomes.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2015

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Diamantina: breve relato de sua formação**. Universidade São Judas Tadeu. Arquivo Urbano. n 8.2012.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Diamantina: breve relato de sua formação.** São Paulo, SP: Universidade São Judas Tadeu. Arquivo Urbano. n.8. 2012.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina, um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938-1967.** Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 2, p. 264-275, RJ. 1988.

GOOGLE MAPS. **Distâncias entre cidades.** Google, 2016. Disponível em: < https //www.google.com.br/maps/dir/>. Acesso em: 04 fev. 2016.

GOVERNO FEDERAL. **O Laboratório de Ciências da Conservação da Escola de Belas Artes. Patrimônio Cultural.** [s. L.]: Governo Federal, 2016b. Disponível em: <http://www.lacicor.org/index.php?opti>. Acesso em: 13 maio 2016.

GOVERNO FEDERAL. **Monumenta - Cerimônia destaca os dez anos do Programa Monumenta do Minc.** Governo Federal, 2016a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/663683/Programa+Monumenta+do+Minc+10+anos_1176404435/c499d0cb-09cf-4af1-9a34-b7100c794241>. Acesso em: 04 fev. 2016.

GOVERNO FEDERAL. **Programa de Aceleração do Crescimento.** Governo Federal, 2016c. Disponível em: <http://www.pac.gov.br>. Acesso em: 11 abr. 2016.

GRAMMONT, A. M. (2006). A Construção do conceito de património histórico: Restauração e cartas patrimoniais. ***Pasos*: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural,** 4 (3), 437-442.

GRAMMONT, Anna Maria. **Os significados do patrimônio histórico: uma reflexão em torno do hotel pilão de ouro preto.** Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Federal da Bahia, 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diamantina: dados gerais do município.** 2014. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/7O8>. Acesso em: 30 jun. 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diamantina: Receitas e despesas orçamentarias.** IBGE, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia>. Acesso em: 11 maio 2016.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Mosaico e Corredores Ecológicos.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/mosaicosecorredoresecologicos>. Acesso em: 12 mai. 2016.

IEF - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Parque Estadual do Biribiri.** IEF Regional Alto Jequitinhonha, 2016. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/200?task=view>. Acesso em: 05 abr. 2016.

IEPHA - INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri.** 2012. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/1032-iephamg-apresenta-conjunto-arquitetonico-e-paisagistico-de-biribiri-diamantina>. Acesso em: 26 jan. 2016.

IGAM - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Bacia Hidrográfica do Alto Rio Jequitinhonha.** 2016. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/component/content/160?task=view>. Acesso em: 17 fev. 2016.

INSTITUTO TERRAZUL. **Diamantina comemora dez anos de título de Patrimônio Cultural da Humanidade.** 2009. Disponível em: <http://www.terrazul.org.br/Noticias/interna.php?id=94>. Acesso em: 17 fev. 2016.

IPHAN – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Retrospective Statement of Outstanding Universal Value. Site Historic Centre of the Town of Diamantina State Party Brazil.** [s. L.]: IPHAN, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaração Diamantina RSOUV.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2016.

IPHAN – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. IPHAN e UNESCO promovem sinalização do Patrimônio Mundial no Brasil.** [s. L.]: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/351>. Acesso em: 12 mai. 2016.

IPHAN – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Norma de Quito.** [s. L.] Iphan, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas de Quito 1967.pdf>. Acesso em: 26 maio 2015.

IPHAN – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento.** A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial. Brasília, DF, 2008.

IPHAN – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Carta de Veneza: II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos dos monumentos históricos**. [s. L.]: Iphan, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta de Veneza 1964.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

IPHAN – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Cartas Patrimoniais.** 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. 383 p.

IPHAN – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Livro do Tombo.** [s. L.]: Iphan, 2015. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=TOMbamento&do_search=y&buscar=buscar>. Acesso em: 04 maio 2015.

IPHAN – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Recomendação de Paris: Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.** [s. L.]: IPHAN, 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao Paris 1989.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2016.

IPHAN – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Centro Histórico de Diamantina.** [s. L.]: IPHAN, 2016b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/32>. Acesso em: 19 fev. 2016.

IPHAN – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. PAC das Cidades Históricas.** [s. L.]: Iphan, 2016a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>. Acesso em: 01 fev. 2016.

ITUASSU, Cristiana Trindade; OLIVEIRA, Maria Regina de Carvalho Teixeira. Destino Brasil: uma Análise da Campanha Publicitária Realizada pela EMBRATUR. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 294-314, abr. 2004

JAMAL, Tazim B.; GETZ, Donald. Collaboration theory and community tourism planning. University of Calgary, Canada. **Annals...** of Tourism Research, Vol. 22, No. 1, pp. 186-204, 1995

JIMURA, Takamitsu. The impact of world heritage site designation on local communities - A case study of Ogimachi, Shirakawa–mura, Japan. **Tourism Management**. 2011. 32 v. n. 2, p. 288-296.

JOKO-VELTMAN, Carlos Fernando. **Brasília, patrimônio da humanidade: uma interpretação para o turismo cultural.** Especialização em Gestão e Marketing do Turismo. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004. 123 f.

JORNAL HOJE EM DIA. **Invasão chinesa gera desemprego na indústria têxtil.** Itaúna, Mg. In: Jornal Integração Itaúna, 2011. Disponível em: <http://www.jornalintegracaoitauna.com.br/noticia/invasao-chinesa-gera-desemprego-na-industria-textil.html>. Acesso em: 10 fev. 2016.

KNUPP, Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves; MAFRA, Flávia Luciana Naves. Redes do Turismo: uma análise da política de turismo do estado de Minas Gerais - Brasil. **Turismo em Análise.** v. 23, n. 3, p. 663-690, 2012.

LAGE, Beatriz Helena G. **Segmentação do Mercado Turístico**. São Paulo, p. 1-8. 14 set. 2015.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é Patrimônio Histórico.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1981. 115 p. Coleção: Primeiros Passos.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém. vol.7 no.1. 2012.

LOBATO, Elvira. **Mãos de Forma.** Jornal Estadão, 2014. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,maos-de-forma,1589791>. Acesso em: 04 fev. 2016.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades.** GEOUSP, São Paulo, p. 95-105, 2005.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

MACHADO, Jurema; BRAGA, Silvia. **Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil.** Brasília, DF: Unesco, 2010. 136 p.

MAGALHAES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios.** São Paulo, SP: Roca, 2002.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa**. In: WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E

MAPEIA (Org.). **Mapeia.** 2013. Disponível em: <http://www.mapeia.com.br/>. Acesso em: 01 nov. 2013.

MARIUZZO, Patrícia. **Projeto para transformar a Estrada Real em roteiro turístico.** Ciência e Cultura, São Paulo, SP, v. 58, n. 4, p. 15-17, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Marcos Lobato **. Algumas considerações sobre as alternativas de desenvolvimento do município de diamantina.** Cadernos da Fafidia, Diamantina, MG, v. 1, n. 1, 1992.

MARTINS, Marcos Lobato **.Breve História de Diamantina.** Diamantina, MG: Gráfica Urgente, 1996. 43 p.

MARTINS, Marcos Lobato A crise da mineração e os negócios do diamante no nordeste de Minas, 1870-1910. In: **Anais...** In: XI Seminário sobre a Economia Mineira. 2004.Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/bookchap/cdpdiam04/200480.htm>. Acesso em: 01 jun. 2015.

MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no grande empório do Norte: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. Diamantina, Mg: **Anais...** In: IX SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. 2000. v 2. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.

MARTINS, Marcos Lobato. A arte de fabricar motins: os marcos regulatórios da mineração diamantífera em perspectiva histórica. Pedro Leopoldo, MG: VIII Encontro Regional Gestão & Tecnologia, 2008. **Anais...** In: SIMPÓSIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS S SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, p. 95-105, 2005.

MARTINS, Mauro Alexandre Soares. **A Universidade de Coimbra como património mundial: impactos no turismo na perspectiva do comércio local.** 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/25382>. Acesso em: 13 abr. 2015.

MARTINS, Xavier Cameijo. **O Patrimônio Cultural no Marketing dos Lugares e no Desenvolvimento dos Territórios Rurais: O Concelho do Sabugal.** Dissertação (Mestrado em Gestão e Programação do Património Cultural) - Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing - Edição Compacta.** São Paulo, SP: Atlas, 2001.

MENDONÇA, Marcelo Pereira de *et al.* Evolução do mercado de trabalho no turismo em Diamantina: uma contribuição para reflexões de estratégias voltadas para o desenvolvimento local. **Anais...** In: XII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Diamantina, MG, 2006.

MENEZES, Suelen. **Retratos - Cidades brasileiras e Patrimônios da Humanidades.** Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2010. Governo Federal, Ano 7. Edição 59.

MINAS GERAIS. **Conheça Minas.** Governo de Minas Gerais, 2016b. Portal de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/ecp/comunidade.do;jsessionid=849CEB0D58BA828E61066419B59929BD?app=governomg>. Acesso em: 18 abr. 2016.

MINAS GERAIS. **Diretrizes da Política Pública de Turismo do Estado de Minas Gerais.** [s. L.]: Setur - Secretaria de Estado de Turismo, 2011. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/diretrizes-da-politica-publica-de-turismo-vs-2-2030.pdf>. Acesso em: 19 maio 2015.

MINAS GERAIS. **Juscelino Kubitschek de Oliveira**. 2016a. Galeria de Governantes. Disponível em:<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10211-juscelino-kubitschek-de-oliveira/5794/5241>. Acesso em 01 de Jul. de 2016.

MINAS GERAIS. **Mapa da Regionalização do Turismo do Estado de Minas Gerais.** [s. L.]: Minas Gerais, 2015. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/circuitos/mapa-de-regionalizacao-agosto-2015>. Acesso em: 16 maio 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas.** [s. L.]: Governo Federal, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **65 Destinos Indutores.** Governo Federal. 2014.Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html>. Acesso em: 21 jun. 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mais Turismo Mais Desenvolvimento Indicadores.** [s. L.]: Governo Federal, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/Cartilha_Mais_Turismo_mais_desenvolvimento_2013.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2016.

MOREL, Joaquín Bosque. **Conferência: O patrimônio da humanidade.** [s. L.]: Hucitec, 2002. In: YAGIZI, Eduardo; CARLOS, Na Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da.Org.-3º ed. p. 77-87.

NASCIMENTO, Elaine Cordeiro do. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural. **Revista Contemporâneos,** Viçosa, n. 4, p.1-15, out. 2009. Disponível em: <http://www.revistacontemporaneos.com.br/n4/pdf/jequiti.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

NASCIMENTO, Elaine Cordeiro do. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural. **Revista de Artes e Humanidades**, nº 04, Oct. 2009.

NETTO, Alexandre Panosso. **O que é Turismo.** São Paulo: Brasiliense, 1º reimpressão, 2013. 127p. Coleção Primeiros Passos.

NICHOLAS, Lorraine Nadia; THAPA, Brijesh; KO, Yong Jae. Residents' perspectives of a world heritage site the pitons management area, st. Lucia. Printed in Great Britain. **Annals…** In: Tourism Research, University of Florida, USA, v. 36, n. 3, p. 390-412, 2009.

OKECH, Roselyne. Socio-cultural Impacts of Tourism on World Heritage Sites: Communities' Perspective of Lamu (Kenya) and Zanzibar Islands, Asia Pacific. **Journal Of Tourism Research**, v. 15, n. 3, p. 339-351, 2010.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: Planejamento e Organização**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Fernando Meloni de. **Turismo e trabalho no Brasil.** 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

OLIVEIRA, Lis Damasceno de; PINHEIRO, Luiz Eustáquio Lopes; BRUM, Ido Luiz Michels e Eron**.** A organização da atividade turística em Corumbá, sob o enfoque dos conceitos de cadeia produtiva e arranjo produtivo local. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 6, n. 3, p. 511-522, 2008.

OMAR, Shida Irwana *et al.* **George Town, Penang as a World Heritage Site: The Stakeholders' Perceptions**. Procedia - Social And Behavioral Sciences, p. 88-96, 2013. 91 p.

ORLANDI, Agostinho Menotti. **Diamantina, uma viagem no tempo.** São Gonçalo, RJ: Universidade Salgado de Oliveira, 2016. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAwDUAH/diamantina-viagem-no-tempo>. Acesso em: 18 maio 2015.

PASSADIÇO VIRTUAL. **Dona Isabel: morre uma das maiores artesãs do Vale do Jequitinhonha.** Diamantina, MG: Passadiço Virtual, 2014. Disponível em: <http://passadicovirtual.blogspot.com.br/2014/10/dona-isabel-morre-uma-das-maiores.html>. Acesso em: 11 jun. 2015.

PATUELLI, Roberto; MUSSONI, Maurizio; CANDELA, Guido. The effects of World Heritage Sites on domestic tourism: a spatial interaction model for Italy. **Journal Of Geographical Systems**, p. 369-402, 2013.

PELEGRINI, Sandra C. A. O Patrimônio Cultural e a Materialização das Memórias Individuais e Coletivas. **Memória e Patrimônio**, São Paulo, SP, v. 3, n. 1, p.84-100, Jan. 2007.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural: Uma visão antropológica**. 2ª ed. Espanha: Colección Pasos, 2009. 307 p.

PONCELA, Anna María Fernándeza. Patrimonios: significado y valor social desde la ciudadanía. **Revista América Patrimonio Cultural y Sociedad Civil**, México, 2015. Disponível em: <http://www.revistaamericapatrimonio.org/arti_7_10.pdfatrimonio cultural y sociedad civil>. Acesso em: 27 jun. 2015.

PORIA, Yaniv; REICHEL, Arie; COHEN, Raviv. Tourists perceptions of World Heritage Site and its designation. **Tourism Management**, v. 35, p.272-274, 2013.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas.** São Paulo, Sp: Roca, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Delimitação da área tombada pelo IPHAN e reconhecida pela UNESCO**. 2016c. Diamantina, MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Prefeito assina primeiro Termo de Compromisso do PAC Cidades Históricas.** Diamantina, MG: Prefeitura de Diamantina,

2016a. Disponível em: <http://diamantina.mg.gov.br/noticias/prefeito-assina-primeiro-termo-de-compromisso-do-pac-cidades-historicas-2/>. Acesso em: 06 fev. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Alguns monumentos tombados pelo IPHAN e a Vesperata**. 2016d. Disponível em www.diamantina.com.br. Acesso em 07 Fev de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Avaliação de Bairros.** Diamantina, MG: Secretária de Saúde, 2015b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **COMTUR Realiza a Conferência Municipal de Turismo.** Diamantina, MG: Prefeitura de Diamantina. 2015a.Disponível em: <http://diamantina.mg.gov.br/noticias/comtur-realizara-a-conferencia-municipal-de-turismo>. Acesso em: 21 ago. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Edital Tomada de Preços nº 001/2011.** Diamantina, MG: Prefeitura de Diamantina, 2011. Contratação de Empresa para realização do evento denominado Vesperata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG**. Diamantina, MG: Prefeitura de Diamantina, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Relatório de Gestão Municipal 2009 – 2012.** Diamantina, Mg. 2012.

RAYEL, Renata Salgado. **A pluralidade cultural na paisagem de Diamantina (MG): ações valorativas da comunidade ao uso turístico.** São Carlos, Sp: Rede Social Senac/instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2010.

RAYEL, Renata Salgado; GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. A valoração das paisagens protegidas de Diamantina (MG): premissa para o turismo cultural. **Caderno de Geografia**, PUC Minas, v. 22, n. 38, 2012.

RIBEIRO, José; VAREIRO, Laurentina; REMOALDO, Paula. **The Host-Tourist Interaction in a World Heritage Site: The Case of Guimarães.** China-usa Business Review, v. 11, n. 3, p. 283-297, 2012.

RIBEIRO, W.C. 2005. Patrimônio da Humanidade, Cultura e Lugar. **Revista Diálogos**, 9, n.º1, p. 111-124. [online]. Disponível: <http:// www.uem.br/dialogos/index.php?journal=oj s&page=article&op=view&path%5B%5D=1 69&path%5B%5D=pdf_149>. Acesso em 07 de Fev 2016.

RODRIGUES, Santiago Ricardo. Segmentação do Turismo. [s. L.]: **Revista Turismo**, ago. 2003. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/segmentacao.html>. Acesso em: 26 jul. 2015.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável.** São Paulo, Campinas: Papirus, 2000.

RUSSO, Antonio. **The "vicious circle" of tourism development in heritage cities**. Annals Of Tourism Research, v. 29, n. 1, p.165-182, 2002.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento.** São Paulo, SP: Vértice, 1986. Tradução de: Tradução de Luiz Leite de Vancoscelos e Eneida Araújo.

SANTOS, Carlos Murilo Prado. **A modernização do passado: a reconstrução e a refuncionalização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga.** 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015. 293 p.

SANTOS, Carlos Murilo Prado; PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. A espetacularização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga-SP. **Revista Arquitextos.** ano 08, set. 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/214>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo, SP: Editora Nobel, 1985.

SCHLUTER, Regina G. **Metodologia da pesquisa em Turismo e hotelaria.** São Paulo, SP: Aleph, 2003. (Série Turismo). Tradução de: Tereza Jardini.

SCIFONI, Simone. A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. **Anais...** In: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2004, Indaiatuba, SP.

SCÓTOLO, Denise; NETTO, Alexandre Panosso. Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo,** São Paulo, ano 9, n. 1, Fev. 2015.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Dicas para estimular o desenvolvimento local a partir dos pequenos negócios.** 2008. Disponível em: <http://www.facmat.org.br/cms/upload/facmat/GuiaPraticodoPrefeitoEmpreendedor2008.pdf >. Acesso em: 18 jul. 2016.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Lei Geral das Micro e Pequenas Empresa.** [s. L.]: Sebrae, 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 14 maio 2016.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** [s. L.]: Sebrae, 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal Sebrae/Estudos e Pesquisas/Participação das micro e pequenas empresas.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SETTE, Isabela Rosa; VALLE, Maria Izabel Marques do; COUTINHO, Marcela Pimenta Campos. O Programa de Regionalização do Turismo de Minas Gerais: uma abordagem da política pública estadual de turismo. **Revista Turismo em Análise,** São Paulo, v. 25, n. 3, p. 36-59, 2014.

SILVA, Elsa Peralta da. **Patrimônio e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural.** Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2000. (N.4).

SILVA, Fernando Fernandes. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade.** São Paulo, SP: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Georgia Patrícia da. **Título de patrimônio cultural da humanidade: um selo de garantia ou uma promessa fantasiosa?.**VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013.

SILVA, Marcos Noé Pedro Da. **Regra de três simples.** Brasil Escola. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/matematica/regra-tres-simples.htm>. Acesso em 25 de maio de 2016.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana (Org.). **Pesquisa de demanda real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas.** Diamantina, MG: UFVJM, 2012b.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana (Org.). **Pesquisa de demanda real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas.** Diamantina, MG: UFVJM, 2014.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana (Org.). **Relatório final da Pesquisa: Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região. Dezembro e Julho de 2009, Agosto de 2010.** Diamantina, MG: UFVJM, 2010.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana; SOUZA JUNIOR, Ronaldo Flaviano de. Caminhos do turismo em Diamantina: a relação com a origem mineradora, a cultura e o título de patrimônio cultural da humanidade. **Revista Vozes dos Vales**: Publicações Acadêmicas, Vale do Jequitinhonha, n. 1, p.1-21, maio 2012a.

SOARES, Geralda Chaves. Vale do Jequitinhonha: um vale de muitas culturas**. Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 17-22, 2000.

sobre a turistificação da musicalidade diamantinense: o caso das Vesperatas. **Revista Cenário**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 123-139, set., 2014.

SOCIEDADE: O MUNDO EMPRESARIAL E A QUESTÃO SOCIAL. 2006. Porto Alegre: PUCRS, 2007. p. 1-29.

SOLHA, Karina Toledo. **Órgãos Públicos Estaduais e o Desenvolvimento do Turismo no**

SOUZA, Carla Gabrieli Galvão. Patrimônio Cultural: o processo de ampliação de sua concepção e suas repercussões. **Revista da Universidade de Brasília**, Brasília, n. 7, p. 37-66, 2008.

SOUZA, Igor Alexander Nascimento de. Educação patrimonial nos documentos patrimoniais: constituição de 1988 e planos de salvaguarda. **Anais...** Bahia: VII ENESTUR, 2011.

SOUZA, Keli Alice. **Responsabilidade Social e Meio Ambiente.** 2009. Trabalho de Conclusão do Curso (Administração) - Fundação Universidade do Tocantins, UNITINS, 2009. UNITINS.

SOUZA, Maria Luar Mendes de; GOMES, Mariana Elias; SILVA, Tatiana Amaral. Limites e potencialidades na atuação dos Conselhos Municipais de Turismo: Estudo de Caso nos municípios de Diamantina, MG e Bonito, MS. [s. L.]: **Revista Virtual Partes**, 2007.

SVELS, Kristina. World Heritage, Tourism and Community Involvement: A Comparative Study of the High Coast (Sweden) and Kvarken Archipelago (Finland). **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v, 15, issue 1-2, p. 183-201, 2015. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15022250.2015.1009708?journalCode=sjht20>. Acesso em: 14 jan. 2016.

TRAINA, Agma Juci Machado; TRAINA JÚNIOR, Caetano. Como fazer pesquisa bibliográfica. **SBC Horizontes**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 30-35, 2009. Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/~ricardo.aramos/comoFazerPesquisasBibliograficas.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

Turismo Criativo. **O que são Circuitos Turísticos**. Disponível em <http://turismocriativo.blogspot.com.br/2010/01/o-que-sao-circuitos-turisticos.html> Acesso em 21 Jul de 2014.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. **Vale do Jequitinhonha.** Belo Horizonte, MG: Portal Vale do Jequitinhonha, 2016. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>. Acesso em: 27 jul. 2016.

UFMG. Vale do Jequitinhonha. 2016. Disponível em:< http://www.igc.ufmg.br/>. Acesso e 08 de Fev 2016.

UFVJM. **Localização geográfica de Diamantina em Minas Gerais.** 2013. Disponível em <www.ufvjm. edu.br>. Acesso em 25 de maio de 2016.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Conferencia geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. Paris. 1972. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2016.

UNESCO. **Convention concernant la protection du patrimonie mondial culturel et naturel. Adoptee par la conference générale à sadix-septième sessional.** Paris: Unesco, 1972. Disponível em: <http://portal.unesco.org/fr/ev.php-URL_ID=13055&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 07 fev. 2016.

UNESCO. **Historic centre of the town of Diamantina.** [s. L.]: Unesco, 2008. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/890>. Acesso em: 07 jan. 2016.

UNESCO. **Manual de referência do patrimônio mundial.** [s. L.]: Unesco, 2011. 136 p. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-643-3.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2016.

UNESCO. **Orientações técnicas para aplicação da Convenção do patrimônio mundial.** [s. L.]: Unesco, 2013. Disponível em: <whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc>. Acesso em: 16 ago. 2015.

UNESCO. **Patrimônio mundial no Brasil.** [s. L.]: Unesco, 2016. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>. Acesso em: 15 mar. 2016.

UNESCO. **Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial.** Brasília, DF: Unesco, 2013. 136 p. Manual de referência do patrimônio mundial.

VALLE, Paula Andréa Marques do *et al.* **O Turismo Goiano: uma análise da renda e do emprego no setor hoteleiro.** [s. L.]: Instituto Mauro Borges Imb, 2012.

VEAL, A. J. **Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo.** São Paulo, Sp: Aleph, 2011. Tradução de Gleice Guerra, Mariana Aldrigui.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção**. Revista Méir: História & Cultura**, v. 7, n. 13, p. 13-31, 2008.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Entradas e Bandeiras: resumos, diferenças, história, objetivos.** Editora Global. Disponível em :< http://www.historiadobrasil.net/resumos/entradas_bandeiras.htm>. Acesso em 23 de Mai de 2016.

WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado. **Subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na rota das terras.** Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

WIDMER, Glória Maria. **O título de patrimônio da humanidade e seus efeitos sobre o turismo em Fernando de Noronha.** Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.

ZANIRATO, Sílvia H. Patrimônio da Humanidade: Controvérsias Conceituais e Legais na Definição de Bem Comum. In: V ENCONTRO DA ANPPAS, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPPAS, 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT15-359-289-20100902115329.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016

APÊNDICE A - Oficio à SECTUR

PPTUR – Programa de Pós-Graduação em Turismo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Ilma. Sr.
Walter Cardoso França Junior
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio
SECTUR

Prezado Secretário,

Sou Mestranda, do Programa de Pós-Graduação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, desenvolvendo a investigação intitulada "**Impactos do título de Patrimônio da Humanidade no desenvolvimento turístico da cidade de Diamantina"**, com o objetivo de analisar as implicações do título de Patrimônio da Humanidade no desenvolvimento do turismo na cidade.

Faz parte deste estudo a realização de uma entrevista com o poder público, sendo o conhecimento do prefeito municipal de Diamantina fundamental para subsidiar esta investigação.

Desta forma, venho consultá-lo sobre a possibilidade de realização desta entrevista, na semana de 15 a 19 de outubro. No aguardo de um breve retorno, me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos ou dúvidas.

Atenciosamente,

Taysa Kennia Godinho
Mestranda

Profa. Dra. Karina Toledo Solha
Orientadora

APÊNDICE B - Oficio à Prefeitura Municipal

PPTUR – Programa de Pós-Graduação em Turismo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Exmo. Sr. Prefeito
Paulo Célio de Almeida Hugo
Prefeitura Municipal de Diamantina

Prezado Prefeito,

Sou Mestranda, do Programa de Pós-Graduação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, desenvolvendo a investigação intitulada "**Impactos do título de Patrimônio da Humanidade no desenvolvimento turístico da cidade de Diamantina"**, com o objetivo de analisar as implicações do título de Patrimônio da Humanidade no desenvolvimento do turismo na cidade.

Faz parte deste estudo a realização de uma entrevista com o poder público, sendo o conhecimento do prefeito municipal de Diamantina fundamental para subsidiar esta investigação.

Desta forma, venho consultá-lo sobre a possibilidade de realização desta entrevista, na semana de 15 a 19 de outubro. No aguardo de um breve retorno, me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos ou dúvidas.

Atenciosamente

Taysa Kennia Godinho

Taysa Kennia Godinho
Mestranda

Profa. Dra. Karina Toledo Solha
Orientadora

Contatos:
Telefone: cel/whatsApp (11)948126028
Email: taysagodinho@usp.br e taysagodinho@yahoo.com.br

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista à SECTUR e Prefeitura Municipal

1. É possível avaliar a articulação e participação (cooperação) dos atores e organizações do setor privado em Diamantina, junto à prefeitura, junto à secretária? Como é a participação da iniciativa privada?
2. Os congressos e eventos sobre Patrimônio e Turismo acontecem com que frequência na cidade?
3. O Congresso foi um evento inédito em Diamantina? Como foi a participação da comunidade neste congresso?
4. Como é relação do poder público com as instâncias regionais? Há apoio?
5. A economia de Diamantina se fortaleceu em decorrência da declaração de Patrimônio da Humanidade? Existe alguma estimativa do percentual do turismo na economia local?
6. O aeroporto foi apontado como uma das deficiências pela UNESCO na época em que Diamantina pleiteava o título de Patrimônio da Humanidade. Há estimativa do percentual de visitantes antes ou depois do encerramento dos voos? Há previsão de retorno da linha aérea? Voltando ao funcionamento, quais seriam as cidades ou estados priorizados para fazer a ponte com a cidade?
7. Os senhores percebem um aumento do fluxo de turistas internacional após Diamantina ser Patrimônio Mundial?
8. Qual a estratégia promocional de Diamantina a nível nacional e internacional? Quais são os estados, priorizados para promoção do destino? Qual o tipo de apoio oferecido pela UNESCO e IPHAN? Há recursos destinados a promoção do destino? Se sim, qual a origem?
9. Quais os benefícios a cidade obtém ao ser reconhecida um Patrimônio Mundial? Há linha de crédito ou algum recurso?
10. Qual o maior diferencial turístico de Diamantina atualmente?
11. Como é o envolvimento da comunidade no planejamento turístico e nas demais ações da gestão municipal? Quais são suas principais reivindicações e como elas são tratadas?
12. Há ações voltadas a educação patrimonial para a comunidade? Alguma é feita em escolas ou nos bairros?
13. Há algum órgão ou pessoa encarregada de supervisionar algum risco que a cidade possa vir a correr de perder o título? Diamantina em algum momento já esteve ameaçada de perder o título?

APÊNDICE D - Ofício à Iniciativa Privada

PPTUR – Programa de Pós-Graduação em Turismo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Caro empresário (a),

Sou Mestranda, do Programa de Pós-Graduação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, desenvolvendo a investigação intitulada "**Impactos do título de Patrimônio da Humanidade no desenvolvimento turístico da cidade de Diamantina"**. Reconhecemos que a iniciativa privada tem relevante papel na construção turismo da cidade e, portanto gostaríamos de convidá-lo a participar deste estudo. Para tanto solicitamos que preencha o questionário online.

Estarei à disposição para dúvidas e esclarecimentos, e saliento que é necessário o preenchimento deste questionário até o dia **26 de Outubro de 2015.**

Fica aqui nosso compromisso no sigilo das respostas de cunho mais particular da empresa de forma a preservar assim os dados do respondente e a confidencialidade do empresário. Disponibilizaremos ao término desta pesquisa um exemplar digital deste estudo.

Atenciosamente,

Taysa Kennia Godinho
Mestranda

Profa. Dra. Karina Toledo Solha
Orientadora

Contatos:
Telefone: cel/whatsApp (11)948126028
Email: taysagodinho@usp.br e taysagodinho@yahoo.com.br

APÊNDICE E - Questionário da Iniciativa Privada

PPTUR – Programa de Pós-Graduação em Turismo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

Iniciativa Privada

1. Origens do empreendimento

Em Diamantina o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade foi tombado em 1938, pelo Iphan e, em 1999, a UNESCO concedeu a Diamantina o título de Patrimônio Mundial.

***1. Naturalidade do proprietário/sócio responsável.**

*2. **Qual o tipo de empreendimento?**

- ○ Bar / Restaurante
- ○ Meios de hospedagem
- ○ Loja de Artesanato / Joalheria
- ○ Agência de Turismo / Casa de Câmbio
- ○ Outro (especifique)

***3. Qual o ano de abertura do empreendimento?**

***4. Qual foi a principal motivação para abrir este empreendimento em Diamantina?**

- ☐ Continuidade no ramo da família
- ☐ O empreendimento anterior não estava sendo mais rentável
- ☐ Fim e/ou dificuldade com atividades garimpeiras
- ☐ Busquei uma nova atividade após a aposentadoria/afastamento da antiga ocupação
- ☐ Expectativas com o crescimento do mercado interno pelo turismo após tombamento nacional da cidade pelo IPHAN (1938)
- ☐ Expectativas com o aumento do fluxo de turistas após o título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO (1999)
- ☐ Ainda não existia este serviço no mercado da cidade
- ☐ Nicho de mercado
- ☐ Outro (especifique)

***5. Qual sua ocupação antes de abrir este empreendimento?**

- Gerente
- Funcionário Público
- Profissional liberal autônomo
- Profissional liberal empregado
- Dono de empresa (total ou parcial) ou de comércio
- Empregado ou funcionário de escritório
- Estudante
- Fazendeiro ou Pescador
- Dona de Casa
- Trabalhadores manuais (pedreiros, serventes, etc.)
- Aposentado ou desempregado
- Garimpeiro
- Outro (especifique)

***6. Quantos funcionários (formais e informais) emprega atualmente?**

- Nenhum, trabalho sozinho (a)
- De 1 a 3
- De 4 a 6
- De 7 a 9
- De 10 a 19
- Acima de 20

***7. Qual o total de empreendimentos ligados ao turismo você possui (incluindo este)?**

- 1
- 2
- 3
- 4
- Acima de 5

***8. Participa de algum grupo que discute ações em prol de melhorias e desenvolvimento da cidade?**

- ☐ Não participa
- ☐ Associação de moradores
- ☐ Associação comercial
- ☐ Associações ligadas ao turismo
- ☐ Sindicatos
- ☐ Cooperativas
- ☐ Conselho municipal

Especifique (nome)

9. Se a resposta da questão anterior foi "não participa", mas já participou de algum grupo em outro momento, responda:
De qual grupo? Qual o motivo por qual deixou de participar?

Iniciativa Privada

2. Percepções

***10. Classifique as afirmativas:**

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
O fato de Diamantina ser Patrimônio da Humanidade não tem nenhum efeito nos meus negócios	○	○	○	○	○
O reconhecimento de Diamantina como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1999 causou um aumento do fluxo de turistas **NACIONAIS** na cidade	○	○	○	○	○
O reconhecimento de Diamantina como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1999 causou um aumento do fluxo de turistas **INTERNACIONAIS** na cidade	○	○	○	○	○

Após Diamantina ser reconhecida como Patrimônio da Humanidade, houve avanços em termos de infraestrutura turística receptiva (sinalização, acesso a cidade, qualificação dos serviços, etc)	○	○	○	○	○

***11. O que em Diamantina você gostaria de preservar para seus filhos/netos?**

	Sem importância	Relativamente importante	Importante
Conjunto Arquitetônico (arquitetura, artes monumentais, urbanismo, paisagismo).	○	○	○
Áreas naturais (rios e cachoeiras, parques, etc)	○	○	○
Festas religiosas (Festa do Divino, Rosário, etc)	○	○	○
Crenças e costumes locais	○	○	○
Feiras do Mercado Velho	○	○	○
Vesperata	○	○	○

Outro (especifique)

***12. Em algum momento você participou de palestras, discussões, debates ou reuniões promovidas na cidade que tratassem o assunto Turismo?**

○ Sim

○ Não

***13. Em algum momento você participou de palestras, discussões, debates ou reuniões promovidas na cidade que tratassem o assunto Patrimônio?**

○ Sim

○ Não

14. Se a resposta em alguma das questões anteriores foi "não" justifique abaixo

☐ Não há interesse pelo assunto Patrimônio

☐ Não há interesse pelo assunto Turismo

☐ Não há divulgação desses encontros e discussões para a população

☐ Não acredito que minha participação seja importante

☐ O horário desses encontros não condizem com o horário comercial

☐ Outro (especifique)

Iniciativa Privada

3 Perfil socioeconômico do empresário

15. Faixa etária

- 18 a 29
- 30 a 39
- 40 a 49
- 50 a 59
- Acima de 60 anos

***16. Faixas de renda familiar incluindo todos os membros da família**

- De 1 a 5 SM
- De 6 a 10 SM
- De 11 a 20 SM
- Acima de 21 SM

***17. Escolaridade**

- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Superior completo
- Superior incompleto

***18. Dados do Respondente**

Nome do respondente (proprietário, gerente ou sócio-diretor)

Nome fantasia do empreendimento

Endereço de correio electrónico

APÊNDICE F - Ofício à UFVJM

PPTUR – Programa de Pós-Graduação em Turismo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Ilma. Sra.
Profa. Dra. Maria de Lourdes Santos Ferreira
Coordenadora do curso de Turismo
UFVJM

Prezada professora,

Venho solicitar seu apoio para divulgar entre os alunos do curso de Turismo uma oportunidade de participação em atividade de pesquisa. Sou aluna egressa da UFVJM e atualmente Mestranda, do Programa de Pós-Graduação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, desenvolvendo a investigação intitulada "**Impactos do título de Patrimônio da Humanidade no desenvolvimento turístico da cidade de Diamantina"**, com o objetivo de analisar as implicações do título de Patrimônio da Humanidade no desenvolvimento do turismo na cidade.

Faz parte deste estudo a realização de uma pesquisa de campo na cidade junto à comunidade diamantinense. Para isso estamos selecionando uma equipe de 10 estudantes de turismo para atuarem na pesquisa que será realizada entre os dias 14, 15, 16,17 e 19 Outubro do ano corrente. Trata-se de um trabalho voluntário onde os alunos receberão um treinamento para aplicação da pesquisa e certificado de 30h emitido pela Universidade de São Paulo. Nosso foco é a pesquisa e publicação de qualidade e credibilidade e por isso o perfil do aluno pesquisador que buscamos tem que estar pautado na responsabilidade ética e social e na proatividade.

Os interessados poderão entrar em contato pelo cel/whatsApp (11)949126028 ou taysagodinho@usp.br e taysagodinho@yahoo.com.br.

Aguardamos retorno sobre sua colaboração e seguimos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou dúvidas.

Taysa Kennia Godinho

Taysa Kennia Godinho
Mestranda

Profa. Dra. Karina Toledo Solha
Orientadora

APÊNDICE G - Formulário Comunidade Local

Formulário Comunidade Local

1. Envolvimento com Turismo

***1 - Ocupação atual**

- ( ) Gerente
- ( ) Profissional Liberal autônomo
- ( ) Profissional liberal empregado
- ( ) Dono de empresa(total ou parcial) ou de comércio
- ( ) Empregado ou funcionário de escritório
- ( ) Estudante
- ( ) Fazendeiro ou Pescador
- ( ) Dona de Casa
- ( ) Trabalhadores manuais (pedreiros, serventes,etc.)
- ( ) Aposentado ou desempregado
- ( ) Outro (especifique)

***2 - Já teve uma ocupação/trabalho no turismo? Algum dos setores abaixo?**

- [ ] **Não, nenhuma**
- [ ] Bares e Restaurantes
- [ ] Agência ou Operadoras de turismo
- [ ] Secretarias municipais e estaduais de turismo
- [ ] Meios de hospedagem
- [ ] Atrativos ou parques turísticos
- [ ] Consultorias de turismo
- [ ] Companhias aéreas, aeroportos
- [ ] Guia ou condutor de turismo
- [ ] Outro (especifique)

3 - Quando exerceu esta ocupação/trabalho? (Permite mais de uma resposta)

- [ ] Antes de 1985
- [ ] Entre 1986 a 1991
- [ ] Entre 1992 a 1997
- [ ] Entre 1998 a 2003
- [ ] Entre 2004 a 2009
- [ ] Entre 2010 a 2015

4 - Sobre a ocupação/trabalho

- [ ] Emprego Formal - temporário
- [ ] Emprego Formal - efetivo
- [ ] Emprego Informal (autônomo, irregular, temporário, ajudante familiar, etc
- [ ] Proprietário

***5 - Qual o total de pessoas na sua família (incluindo você) possui alguma ocupação relacionada com o turismo atualmente?**

- ◯ 0, Nenhuma
- ◯ 1
- ◯ 2
- ◯ 3
- ◯ 4
- ◯ 5
- ◯ mais de 5

2

Formulário Comunidade Local

2. Sobre o Patrimônio e Turismo

***6 - O que em Diamantina você gostaria de preservar para * seus filhos/netos?**

	Sem importância	Relativamente importante	Importante
Conjunto Arquitetônico (arquitetura, artes monumentais, urbanismo, paisagismo).	◯	◯	◯
Áreas naturais (rios e cachoeiras, parques, etc)	◯	◯	◯
Festas religiosas (Festa do Divino, Rosário, etc)	◯	◯	◯
Crenças e costumes locais	◯	◯	◯
Feiras do Mercado Velho	◯	◯	◯
Vesperata	◯	◯	◯

Outro (especifique)

***7 - Conhece os atrativos abaixo?**

	Desconheço totalmente	Já ouvi falar	Sei onde fica	Já visitei	Conheço totalmente - Já visitei e conheço a história
Museu do Diamante	◯	◯	◯	◯	◯
Casa do Muxarabiê (Biblioteca Antônio Torres)	◯	◯	◯	◯	◯
Casa da Chica da Silva	◯	◯	◯	◯	◯
Casa com Forro Pintado (Futuro Museu de Arte Sacra)	◯	◯	◯	◯	◯
Mercado Velho	◯	◯	◯	◯	◯
Passadiço da Glória (Casa da Glória)	◯	◯	◯	◯	◯
Fórum de Diamantina	◯	◯	◯	◯	◯
Vesperata	◯	◯	◯	◯	◯

***8 - Em algum momento você participou de palestras, discussões, debates ou reuniões promovidas na cidade que tratassem o assunto Patrimônio?**

- ◯ Sim
- ◯ Não

***9 - Em algum momento você participou de palestras, discussões, debates ou reuniões promovidas na cidade que tratassem o assunto Turismo?**

- ◯ Sim
- ◯ Não

***10 - Justifique sua resposta**

- ☐ Não há interesse pelo assunto Patrimônio
- ☐ Não há interesse pelo assunto Turismo
- ☐ Não há divulgação desses encontros e discussões para a população
- ☐ Não acredito que minha participação seja importante
- ☐ O horário desses encontros não condizem com o horário comércial
- ☐ Outro (especifique)

***11 - Sobre o turismo na cidade**

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
O turismo atrai negócios e oportunidades de emprego para a cidade	◯	◯	◯	◯	◯
O turismo traz efeitos beneficios minha vida	◯	◯	◯	◯	◯
Diamantina merece o reconhecimento Patrimônio da Humanidade	◯	◯	◯	◯	◯
O turismo trás efeitos malefícios para minha vida	◯	◯	◯	◯	◯
As programações culturais da cidade são pensadas para o turista e o morador	◯	◯	◯	◯	◯
Os eventos e atrações que acontecem na cidade são divulgadas para a população	◯	◯	◯	◯	◯

4

Formulário Comunidade Local

3. Perfil do Entrevistado

***12 - Naturalmente**

***13 - Faixa etária**

- 18 a 29
- 30 a 39
- 40 a 49
- 50 a 59
- acima de 60 anos

***14 - Escolaridade**

- Não estudou
- 1º completo
- 1º incompleto
- 2º completo
- 2º incompleto
- Superior completo
- Superior incompleto

***15 - Qual a faixa de renda familiar total?**

- De 1 a 5 SM
- De 6 a 10 SM
- De 11 a 20 SM
- Acima de 21 SM

***16 - Dados do Respondente**

Entrevistador	
Rua	
Número da casa/apto	
Endereço de correio electrónico	
Número o questionário #	

17 - Insira data e horário